

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

OS “*DEKASSEGUP*”:
UMA OUTRA FACE DO TOYOTISMO

Tese de Doutorado
apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da UNICAMP.
Orientador: Prof. Dr. EDMUNDO F. DIAS

Clarilton Cardoso Ribas

UNICAMP, maio de 1998.

R352d

35217/BC

CLARILTON EDZARD DAVOINE CARDOSO RIBAS

“OS DEKASSEGUI: UMA OUTRA FACE DO TOYOTISMO”

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
a orientação do Prof. Dr. Edmundo
Fernandes Dias.

Este Exemplar corresponde à
redação final da tese defendida
e aprovada pela Comissão
Julgadora em 22-junho-1998.

Banca:

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias



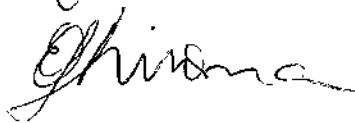
Prof. Dra. Ângela Maria Tude de Souza



Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes



Prof. Dra. Eneida Oto Shiroma



Prof. Dr. Marcio Bilharinho Naves



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMBO BC/	35217
PROC.	395/58
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	30/05/98
N.º CPD	

CM-00117338-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

R 352 d Ribas, Clarilton Edzard Davoine Cardoso
 “Os dekassegui : uma outra face do toyotismo” / Clarilton
 Edzard Davoine Cardoso Ribas . - - Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Edmundo Fernandes Dias.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gramsci, Antonio, 1891 - 1937. 2. Sociologia.
3. Trabalho - Japão. 4. Migração internacional -Trabalhadores.
I. Dias, Edmundo Fernandes. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

i - Tema, Objeto e Nexo Analítico	01
ii - Contornos da crise capitalista do final do século	05
iii- A mais recente versão do integracionismo: o toyotismo	13

CAPÍTULO I - O JAPÃO

I.1 - Introdução	17
I.2 - Particularidades Históricas	18
I.3 - Um Panorama Atual	29
I.3.A - Aspectos culturais	33
I.3.A.a - Modernidade e tradição articulados	35
I.3.A.b - Harmonia e lealdade	36
I.3.A.c - Trabalho e concorrência	38
I.3.B - Divisão sexual do trabalho	39
I.4 - Estado e Economia: algumas notas	49
I.4.A - O papel do Estado	49

I.4.B - Concentração econômica	52
1.4.C - A Erosão do modelo: alguns sintomas	54
1.4.D - A neoliberalização do Toyotismo (?)	57

CAPÍTULO II - O PÓS-GUERRA E A VERSÃO JAPONESA DA DIALÉTICA REVOLUÇÃO RESTAURAÇÃO

II.1 - Introdução	60
II.2 - Da Crise à Restauração	62
II.2.A - Estabelecer um novo ordenamento estatal.....	64
II.2.B - Recompôr as bases da dominação	71
II.3. - Americanismo, Fordismo e Toyotismo	76
II.4. - Um industrialismo de novo tipo	82
II.4.A - Um novo nexó psico-físico	84

CAPÍTULO III - OS INTELECTUAIS E A MORAL SAMURAICA

III.1. - Introdução	103
III.2. - GRAMSCI e os intelectuais	104

III.3 - A moral samuraica como substrato de um projeto de dominação	111
III.3.A - O <i>Saburau</i>	112
III.4 - A Derrota operária nos anos 50	120
III.5 - Confinar a classe aos limites do corporativismo	130
III.5.A - Emprego por toda a vida	131
III.5.B - Sistema salarial	136
III.5.C - Sindicato por empresa	146

CAPÍTULO IV - TRABALHADORES PERIFÉRICOS:

BASE DO SISTEMA

IV.1 - Introdução	152
IV.2 - O Bloco histórico	154
IV.3 – Trabalhador estrangeiro- <i>Dekassegui-koo</i>	162
IV.3.A - Os <i>dekassegui</i> brasileiros.....	164
IV.4 - A passivização do sub-cidadão	174
IV.4.1 - A Sub-cidadania	176
IV.4.2 - A Segregação no país dos ancestrais	183
IV.4.3 - A Questão salarial	188

IV.5 - O problema demográfico e as medidas de contratendência	191
IV.6 - O <i>dekassegui</i> na perspectiva do Estado japonês	193
 CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	 199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207

Agradecimentos:

Primeiramente, meu reconhecimento à paciência, à dedicação, ao rigor do Prof. Edmundo Fernandes Dias, responsável direto por algum mérito que este trabalho eventualmente tenha.

A Prof. Ângela Tude de Souza e o Prof. Reginaldo Carmelo de Moraes, participaram da minha qualificação, apresentando, ambos, críticas muito bem estruturadas, agregando sugestões valiosas, inteiramente aproveitadas por mim.

Nice, ser humano muito especial, minha mãe, meus oito queridos irmãos me auxiliaram, ainda que de forma não percebida por eles.

Os professores do IFCH, com os quais tive o privilégio de conviver, foram fundamentais.

Os funcionários da Secretaria e da Biblioteca do IFCH, por sua paciência, dedicação, flexibilidade e simpatia, têm muito claro a noção do que seja servir o público.

A Prof. Vera Bazzo revisou este trabalho, com rapidez e eficiência.

Futami Kimoto e Elisa Sasaki traduziram do japonês textos que foram fundamentais.

À todos, o meu reconhecimento.

Dedico este esforço a Celso, meu pai e Osvaldo, meu sogro: duas figuras humanas notáveis de cujo convívio fui privado durante a realização do doutorado.

À Bernadete e Luiza: meus dois amores.

“Hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da capacidade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações. Os triunfos da arte parecem ser adquiridos ao preço das qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas, ao mesmo tempo, o homem se transforma em escravo de outros homens ou da sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece só poder brilhar sobre o tenebroso fundo da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de uma vida intelectual as forças materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, de um lado, e a miséria e a decência de outro; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato palpável, esmagador e incontrovertível”.

KARL MARX

*(Discurso pronunciado no aniversário do “People’s Paper”,
em 14 de abril de 1856)*

“ ... Una coscienza collettiva, e cioè un organismo vivente, non si forma se non dopo che la molteplicità si è unificata attraverso l'attrito dei singoli: né si può dire che il 'silenzio' non sia molteplicità. Un'orchestra che fa le prove, ogni strumento per conto suo, dà l'impressione della più orribile cacofonia; eppure queste prove sono la condizione perché l'orchestra viva come un solo 'strumento'.”

ANTONIO GRAMSCI

APRESENTAÇÃO:

i - Tema, Objeto e Nexo Analítico.

Entre outras possíveis, duas parecem ser as marcas fundamentais do capitalismo neste final de século: a primeira, o assombroso aumento da velocidade de circulação do capital; a segunda a desaccumulação do poder político das classes trabalhadoras, que parecem não conseguir se contrapor à fragmentação e à dispersão, tendo, assim, limitadas suas possibilidades de construir uma concepção de mundo para, a partir de então, concretizar suas potencialidades ético-históricas.

Relativamente ao primeiro aspecto, isto é, as exigências ditadas pela reprodução do capital, o capitalismo conseguiu operar mudanças relevantes, técnicas e políticas, tendo em vista, senão a superação, pelo menos o deslocamento de suas contradições.¹

¹Do ponto de vista do processo imediato de produção de mercadorias, parece-nos promissor o ensaio de MESZÁROS (1989), acerca da *produção dissipadora* que caracteriza a fase atual do capitalismo, nas formas de: a) obsolescência planejada, levada ao seu paroxismo; e, b) complexo industrial militar. Relativamente ao planejamento do encurtamento crescente do tempo de vida útil das mercadorias, o autor refere-se à uma limitação na capacidade de absorção de utilidades por parte do (cada vez mais restrito) mercado de consumidores, o que funciona como uma limitação estrutural ao valor de uso, dado que vinculado à satisfação das necessidades humanas. Trata-se então de pôr em movimento as "engrenagens do desperdício". O segundo aspecto refere-se à intensificação extraordinária do complexo industrial militar. São duas formas efetivas de renovar, para os objetivos da circulação acelerada, as possibilidades de realização, removendo os constrangimentos tradicionais do círculo do consumo definido tão somente pelos apetites de um mercado (restrito, novamente) de consumidores. Outra análise clássica pode ser encontrada em BARAN & SWEEZY (1966), autores que procedem a uma acurada análise do capitalismo no âmbito da sociedade norte-americana, as práticas de sua economia, as "formas que moldam as vidas, o espírito e o desenvolvimento das pessoas". Analisam a formidável indústria armamentista construída pelo que chamam de "oligarquia americana", que, a partir de uma poderosa ofensiva ideológica junto ao povo americano, usando como argumento central o avanço do socialismo e uma pretensa ameaça permanente do "inimigo externo", desenvolveu uma máquina de guerra sem precedentes na história do homem. Este militarismo, ponta de lança de uma política externa agressivamente imperialista, determinou o que os autores designam como a "bancarrota moral do capitalismo

Tais fenômenos tiveram por pressuposto importantes alterações na composição orgânica do capital com o advento de tecnologias baseadas na microeletrônica, na robótica, nas ciências da computação e de novos materiais, dando lugar ao aparecimento de indústrias de produção flexível. O surgimento de tais inovações, atualizando a conhecida assertiva marxista segundo a qual a burguesia não pode sobreviver sem revolucionar-se técnica e politicamente² de forma contínua, é acompanhada por um crescimento em escala ampliada do exército industrial de reserva, numa tendência também genialmente captada por MARX, há mais de cento e cinquenta anos:

“A máquina já não tem nada em comum com o instrumento do trabalhador individual. Distingue-se por completo da ferramenta que transmite a atividade do trabalhador ao objeto (...) a atividade manifesta-se muito mais como pertencente à máquina (...) Com a ferramenta passava-se completamente o contrário: o trabalhador animava-a com sua arte e habilidades próprias, pois o manejo do instrumento dependia de sua virtuosidade (...) a máquina (...) é, a partir de agora, a própria virtuose, pois as leis da mecânica que nela atuam dotaram-na de uma alma” (1980, p. 38 e seg).

Pela lucidez desta citação, MARX, ao revelar este fundamento da produção capitalista, parece ter antecipado o aparecimento da automação, como também previsto sua principal consequência: o recuo progressivo do

monopolista americano”, redundando em um sistema que se tornou “irreparavelmente irracional” (p.358 em diante).

²MARX foi, sem dúvida, o primeiro a pensar a forma como a dinâmica capitalista se desenvolve sobre mudanças tecnológicas que, apenas indicadas no Manifesto, vai receber minucioso tratamento teórico em O Capital. De central no seu pensamento, cabe aqui reter a noção segundo a qual as técnicas produtivas são socialmente determinadas, e que a análise de seu desenvolvimento deve necessariamente ser remetida às formas complexas que assume o antagonismo entre as duas classes sociais fundamentais. Em outras palavras, o nexos central que comanda os desenvolvimentos da técnica devem ser buscados no âmbito das classes sociais em presença e, mais, da luta entre estas classes.

trabalho necessário do homem na produção de mercadorias, com o crescimento numa escala ampliada do exército industrial de reserva, fenômeno ao qual os economistas da ordem denominam desemprego estrutural. Este contingente de trabalhadores, em número crescente, possibilita, num aparente paradoxo, ao lado das mais sofisticadas tecnologias baseadas na microeletrônica, o reaparecimento de formas arcaicas de exploração do trabalho próprias dos primórdios do capitalismo, como o trabalho a domicílio, a exploração do trabalho infantil, bem como formas precárias de emprego, sem seguridade social, sem garantias por parte do estado, sem continuidade e sem perspectivas, contradições que determinaram um certo recuo ideológico das classes trabalhadoras. Ao recompor as bases de sua hegemonia, o capitalismo tem se ocupado em selecionar um grupo de trabalhadores eleitos para compor o centro dinâmico de sua produção (os “incluídos”), fazendo-lhes concessões econômicas e simbólicas importantes, enquanto que a parcela maior tem que se sujeitar a condições de vida e de trabalho não raro miseráveis.

Uma noção central anima a feitura deste texto: a compreensão de que o trabalho, a forma fundamental e imprescritível de relacionar o homem com a natureza, continua tendo plena vigência como “o” fato social estruturador da sociabilidade humana³.

³Um balanço cuidadoso desta temática está em TUDE DE SOUZA (in BRAGA, 1997), segundo a qual o processo de trabalho e a pretensa crise que o acompanharia na atualidade, inscrevem-se no âmbito de um reducionismo economicista ou um determinismo tecnológico. OFFE (1989) é uma das referências mais constantes nesta posição. Partindo de presumíveis novos rumos que o *welfare state*, com o advento da “sociedade de serviços pós-industrial”, o autor sugere a incapacidade da categoria trabalho funcionar como estruturante explicativa das relações sociais. “Além disso, a pesquisa orientada para políticas em sociedades capitalistas industriais parece estar preponderantemente voltada para estruturas sociais e esferas de atividade que se situam nas margens, ou completamente fora do domínio do trabalho - como família, papéis sexuais, saúde (...)” (p. 7). Não é objetivo fazer aqui um longo excursus em contraposição aos argumentos de OFFE, sustentando o formidável declínio do *welfare state* nos países do capitalismo central, onde o autor centra sua análise, ou esgrimir o argumento de que o grande contrato que rege a sociedade se dá na relação de trabalho, seja na produção seja em serviço, ou ainda sustentar que não existem argumentos que possam sustentar uma sociedade estruturada por serviços, já que a produção de serviços, sempre funcionou na

Portanto, é preciso aqui sublinhar:

1. O trabalho, como forma metabólica a relacionar homem e natureza (MARX), como criador de coisas socialmente úteis ou valores de uso, é ineliminável da condição humana, de outro lado, o trabalho permanece sendo a categoria explicativa originária por excelência da sociedade contemporânea, na qual, em que pesem os "neos" e "pós", sua articulação fundamental continua se dando em torno de "uma imensa coleção de mercadorias" (MARX), com toda sua capacidade imanente de coisificar o homem e as relações entre os homens.

2. A assertiva marxista, segundo a qual capital e trabalho possuem um antagonismo estrutural não solúvel, continua tendo vigência histórica plena, e que, em que pesem os modismos integracionistas, as relações

medida, na velocidade e de acordo com as necessidades da produção clássica de mercadorias. Para TUDE DE SOUZA, entre estas correntes "pós-marxistas" e "neoliberais" se explicitam acordos sobre os limites da história, cuja premissa comum "... parece ser, inicialmente, a expressão racional dos princípios de pureza máxima dos automatismos sociais e das regularidades econômicas contidos nos mecanismos de mercado" (id., p 34). Outro argumento, também combatido pela autora, contrário à centralidade do mundo do trabalho como estruturador fundamental da dinâmica das sociedades está em HABERMAS, especialmente em sua "Teoria da Ação Comunicativa", onde o autor sustenta um novo tipo de racionalidade, a racionalidade comunicativa, como a única capaz de estruturar adequadamente as potencialidades humanas face às necessidades de sua emancipação. Contrariando esta posição de HABERMAS, a autora garante: "Para essas representações (da idéia de progresso) contribuem, em substância histórica as teses da linearidade e da irreversibilidade do tempo abstrato do progresso: a primeira, dando conta da marcha do irrevogável da humanidade rumo a um devir coletivo, que não se repete, mas que progride no sentido da acumulação ou da economia de forças e energias humanas e motrizes.(...) A segunda tese enuncia o processo de consolidação da capacidade sempre crescente de mudança que permitiria vislumbrar o patamar civilizatório de uma época social pela linha de sua evolução dialética" (p. 34). Mais adiante, ao referir-se a GORZ, MALLET, TOURAINE e FRIEDMAN ("em certa medida"), TUDE DE SOUZA acrescenta: Nossos autores, pensavam essas tendências sob o signo da "*libertação do trabalhador*" como resultado da "*libertação do trabalho*" operário, frente à produção imediata. Todas essas transformações não passariam, portanto, de um resultado a mais da difusão dos progressos técnicos (...) em um ambiente em que o operário poderia, enfim, tornar-se um sujeito integrado e interessado no processo produtivo. (...) A retração do trabalho é considerada, então, como uma contingência histórica do capitalismo, o qual pode reinar, agora, solitariamente no planeta" (id. P. 38-9).

estruturais da sociedade permanecem fundamentalmente baseadas no leque de contradições que envolvem a repartição do produto gerado pelo trabalho socialmente produzido.

3. Igualmente em MARX, está o terceiro pressuposto, no sentido de que, independentemente do grau alcançado pelo desenvolvimento tecnológico, o modo de produção capitalista requer e necessita a subsunção real do trabalho ao capital, não importando as configurações tecno-políticas particulares que assuma uma determinada formação social.

4. Em decorrência disto, o capitalismo empenha-se exaustiva e incessantemente para recompor as bases de sua dominação, sempre que as contradições entre as classes que o compõe agudizam-se, ou quando as classes subalternas se articulam para organicamente tentar superar as contradições que ligam os dois “grupos sociais fundamentais” (GRAMSCI), a lógica capitalista reprisa a velha tentativa de “construir o novo sobre a matriz do velho”, ou ainda, de “tudo mudar para que tudo permaneça como está” (DIAS, 1991)

ii - Contornos da crise Capitalista no Final do Século XX

A constatação que primeiro ressalta ao analisar-se a fase por que passa o capitalismo, com um desenvolvimento em proporções inéditas das forças produtivas materiais, é que vem acompanhado por “manifestações mais clamorosas” da crise imanente à este modo de produção (como sugere GRAMSCI). As características desta fase crítica, dado o seu ineditismo, estão sendo interpretadas como portadoras de potencialidades ainda mais

devastadoras que o quadro anterior ao grande *crack* de 29⁴, o que reforça os princípios que unem crise e reestruturação produtiva.

O crescimento econômico auto-sustentado do pós-guerra, ao lado de uma aguda radicalização das lutas operárias em todo o globo no período que vai dos anos 40 aos 70, sustentou um padrão de acumulação capitalista cujos primeiros sinais de esgotamento se apresentam no início dos anos setenta/fim dos sessenta⁵.

⁴KATZ (1996) argumenta que os 30% de desempregados estimados nos países capitalistas só foram vistos na grande depressão de 30. No entanto, é preciso aqui reter a noção de que os eventos que vão desaguar no outono de 29, com a quebra da Bolsa de valores de Nova York, não podem ser entendidos como um evento particular e isolado do capitalismo. GRAMSCI situa bem este princípio ao assegurar que 29 representou não uma crise, mas o apogeu de um desenvolvimento processual no qual causa e efeito se sobrepõem. Em outras palavras, trata-se de um processo complexo, acompanhado de muitos outros fenômenos parciais e não um “fato único”, que se repete em variadas formas, a partir de uma “origem única”. O equívoco que o marxista italiano quer desfazer é o que tende a pensar a crise como um “episódio”. Para utilizar suas próprias palavras: “Se pode dizer que, para a crise como tal não há um início, mas uma manifestação mais clamorosa, que é identificada como sendo a própria crise, erroneamente, tendenciosamente.” (1977, p.1755 e segs.) Examinando os eventos associados ao outono nova-iorquino de 29, o autor deriva o seguinte raciocínio: a) a crise é um processo complexo; b) uma manifestação importante de suas proporções, embora não seja a primeira, se dá na primeira Grande Guerra; e, c) a crise tem origem interna, no próprio modo de produção, e é determinada, em grande medida, pelas contradições entre o elemento nacional (“nacionalístico”) do desenvolvimento do capitalismo e uma dada divisão internacional do trabalho. Ou seja, estamos lidando com uma crise do imperialismo, dado tratar-se de um problema essencialmente produtivo, que coloca em antagonismo a indústria “progressiva” e a “estacionária” nacionais e as demandas de um modo de produção em uma escala global. Assim, nestas “manifestações clamorosas” o que ocorre é a intensificação quantitativa de certos elementos, nem novos nem originais, que anteriormente operavam segundo um certo equilíbrio mundial.

⁵O final dos sessenta/início dos setenta assiste a ocorrência de mais uma “manifestação clamorosa” da crise do capitalismo. Crise de tal forma concentrada, que o confronto de projetos hegemônicos concorrentes (sobre-determinante em relação às demais formas assumidas pela crise), envolveu as estruturas mais complexas do imperialismo em suas contradições com as diferentes burguesias nacionais, numa escala global, determinando desde revoltas operárias no chão de fábrica contra o ritmo de trabalho insano do fordismo, até autênticas crises revolucionárias. Para BRAGA, “a crise que emerge em meados dos anos sessenta é o produto mais evidente do ‘amadurecimento consciente’ das contradições gestadas por um quadro histórico determinado pelo acirramento do processo de luta de classes no decorrer do período da Guerra Fria” (1996, p.117). Ou segundo TUDE DE SOUZA: “O período pós 68 coagula os principais elementos que permitem caracterizar a crise atual como um período de crise orgânica, resultante de um processo de erosão dos fundamentos (econômicos e filosóficos) do consentimento e da integração dos grupos subalternos à ordem hegemônica, que tenta se impor ao longo dos anos 1945-68. (...) A crise atual resulta da conjugação de contradições, fundamentais e secundárias, gestadas no contexto da acumulação monopolista e do processo de expansão imperialista recente”. (1994, p. 30 e seg.). DIAS propõe uma periodização do capitalismo no século vinte, considerando as variadas respostas do Capital a sua crise, onde sublinha este período como tendo sido “...marcado pela processualidade da revolução em escala mundial. (...) As classes trabalhadoras marcaram sua presença através das lutas operárias, de libertação nacional, movimentos de juventude, de gênero, etc.(...) tornando o processo mais e mais contraditório” (1997, p.16). Os reflexos, no

Há também uma certa concordância geral de aceitar que foram trinta anos rigorosamente atípicos na história do capitalismo. Resultado direto e imediato da luta operária, e diante da ameaça concreta representada pela tentativa de construção de uma sociedade socialista no leste da Europa, as classes burguesas viram-se constrangida a ceder às exigências da luta de classes. Destarte, aquele período assistiu a uma incorporação crescente das massas trabalhadoras (notadamente nos países de capitalismo central) aos círculos do consumo, bem como seu acesso a um importante leque de políticas públicas, institucionalizadas no que se conhece por Estado de bem estar, o *welfare-state*. Este teve sempre por perspectiva central impedir a luta

plano estritamente econômico, a estratégia econômica e política que se consolida nos países de capitalismo central no pós-guerra, o *welfare state* passa a apresentar, sinais evidentes de deterioração, manifestados entre outros elementos por:

- queda na produtividade; resultante das estratégias de recusa operária frente as exigências do processo produtivo fordizado, aumento do absenteísmo, greves massivas, etc.;
- endividamento crescente e crônico; nos países periféricos e, mais agudamente, nos países centrais, com os EUA à frente;
- desemprego, que atinge 20% da PEA em alguns países da própria Europa
- recessão.

Todos estes elementos podem ser aglutinados em apenas um: queda nas taxas de lucro.

Temos, assim, os elementos necessários ao estabelecimento de uma crise no padrão de acumulação vigente, assentado no fordismo, sobre cujo esgotamento, até recentemente, três tentativas estruturadas de compreensão se construíram.

A primeira com PIORE e SABEL, que presumem em seu trabalho *The Second Industrial Divide* o fim da produção em massa e sua substituição por uma nomeada "especialização flexível".

A segunda tentativa é do que ficou conhecida como Escola de Regulação Francesa, inaugurada por AGLIETA (1979), com trabalhos posteriores de CORIAT, LIPIETZ, BOYER, MISTRAL, entre outros. No entanto, ambas as correntes padecem da falta de uma adequada compreensão histórica, ao excluir o antagonismo e as contradições amadurecidos no âmbito de uma determinada correlação de forças entre a burguesia, as classes subalternas e Estados-nações "... ao longo do processo de expansão do imperialismo ocidental, em concorrência com o bloco coletivista de Estado (o chamado socialismo realmente existente) entre os anos 50 e 70 deste século"(BRAGA, 1996, p.119).

Isto acaba por confinar seus argumentos ao campo do economicismo e/ou do institucionalismo. Esta desconsideração dos fundamentos da crise (a luta entre projetos hegemônicos mutuamente exclusivos) determinou que os acontecimentos presentes na ordem econômica capitalista, em suas recentes respostas contratendências, parecem ir de encontro ao núcleo de suas conclusões e, principalmente, de seus prognósticos. Há, por fim, uma terceira geração de trabalhos, designada por Toyotismo, a qual, em que pesem trabalhos anteriores, ganhou espaço na ordem do dia das discussões políticas e acadêmicas com CORIAT, cujo trabalho examinaremos mais detidamente.

de classes, obscurecendo as contradições insanáveis do modo capitalista de produção.

A partir deste relevante conjunto de concessões lograram as classes dominantes o que DIAS denomina “pacto social em escala internacional”:

“Compromisso que podemos sintetizar, em linhas muito genéricas, da seguinte forma: os capitalistas não se preocupavam com altos salários, desde que, obviamente, as centrais sindicais não tentassem limitar a acumulação e o lucro dos capitalistas. Esse *gentlemen agreement*, em larga medida exitoso, atuou no sentido da incorporação dos operários, novamente e de forma superior, à racionalidade capitalista” (1995, p. 17).

Em todos os quadrantes do mundo capitalista uma combinação de coerção e consenso (usadas combinadamente, em consonância com o estágio particular que a luta de classe assume em determinado lugar e tempo), garantiu a “integração passiva à ordem” de uma parcela importante do operariado, notadamente no chamado primeiro mundo⁶. A partir daí, em escala crescente, a luta operária passou a restringir-se à esfera do economicismo, com a institucionalização dos sindicatos e de suas centrais.

Estavam assim dadas as condições para uma fase de reprodução ampliada do capital, assentada em uma nova base técnica, a partir do

⁶ Essa adesão à ordem também seu deu nos países periféricos e dependentes, em que pese os arranjos políticos havidos nestes países e neste período tenham passado ao largo dos compromissos institucionais próprios do *welfare state*; a América Latina, África, Ásia, Caribe, etc., viram erigir-se, neste período, ditaduras militares sangrentas, golpes, quarteladas, conspirações de toda a ordem contra aquilo que poderíamos chamar de prerrogativas mínimas de democracia e liberdades num estado burguês. Os exemplos a este respeito são inumeráveis.

desenvolvimento importante ocorrido na ciência e na tecnologia, especialmente no campo da eletrônica e da computação, o que colocou em outro patamar o desenvolvimentos das forças produtivas materiais, alavancando poderosamente as taxas de lucro, incluindo, especialmente nos setores chamados “dinâmicos” da economia, com muito freqüência, os super-lucros ou as rendas tecnológicas⁷.

Este salto tecnológico, como já referimos, diminui crescentemente a capacidade de assimilação de força de trabalho, o que determina uma certa fissura na homogeneidade da classe operária própria do fordismo/taylorismo: passam, então, a existir trabalhadores do “centro” e da “periferia” nos circuitos produtivos. Relativamente aos trabalhadores do “centro”, núcleo de trabalhadores com razoável estabilidade e bem pagos, vemos ocorrer o encaminhamento de sua ação política tendencialmente na direção econômico-corporativa, em seus embates pela repartição do produto do trabalho social, perdendo de perspectiva suas possibilidades ético-políticas na construção de uma nova ordem.

Como causa e consequência deste movimento, vem à luz, uma profusão de teorias integracionistas, alardeando o fim das ideologias e a vitória final do mercado⁸, o fim da exploração, o fim do trabalho alienado, ou, ainda, que estaríamos vivendo numa “sociedade pós-capitalista”⁹.

⁷ Sobre uma classificação para a categoria lucro, que inclui super-lucros, rendas tecnológicas, etc., nos parece convincente o trabalho de MANDEL (1982)

⁸ A este respeito, se manifestou HOBBSBORN: “... E lamentemo-nos com o Sr. Francis Fukuyama, que afirmou que 1989 significa o “fim da história” e que daí para frente tudo seria tranquilamente liberal e livre-mercado. Poucas profecias destinam-se a ter vida tão curta” (1993, p.13)

É inegável, no entanto, a heterogeneização das classes trabalhadoras nesta quadra do século, marcada por um movimento nada irrelevante de adesão à ordem capitalista: apego à lógica capitalista da concorrência, à competição acirrada entre seus companheiros, quando não se entrega a convicções racistas, sexistas e xenófobas, especialmente nos países de capitalismo central.

Paralelamente e como consequência desta série de complexas novidades assiste-se a uma aguda crise da forma pela qual se materializou a expressão coletiva das lutas dos trabalhadores: o sindicalismo. Crise esta provocada, entre outros fatores por: a) redução efetiva do operariado fordista; b) enorme expansão de um sub-proletariado, crescentes contingentes de assalariados precários, temporários, de tempo parcial disputando empregos na periferia dos processos produtivos; c) um movimento contraditório de qualificação/desqualificação do trabalho, ou seja, ao mesmo tempo em que a dinâmica atual do capitalismo exige um operário superqualificado num certo posto, exige igualmente um número indeterminável de trabalhadores desqualificados¹⁰, trabalhando em outro local, sob condições precárias, freqüentemente taylorizadas.

As taxas decrescentes de sindicalização em quase todo o mundo são um reflexo desta complexificação (entre outros), que está determinando o aparecimento de uma força de trabalho em processo crescente de desqualificação, sob permanente ameaça de desemprego, tornando-se

⁹ A referência aqui é sobre o pouco sério ensaio de DRUCKER "The Post-Capitalist Society" (1993)

¹⁰ Utilizamos aqui estas categorias (qualificado, desqualificado, etc.) por terem se tornado usuais no âmbito da discussão teórico-política; trata-se, na verdade, de diferentes graus e modalidades em que a força de trabalho é adestrada pela lógica de produção de mercadorias no capitalismo.

obviamente mais suscetível ao despotismo do capital e com reduzida capacidade de resistência política, o que leva, mesmo aos analistas liberais, traçar um quadro sombrio para a ordem capitalista deste final de século, como é o caso de LIPIETZ, ao sugerir o aparecimento de uma “sociedade de duas velocidades”, considerando em sua análise, obviamente, a consumação e a irreversibilidade deste projeto.

“No alto, os da competição (os ricos, os competentes, os decisores, os agressivos) colherão as vantagens da revolução tecnológica (conquanto que haja). No meio, um grupo cada vez mais restrito e progressivamente desestabilizado de trabalhadores semi-qualificados receberá sem dúvida uma certa proteção social, sobretudo em matéria de emprego (...) Em baixo uma multidão de solicitadores de emprego ficará dividida entre empregos precários e o desemprego”(1991, p.161).

Certamente uma “sociedade de duas velocidades” não constitui uma originalidade do capitalismo contemporâneo, já que é inerente à sua própria construção a existência de uma hierarquização no âmbito da própria classe operária, fracionando-a. Essa noção, no entanto, conduz à análise de como se apresenta na atualidade os movimentos designados por GRAMSCI como “correlações de força”. O marxista italiano descreve três momentos porque passa uma classe fundamental na construção da nova racionalidade em contraposição à existente: No primeiro, a classe existe objetivamente no sentido de ocupar uma posição específica no processo imediato de produção sem, no entanto, ter consciência política deste fato. Um segundo momento, momento político, em que as classes vivem um processo econômico corporativo onde a classe está estritamente vinculada aos seus interesses específicos (...) trata-se de um processo de “avaliação do grau de

homogeneidade, de auto-consciência e de organização atingido" (GRAMSCI, 1989, p. 49).

Este segundo momento corresponde ao processo de transformação de "classe em si" em "classe para si" (MARX); é ainda subdividido em três: a) o econômico corporativo, ou a perspectiva paralisante, onde a percepção da luta política restringe-se ao âmbito de uma dada categoria, não ainda no âmbito da classe; b) a compreensão de si enquanto uma classe fundamental "aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico" (id.,p.49); e, c) um terceiro momento, claramente político:

“... aquele em que se adquire a consciência de que os interesses econômico-corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo de grupo meramente econômico e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (...) é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente tornam-se ‘partido’ (...) o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima deste grupo”(id.p.50).

Enfim, estes movimentos são seguidos pelo definitivo que é o da relação de forças militares, ou da criação de um novo "bloco histórico", onde a perspectiva de ruptura com a antiga ordem é claramente dada.¹¹

Tendo por base essa classificação gramsciana dos estágios ou fases dos movimentos sociais que visam à construção da nova sociedade, é razoável

sugerir que o movimento emancipatório dos trabalhadores, se demora (ou estacionou) entre as duas primeiras fases do segundo movimento da correlação de forças sugerido pelo marxista italiano, não só abandonando o objetivo de "acelerar o futuro"¹², de que este falava, mas como, ao menos aparentemente pareça estar encontrando uma enorme (embora não intransponível) dificuldade de conceber uma prática sindical que aponte para a construção de um projeto que contemple a criação de uma vontade coletiva que rompa com a heteronomia em relação às classes dominantes.

iii.- A mais recente versão do integracionismo: o toyotismo

Uma das preocupações centrais deste trabalho é investigar quais os pressupostos que informam as principais características do atualmente sofisticadíssimo sistema de controle da força de trabalho, tendo em vista o advento da modernização, técnica e política por que passa a produção de mercadorias na chamada Terceira Revolução Industrial¹³. O momento atual de subordinação ao capital e as estratégias de integração à ordem, associadas ao fantasma do “desemprego estrutural”, parecem estar dando lugar a uma espécie de controle que envolve a própria subjetividade operária: um mecanismo novo e decisivo de controle, de um auto-controle auto-alienante,

¹¹ Evidentemente GRAMSCI ao fazer estas referências está muito distante de uma perspectiva evolucionista; trata, isto sim, de considerar diferentes momentos históricos passíveis de serem construídos por uma classe fundamental

¹² Expressão utilizada por GRAMSCI: acelerar o futuro consiste na criação das condições necessárias para uma classe fundamental construir seu próprio projeto emancipatório.

¹³ A expressão é imprecisa por sugerir um determinismo dos movimentos tecnológicos na conformação das fases do capitalismo, quando estas fases devem-se, primariamente e sobre todos os demais fatores, ao estágio por que passa a luta de classes numa dada quadra histórica do capitalismo. Há no entanto importantes argumentos a sustentar esta classificação, notadamente em MANDEL (1982) onde se poderá encontrar um notável esforço de compreensão dos ciclos de acumulação capitalista, a partir da teoria das longas ondas, na qual o autor desenvolve a tese de que estas revoluções atendem a ciclos que se iniciam a partir de profundas alterações tecnológicas, em fases sucessivas de expansão e retração econômicas, de onde provem a noção de longas ondas.

introjetado no imaginário de parcela importante do operariado. Nesse quadro, o toyotismo é saudado pela produção capitalista como um novo “modelo” produtivo, quer por suas inovações técnicas, como gerenciais e políticas, substituindo, para muitos autores, o Fordismo como modelo de produção de mercadorias, e, conseqüentemente, de reprodução de relações sociais mais amplas.

O toyotismo¹⁴, que se alastra para o mundo como novo paradigma, é que inaugura esta modalidade de adestramento da força de trabalho, com a novidade de que, agora, aos interesses da reprodução ampliada do capital são subordinados o saber, a arte, a inventividade do operário, extraordinário recurso produtivo negligenciado pelo fordismo/taylorismo¹⁵.

Assim, dois são os móveis centrais que orientaram a feitura deste trabalho: inicialmente um exame do chamado “modelo japonês”, ou toyotismo, suas importantes inovações técnicas e políticas *vis-a-vis* o taylorismo/fordismo; em segundo lugar a forma como nele se enquadra o trabalhador imigrante brasileiro.

A sofisticação dos recursos técnicos desenvolvidos pelo toyotismo (*kan-ban, just-in-time, total quality-control, etc.*) são, para efeito deste trabalho, muito menos relevante que a obra de engenharia política que envolveu sua construção. Há na imanência deste modelo um projeto hegemônico, iniciado nos anos cinqüenta, que envolveu (entre outras semelhanças com a implementação do fordismo) o estilhaçamento do

¹⁴ Também é conhecido como “Ohnismo” em alusão a um seu grande incentivador, Taiichi Ohno.

sindicalismo de orientação classista, um rearranjo mesmo entre os setores das classes dominantes, a rearticulação de toda uma institucionalidade vigente no Japão até a derrota na II Grande Guerra para a construção de um novo e grande projeto nacional baseado numa “economia programática”, projeto cujo pressuposto foi a ausência de qualquer conteúdo de caráter popular, o que autoriza a pensar esta inflexão histórica como um caso clássico de Revolução Passiva, tal como a descreveu ANTONIO GRAMSCI, conforme argumentamos posteriormente ¹⁶.

A segunda noção que orienta este trabalho é o papel ocupado pelo trabalhador imigrante brasileiro, o *dekassegui*, no arranjo político econômico japonês. Há no Japão um contingente de estrangeiros cujo número é difícil de precisar, já que uma parte deste total é de trabalhadores ilegais. WATKINS (1996) estima em quase dois milhões de trabalhadores não japoneses, morando e trabalhando no Japão, os *gaijin-koo*, ante uma população operária de cerca de 50 milhões de pessoas. A autora refere-se à grande maioria destes estrangeiros como trabalhadores braçais, em geral em trabalhos de caráter monofuncional:

¹⁵Não se sugere com isso que o fordismo/taylorismo tenham desprezado a criatividade operária. São, na realidade, duas formas de construção do trabalhador coletivo; o que o toyotismo apresenta de original é o fato de transformar este valioso insumo em alavanca de extração de mais valia em níveis inéditos.

¹⁶Segundo VIANNA o refinamento analítico desta categoria gramsciana “...ter-se-ia convertido no único processo a ter vigência universal, comprometendo, por meio de automatismos inscritos no coração das instituições de reprodução social, a mudança com a conservação.[...] Continuar a refletir sobre ela, em contextos, como o nosso, historicamente dominados por sua lógica, é uma forma de mobilizar o tipo de ação que venha a permitir à dinâmica da mudança ultrapassar à da conservação”(1995, p. 182-3). Mesmo considerando o predomínio desta lógica na história dos povos latino-americanos, o autor argumenta que isso não impediu que tivessem havidos e ainda hajam ímpetos jacobinos para rupturas revolucionárias na América latina, cujo exemplo mais claro continua sendo o guevarismo, “... mais que uma ideologia, um estado de espírito de várias gerações da *intelligentzia* ibero-americana” (id.p.183).

“São os chamados trabalhos “3K”, que os japoneses não querem mais executar. Os “3K” são das palavras japonesas *kitanai* (sujo), *kitsui* (pesado) e *kiken*, (perigoso)” (p.52).

Neste sentido, muito mais importante do que uma análise do ponto de vista do economicismo ou de iniciativas econômicas individuais (ir buscar no Japão as oportunidades econômicas que o Brasil não oferece, etc.), é central para este trabalho a compreensão de como se encaixa este trabalhador imigrante numa dada ordem hegemônica específica. Isso significa não pensar o trabalhador como mera força de trabalho, mas pensá-lo frente às várias formas que podem assumir sua subalternidade, ante um quadro geral de passivização a que foi submetida toda uma classe neste país. Qual o interesse que desperta o *dekassegui*, para além de mera força de trabalho desqualificada destinada a trabalhos monofuncionais; qual o papel deste segmento operário, a ponto de levar o governo do Japão a alterar a legislação de imigrantes (junho de 1990) com a finalidade específica de lhe conferir status de legalidade por três anos, dotando o trabalhador imigrante de uma espécie de sub-cidadania, já que destituído de direitos políticos; enfim, que papel joga este tipo de trabalhador na atualização e reforçamento do processo de Revolução Passiva instaurado no Japão a partir dos 50: tais são as preocupações centrais deste trabalho.

CAPÍTULO I - O JAPÃO

I. 1 - Introdução

O Japão, país oriental objeto deste trabalho, consolida-se neste final de século como uma das três grandes potências econômicas que, ao lado dos Estados Unidos e da União Européia, formam a tríade a qual estão submetidos os destinos econômicos e políticos dos demais países e povos do mundo.

Arrasado há pouco mais de cinquenta anos por uma guerra imperialista que acabou assumindo proporções mundiais, desde o final da década de quarenta, o país encetou, a partir de amplo processo de reconstrução nacional, um crescimento econômico extraordinário. Segundo HIRATA e ZARIFIAN, “sua produtividade inquieta, sua competitividade surpreende, seu grau de eficácia interroga” (1990, p.1).

No âmbito deste crescimento econômico sem paralelo, mesmo levando em conta um quadro de crescimento global do pós guerra, as classes dominantes daquele país lograram o desenvolvimento de uma tecnologia de práticas políticas e ideológicas, sem cujo estudo não seria possível uma compreensão adequada deste fenômeno econômico e político que ensaia se espalhar pelo restante do globo. Dispensar uma análise histórica, especialmente do pós guerra para cá, das especificidades culturais de seu povo e, principalmente, das contradições sobre as quais o toyotismo foi

construído, implica na redução do fenômeno a “receitas”, e “princípios de gestão da produção” o que inviabilizaria o seu entendimento.

Assim, esta primeira sessão encerra um esforço de situar, em contornos muito gerais, as informações históricas, culturais e econômicas sobre o país.

I. 2 - Particularidades Históricas

Antes de proceder a uma descrição da forma que assume na atualidade a economia do Japão, cujas peculiaridades têm suscitado tantas controvérsias entre os analistas¹, julgamos importante percorrer, ainda que de forma breve, a história japonesa, de seus antecedentes feudais à passagem para uma economia capitalista.

A passagem de uma civilização feudal para uma capitalista ocorrida no Japão possui as mesmas características econômicas e históricas que possibilitaram o nascimento do capitalismo no restante do planeta, com algumas características distintas, entre as quais ressalta o isolamento vivido pelo arquipélago até metade do século passado.

¹ Entre as mais recorrentes talvez esteja a que fala da transferibilidade do “modelo” japonês para as demais economias capitalistas do globo. Uma parte destes autores sustenta um forte enraizamento do “modelo” em tradições histórico/culturais, o que tornaria muito difícil, quando não impossível a transferência do arranjo produtivo “toyotista” para os demais países; de outro lado, encontramos autores que sustentam que se trata fundamentalmente de tecnologias de produção, nascidas no ocidente e copiadas competentemente pelos japoneses e que, portanto, sua transferência é perfeitamente possível. São análises que em sua maioria privilegiam os aspectos estritamente produtivo/tecnológicos, desconsiderando as dimensões sócio-político-históricas da questão.

A primeira impressão que pode suscitar a afirmação do caráter feudal do Japão pré-capitalista, é a de que se recorre ao equívoco mecanicista e antimarxista, segundo o qual existe uma lei de ferro regendo o desenvolvimento das sociedades, que inclui as quatro fases clássicas: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo. A segunda provável impressão é a de que, levando em conta a localização do país, a formulação marxista “modo de produção asiático” enfeixaria adequadamente, do ponto de vista analítico, a formação econômica que precedeu o capitalismo naquele cantão oriental da Ásia. Entretanto, os elementos históricos de que dispomos, ainda que não sejam abundantes, são suficientes para indicar que o trabalho de MARX, reunido nos “*Grundrisse*” sobre o modo de produção asiático, como uma das formas que precedem a produção capitalista, não se coaduna com a formação econômica japonesa, pelo menos no período que compreende o Séc. XVII até o final do século passado, senão vejamos.

O modo de produção asiático, resumido por MANDEL, possui as seguintes características:

- “1) ausência de propriedade do solo;
- 2) forte coesão da aldeia, determinada pelas exigências da forma de exploração agrícola e da indústria artesanal que são mantidas;
- 3) por motivos geográficos e climáticos, a agricultura reclama trabalhos hidráulicos importantes, tendo em vista ser a irrigação artificial a condição fundamental desta produção agrícola;
- 4) o Estado concentra a maior parte da produção social em suas mãos, o que dá lugar ao aparecimento de

camadas sociais mantidas por este excedente, na representação do poder de exação estatal.

5) a lógica interna joga na grande estabilidade das relações de produção fundamentais.” (1980, p.125 e segs.)

MARX , ao examinar esta questão (1857-8), tinha como objeto de estudo, principalmente, a Índia e a China², onde a característica decisiva era a propriedade coletiva da terra, fator determinante que recobre as demais implicações sociais e produtivas, ou segundo MARX, “a propriedade comunitária previamente absorvia tudo e dominava sobre o todo” (1977, p.427).

“A comunidade tribal natural, ou caso se queira, o gregarismo é o primeiro pressuposto da apropriação das condições objetivas de suas vidas, e da reprodução e objetivação da atividade de que vivem. A terra é o grande laboratório que provê tanto o instrumento de trabalho, como o material do mesmo, assim como também provê o lugar que constitui a base da comunidade. Eles se relacionam com a terra ingenuamente como a propriedade da comunidade.(...) Cada indivíduo se relaciona somente como membro desta comunidade, como proprietário e possuidor” (id., p.428).

Muito embora o Japão pré-burguês contenha todos estes elementos de vida comunitária, de forte coesão social na aldeia, etc., o

²É notável a ausência do Japão, não só nos textos de MARX, mas nos demais autores que se encarregaram desta temática. SOFRI (1977), faz um balanço sobre o que a literatura acumulou sobre o modo de produção asiático, incluindo as tentativas de aplicação da teoria sobre períodos históricos específicos ou a entidades geográficas. Neste balanço, da China e da Índia (centrais no exame de MARX), constam o Vietnã, a África Ocidental e do Norte, Madagascar, Laos, América pré-colombiana, a Romênia, o Oriente Próximo antigo, o Império Otomano e o Império Bizantino. Neste balanço, ainda que incluindo espaços territoriais remotos, histórica e/ou geograficamente, nenhuma referência ao Japão. O próprio texto de MARX “Formas que precedem a a Produção Capitalista”, incluído nos *Grundrisse* é resultante de uma consulta em mais de 50 livros, segundo o editor espanhol, e o Japão curiosamente não é incluído no exame.

critério que decide sua condição de país feudal é justamente a ocorrência da propriedade privada da terra, que envolveu, inclusive, disputas sangrentas ao longo da história do país. Este fator determina o aparecimento de toda uma estruturação social baseada na relação senhor feudal/vassalo, entre os camponeses e os grandes proprietário fundiários. Desta forma, conclui-se que, as determinações marxistas destinadas a explicar as particularidades do desenvolvimento histórico pré-capitalista, sob a designação modo de produção asiático, no que têm de central, não se aplicam ao Japão.

TAKAHASHI (1986) procede a uma análise do Japão pré-capitalista, na qual reforça a impressão de que neste país o feudalismo vigente até meados do século passado em muito se assemelhava à formação econômica que precedeu o aparecimento do capitalismo na Europa Ocidental. Segundo o autor:

“ (...) do ponto de vista da história comparada (...) o feudalismo japonês é o único a apresentar, fora da Europa, características de homogeneidade idênticas às do feudalismo ocidental” (p. 63).

Neste estudo da transição japonesa do século passado, TAKAHASHI assinala que o “ponto de arranque” do capitalismo no país se inscreve na linha fundamental da Revolução Francesa, no sentido de: a) construir e garantir a continuidade da unidade nacional; e, b) por fim ao regime senhorial e às ordens feudais. Analisando comparativamente a

Isso não se explica pela dificuldade da linguagem e da escrita, como se poderia argumentar, dado suas semelhanças com a língua e com a escrita chinesas. A conclusão que nos parece mais próxima da realidade, é que tal lacuna é resultante do insulamento vivido pelo país, durante séculos.

transição nos dois países, o autor ressalta duas diferenças centrais: enquanto que o 1789 francês redundou em uma democracia liberal, o 1868 japonês desembocou em uma monarquia absoluta; enquanto na França o povo aparece como protagonista da cena histórica, no Japão as transformações ocorrem “de cima para baixo”, ou seja, foram patrocinadas pelos grandes proprietários, pela nobreza e sob pressão das potências estrangeiras.

Assim, até 1868, ano da Restauração Meiji ³ (que vai até 1912), o Japão vivia, uma variante das sociedades feudais européias, já há bastante tempo substituídas pela formação econômica capitalista na Europa. Até então, desde o período Tokugawa (que instala o Shogunato no início do séc. XVII) o país era baseado em laços feudais entre grandes senhores e seus vassallos, explorando a agricultura, com uma economia, no entanto, isolada do restante do mundo. Somente em meados do séc. XIX intensificaram-se os laços com as grandes potências da época, inicialmente diplomáticos, para mais tarde, em 1853, assumir a forma de intervenção militar aberta. Foi neste ano que o governo americano despachou para o oriente a Missão Perry, cujo objetivo era estabelecer as “bases” para uma aproximação americana, “bases” que iniciariam sua efetivação no ano seguinte, quando a esquadra americana retornou ao país com 250 canhões. Neste período, a sociedade japonesa era dominada pelos seguintes grupos e instituições:

a) *Shogun*: o Shogunato era uma espécie de oligarquia burocrático-militar, onde o titular (*Shogun*) mais poderoso entre os clãs governava o país, sendo a presença do imperador apenas simbólica. Este

poder absoluto dominou o Japão desde que uma importante batalha contra os bárbaros⁴ foi vencida por Ieyasu Tokugawa em 1600, instaurando um período de duradoura paz interna no país. Este período estendeu-se até 1868, quando ocorre a “Revolução Meiji”, que reconduziu o imperador ao poder efetivo e iniciou uma época de modernização no país;

b) *Daimyō*: senhores feudais com grandes extensões territoriais, cujo número no fim da era Tokugawa era de pouco mais de duas centenas, enfeixando em suas mãos o poder de tributação, o poder judiciário, de organização de milícia, prerrogativas alfandegárias, etc.

c) *Samurais*: uma espécie de casta militar, com grandes variações de fortuna, funcionando como braço armado do poder e, portanto, grupo fundamental para a compreensão da “ordem” social sobre a qual se estruturava o arquipélago.

A Missão Perry provocou o efeito de dividir as opiniões e interesses dos nobres *Daimyō*, sendo uma parte destes favoráveis à “abertura” do país ao comércio exterior enquanto outro setor desejava resistir às propostas recebidas. Isso funcionou como desestabilizador do poder do *Shogun*, favorável ao comércio com as demais potências, o que gerou grande descontentamento interno por parte de setores mais “conservadores” entre os *Daymiō*, o que redundou na sua abolição por um decreto do Imperador em 1868, instaurando uma Monarquia Constitucional.

³ Os diversos períodos históricos do Japão são conhecidos pelos nomes das dinastias que dominaram o país (Nara, Fujiwara, Kamakura, etc.)

⁴ Ou simplesmente os brancos.

A causa da Restauração Meiji, com a concomitante erosão do edifício feudal, ocorreu fundamentalmente como mais uma versão da modernização capitalista, via intensificação do comércio exterior de excedentes, promovido pelos melhoramentos tecnológicos na agricultura, notadamente a introdução, neste período, do adubo comercial e de uma debulhadora mecânica de arroz. Este fenômeno operou a transformação do senhor feudal, o *Daimyô*, em senhor rural comerciante, mantendo os mesmos laços que o vinculavam aos seus vassallos, baseados no dever e na lealdade, destes com relação àquele.

MOORE (1975) aponta algumas particularidades do trânsito do feudalismo japonês para uma economia capitalista, dentre as quais duas nos parecem merecer destaque:

Primeiramente, não ocorre um “desafio intelectual direto”, ou seja, o final do feudalismo japonês não foi marcado pelo aparecimento de uma elite intelectual que pudesse alavancar movimentos sociais modernizadores, como o que aconteceu em todo o ocidente, onde as mudanças para o capitalismo foram precedidas de intensa movimentação intelectual⁵.

Em segundo lugar, da mesma forma, e, muito provavelmente, em função disto, não ocorreu nenhuma modalidade de revolução

⁵Desde o início do Séc. XVI a velha Europa assiste à instauração do pensamento político em bases científicas. Maquiavel, com “O Príncipe” em 1513, é o grande pensador que inaugura a ciência política no prelúdio da idade moderna.

camponesa, ou seja, em nenhum momento o campesinato japonês entrou na cena histórica como protagonista autônomo, como, igualmente, ocorreu em inúmeros países, mesmo em anos recentes, como foi o caso da China com a Revolução Socialista de 1949⁶. Neste ponto de sua análise MOORE (id. p. 308 e segs) refere-se a um “conformismo mais severo de que se tem notícia” por parte dos trabalhadores camponeses do Japão, com suas atividades baseadas na aldeia, sob um rígido controle do soberano, numa forma de cadeia escalar de autoridade que se iniciava com os “grupo de cinco”, pequenos coletivos dirigentes que dominavam a aldeia, formados por grupos de cinco chefes de família que compunham uma espécie de conselho e que se reportavam à autoridade superior até chegar ao imperador nas grandes questões. Essa modalidade de poder era exercida de forma a que todos os membros da aldeia se sentissem vigiados. MOORE identifica, ainda, como decisivo para a estabilidade da aldeia pré-moderna, um forte espírito comunitário, originado nas dificuldades técnicas com a cultura do arroz, que tornava obrigatória a cooperação, impedindo que a aldeia se transformasse em um aglomerado relativamente autônomo.

O capitalismo emergente no Japão, em que pese este “conformismo sem precedentes” de seu campesinato, na medida em que as novas técnicas expulsavam mão de obra das comunas foi palco, novamente como em toda a Europa, de agudos enfrentamentos entre os poderosos e os

⁶ Não se entenda, entretanto, que a ausência de uma revolução camponesa signifique a inexistência de graves conflitos em torno da questão agrária. O início da Era Meiji assistiu a 10 anos de intensos distúrbios no campo. Segundo TAKAHASHI (id) como resultado das mudanças impostas na estrutura fundiária do país pelo novo regime, as massas de pequenos camponeses, destituídas da propriedade da terra, estavam submetidas a uma espécie de dupla espoliação: eram forçadas a pagar a renda devida pelo uso da terra e mais os tributos cobrados pelo Estado. Este estado de permanente tensão no campo, com fases de maior ou

camponeses destituídos de suas condições de sobrevivência, o que deu origem à Lei de Preservação da Paz, em 1887, que inaugurou a prática sistemática de prisões em massa para os não conformes com as mudanças históricas que se processavam. Esta mesma lei teve uma reedição, a segunda Lei de Preservação da Paz de 1925, destinada especialmente a dois tipos de “delitos”: a associação de pessoas para questionar o sistema e governo ou questionar a propriedade privada (id. pag. 340 e segs). Esta legislação truculenta combinada com o culto “frenético” ao imperador e à “pátria”⁷ serviram como preparação para a fase da história japonesa designada por MOORE como “Fascismo Asiático”. Uma vez mais, tal como na Alemanha, Itália, Espanha, etc., a expansão capitalista exigiu regimes políticos ditatoriais para eficazmente conter os antagonismo específicos desta ordem econômica. A citação que segue, extraída de uma declaração feita pela Associação dos Senhores Rurais Japoneses, em 1926, parece-nos elucidativa da combinação entre estimulação exacerbada do nacionalismo, do culto ao imperador e da demagogia fascista.

“Relembrando a esplêndida tradição de nossa nação, cujos soberanos e súditos constituem um corpo só, e refletindo na gloriosa história do progresso nacional, queremos chamar a atenção para as harmoniosas relações entre capital e mão-de-obra, e, especialmente, queremos cultivar a paz entre os proprietários e os arrendatários (...). Que demônios haverá capazes de tocar furiosamente a rebato onde não há fogo, e de incitar a uma luta de classes, provocando a animosidade contra os proprietários e

menor radicalização, durou até a metade deste século, quando as forças de ocupação americana, no curto espaço de dois anos (1956-8), implementaram uma radical reforma agrária no Japão.

⁷ MOORE relata a existência, neste período, de um capitão do exército, elevado à condição de herói nacional por diversos jornais extremistas da época, por ter, com suas próprias mãos, estrangulado um dirigente operário, sua mulher e seu sobrinho de sete anos.

excitando os arrendatários contra eles? Se não se puser restrição a esses malignos desígnios, que sucederá à existência nacional? (...) Estamos decididos, portanto, a cooperar com aqueles que tiverem as mesmas idéias, a acordar a opinião pública e a estabelecer uma política nacional mais adequada”. (MOORE, p. 334-5)

MOORE sustenta o aparecimento de um fascismo de tipo asiático baseado em algumas diferenças de seus similares europeus, tais como:

- i) a inexistência de um grande partido de massas: o fascismo japonês, argumenta o autor, “emergiu naturalmente”, tendo o próprio imperador incorporado o símbolo na unidade nacional; ocorreu, então, uma “judiciosa aplicação do terror” aliada a apelos aos símbolos tradicionais, à pátria e ao soberano.
- ii) ocorrência do fascismo sem rupturas: este é efetivamente um ponto que chama especial atenção, ou seja, de como a história política do país é construída sem grandes sobressaltos históricos como a Marcha sobre Roma na Itália ou a República de Weimar na Alemanha. O fascismo que se instala no Japão caracteriza-se muito mais como continuidade de um processo resultante da agudização da luta de classes do que como um corte histórico datado. Não menos eficaz, não menos ditatorial, não menos repressor, mas sob uma fachada de prosseguimento natural do curso histórico. Não faltaram as leis repressoras específicas, os ordenamentos oficiais para assassinatos, as prisões arbitrárias em massa contra lideranças

sindicais ou socialistas (p.348 e segs.), tendo sempre por base a ideologia e as organizações patrióticas:

“Os primeiros anos após a I Guerra Mundial constituíram um período de radicalismo, tanto rural como urbano que, por vezes, tomou formas violentas. As organizações patrióticas ajudaram a quebrar as greves de arrendatários e operários, enquanto rufias contratadas destruíam os sindicatos e os jornais liberais” (id. p.349).

As contrapartidas econômicas, previsivelmente, como não poderia deixar de ser, demonstram a eficácia desta poderosa *weltanschauung* elaborada pelas classes dominantes japonesas e implementada criteriosamente por seus aparelhos policiais e ideológicos:

“Todo o período de hegemonia militar e fascismo foi muito favorável ao negócio. A produção industrial aumentou de 6 bilhões de yens em 1930, para 30 bilhões em yens em 1941. (...) O grande negócio necessitava do fascismo, do patriotismo, do culto ao imperador e do militarismo, tal como o exército e os patriotas necessitavam que a grande indústria levasse a cabo seu programa político”. (id. pgs. 352-3)

Este período marca o reaparecimento dos *Zaibatsu*, grandes conglomerados econômicos que começam sua formação nos finais do século passado, alcançando seu apogeu na grande depressão de 29 e que, na década seguinte, recuperam todo o seu vigor. Sequer a ocorrência da II Guerra Mundial (ou exatamente por isso) impediu que as quatro grandes firmas *Zaibatsu* (Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yasuda) saíssem deste conflito com um ativo total de mais de 3 bilhões de yens, crescimento extraordinário

de 3,5 vezes no curto período de 1930 (quando seu ativo somava 875 milhões de yens) até o final da guerra.

I. 3 - Panorama Atual

O Japão, país cujo regime político atual é de uma Monarquia Constitucional, é composto por um conjunto de ilhas, sendo as quatro principais : Hokaido, Honschu, Shikoku e Kyushu onde se concentram os grandes conglomerados urbanos e industriais. Com uma área física de 370 mil Km² e 123 milhões de habitantes⁸, o país possui apenas 16% do total desta área agricultável, o que o torna fortemente dependente de importações, quer de alimentos⁹, quer de insumos energéticos.

Em relação à matriz de necessidades energéticas, o país apresenta o seguinte quadro de dependência em relação à importação de recursos naturais:

⁸ Isto representa uma das maiores densidades populacionais do planeta. O Japão possui 328 habitante por Km², contra 27 nos EUA, 18 no Brasil, e mesmo em comparação com países superpopulados: 120 hab/Km² na China ou 265 hab/Km² na Índia. Dados do Monthly Bulletin of Statistics; Prime Minister's Office, Japan (1992, março).

⁹ O Japão é autosuficiente apenas em arroz (pesadamente subsidiado pelo governo), dependendo de maciças importações de alimentos, que se elevam a 70% de suas necessidades; importa 100% do milho, 92% do feijão, 85% do trigo, etc. Dados de: Japan 1994, An International Comparison, Japan Institute for Social and Economic Affairs, Tóquio, 1994.

Matéria	Dependência(%)
Carvão	94,1
Óleo	99,6
Gás Natural	96,0
Minério de Ferro	100,0
Cobre	98,8
Chumbo	93,0
Zinco	82,9
Estanho	100,0
Bauxita	100,0
Níquel	100,0
Energia	83,7

Fonte: Japan 1994, An Internacional Comparison.
Japan Institute for Social and Economic Affairs.

No entanto, o fato de ser um país onde os recursos naturais praticamente inexistem não impediu que o Japão do pós-guerra se transformasse numa das principais economias do planeta, com uma renda *per capita* de cerca de US\$ 27 mil (em 1991), contra 22mil dos EUA, 17mil do Reino Unido, 24 mil da Alemanha, ou US\$ 4 mil em um país de terceiro mundo como o Brasil¹⁰. Os indicadores econômicos, quase todos, colocam o Japão, se não a primeira, entre as três maiores economias do mundo. Para ficar em apenas um dado econômico, o país investiu diretamente em outros países, através de suas grandes corporações multinacionais, no decênio 82-92 US\$ 340,6 bilhões, o que representa a quantia média, nada desprezível, de US\$ 34 bilhões anuais. É notável que este padrão de desenvolvimento seja comparativamente recente, situando-se seu início há cerca de 50 anos.

Após a derrota na segunda Guerra Mundial, o Japão sofreu uma profunda intervenção política e militar por parte das forças aliadas (que na

¹⁰in: Japan 1994, An Internacional Comparison. Japan Institute for Social and Economic Affairs.

prática, limitou-se aos Estados Unidos) que, além de profundas reformas no Judiciário, nos sistemas político e econômico, impôs-lhe uma constituição que iria promover radicais mudanças no país¹¹, responsáveis pelo grande dinamismo econômico que durou do pós guerra até o choque do petróleo em 1973, período chamado de “milagroso crescimento econômico” (HISAKO, 1990, p.8), seguido de um período de crescimento mais lento, ainda vigente.

Para além da aguda intervenção política, a potência de ocupação preocupou-se igualmente em assessorar tecnicamente o salto econômico que sobreviria, enviando assessores técnicos das melhores escolas americanas para o país, com o objetivo de reestruturar sua economia.

“Os setores industriais escolhidos -o têxtil, depois as indústrias de base siderúrgica (naval, automobilística, de máquina-instrumento), atualmente as indústrias calcadas na eletrônica- integravam-se através de enlances, tais como aço-automóveis-construções-mecânicas, nos quais a demanda interna e a demanda mundial estavam em forte crescimento. Esta estrutura oligopolista -cerca de vinte trustes, os “*zaibatsu*”, dominam o aparelho industrial e financeiro (...) permitiram um protecionismo de fato do mercado interno” (GINSBOURGER, in SATOSHI, 1985, p.14).

Esta reestruturação, como se vê, deu-se em um número limitado de ramos e setores industriais à custa de uma dominação política integral por

¹¹ O Japão recuperou sua soberania em 1952, a partir da vigência do Tratado de Paz de San Francisco, firmado pelos 48 países aliados. No entanto os Estados Unidos mantiveram até 1972 sob sua jurisdição o arquipélago de Okinawa, uma região de importância estratégica para os Estados Unidos, tendo ficado durante 27 anos sob administração; ainda hoje os EUA mantêm estacionadas tropas de três a quatro dezenas de milhares de soldados em suas bases de Okinawa, sob frequentes protestos dos cerca de 1 milhão de habitantes da região (veja a respeito: MITSURO, Yamamoto, 1982)

parte dos Estados Unidos, cujo pressuposto foi o de “... barrar o avanço da luta operária...” (SATOSHI, 1985)

“ ... foram necessários a proibição das greves imposta pelo General Mc Arthur, a caça às bruxas comunistas, a eliminação sistemática do sindicalismo de oposição, o fortalecimento das forças conservadores (que continuam até hoje à frente do país”. (id. p. 14).

A compreensão destas medidas tomadas pelas forças de ocupação é importante para entender o modelo japonês tal como se apresenta hoje. No que respeita aos sindicatos, as organizações sindicais combativas de então vinculadas à SOHYO viram surgir, de um dia para o outro, o “segundo-sindicato”, ou o sindicato por empresa, de filiação obrigatória, que passou a substituir os sindicatos de base regional ou por categoria econômica nos moldes europeus até então vigentes. Estavam se dando as bases para um sistema de representação operária domesticado, até hoje majoritariamente presente, cujas características centrais são a docilidade e a cooperação.

Este é o sindicalismo de empresa tão festejado por CORIAT e pela maioria dos analistas do modelo japonês. Um sindicalismo imposto em circunstâncias muito particulares, em um país arrasado política e economicamente, palco de violentas perseguições políticas ao movimento sindical, com demissões em massa de milhares de trabalhadores, prisões, etc., cujas consequências ainda hoje podem ser sentidas: um sindicalismo de orientação classista foi virtualmente varrido do Japão por conta de uma avassaladora ingerência americana no pós-guerra. Assim, não é estranhável o fato de que a ação política do movimento operário japonês atual restrinja-

se (com excessões) ao campo econômico-corporativo, com a quase total perda de vista das possibilidades de uma intervenção política de caráter classista.

Atualmente, o clima de cooperação entre os sindicatos e suas respectivas empresas é bastante ajudado pela institucionalização de uma superposição de carreiras no sindicato e na empresa. Desta forma, um dirigente bem posicionado na empresa é indicado para dirigir o sindicato e vice-versa. Quadros do sindicato, mesmo os “inconformados”, são aproveitados na hierarquia da empresa, justamente no departamento de relações industriais, para negociar, agora integralmente, os interesses da empresa nas negociações trabalhistas (abordamos este ponto mais detidamente em outra sessão).

A análise descrita anteriormente referia-se aos sindicatos das grandes empresas, ou setor de ponta da economia (algo como 30% da PEA - população economicamente ativa). No que concerne aos restantes 70%, o quadro é pior sob muitos aspectos, dado que 2/3 dos empregadores de pequenas, micro e médias empresas não aceitam empregar trabalhadores sindicalizados (MITIYUKI, 1991), condição *sinequanon* para a aceitação em um posto de trabalho.

I.3.A. - Aspectos culturais

Há uma certa unanimidade entre os autores que escrevem sobre o modelo japonês, no sentido de que entendem ser insuficiente para explicar a

eficácia do modelo partir de análise exclusiva das contrapartidas materiais ou econômicas na relação de trabalho. Isto é, percebem terem concorrido para o êxito desta modalidade de acumulação determinadas particularidades culturais específicas da sociedade japonesa.

Não é necessário aos objetivos deste trabalho uma análise detalhada da complexa e rica cultura japonesa; todavia, parece-nos importante alinhar algumas idéias a respeito, com o objetivo de fornecer mais elementos de análise sobre este que é, julgamos, o grande êxito do modelo econômico japonês: o fato de terem as classes dominantes daquele país conseguido mobilizar e valorizar (no sentido marxista do termo): a criatividade, a arte e o saber de importante parcela dos trabalhadores japoneses. Neste sentido é que, entendemos, devem ser levadas em conta determinações de ordem cultural, psicológica e simbólica específicas daquele país. Aqui deve ficar igualmente claro que uma abordagem destinada a explicar uma ordem hegemônica a partir de uma ordem cultural, ou seja, tentar explicar uma relação de dominação limitada a determinações culturais constituiria um equívoco teórico/analítico. O pressuposto é, portanto, que ambas as dimensões são importantes para entender o fenômeno¹², razão pela qual seguem-se alguns apontamentos sobre a cultura japonesa.

De abordagens mais ou menos difusas na bibliografia resultam algumas características que podem sumarizar importantes valores espirituais cultivados pelos japoneses, tais como:

¹² A este respeito se refere HIRATA: "...na verdade, as práticas e relações sociais em vigor na empresa japonesa, as características de sua classe trabalhadora, (são) indissociáveis das técnicas produtivas e gerenciais (...)" (1993, p.15).

I.3.A.a - Modernidade e tradição combinados

GAUL et alli (1988) assinalam que, quer se tome o modo de vestir, de se alimentar, de celebrar seus ritos, etc., é notável a combinação que os japoneses fazem, ao mesmo tempo e em um mesmo lugar, do kimono com o jeans, do suchi com o hamburguer, etc. É perfeitamente normal um japonês tornar-se um especialista em tecnologia de computação e, ao mesmo tempo, dedicar quatro, cinco, seis anos para o adequado treinamento para a cerimônia do chá; ou o fato do país produzir os micro-chips mais desenvolvidos do planeta e ao mesmo tempo fabricar utensílios domésticos da mesma forma que se produziam há quinhentos ou mil anos atrás. YANAGI (1988) descreve com riqueza de detalhes esta convivência a partir de visitas realizadas a duas famílias japonesas, uma tradicional, outra bastante ocidentalizada, de onde ressalta a coexistência de ambas as vertentes culturais.

A integração do trabalhador com a empresa é, sem dúvida, uma das pedras angulares do “modelo japonês”, cuja origem parece ter sólidas vinculações culturais, a respeito do que há igualmente unanimidade entre os analistas.

MITIYUKI (1991) assinala que, em uma de suas visitas ao Japão, obteve o depoimento de um operário qualificado de grande indústria eletrônica, tentando explicar seu grau de envolvimento com a fábrica. A reprodução deste depoimento parece-nos válida, não porque possua valor

científico, estatístico, etc., mas porque parece fornecer uma chave de compreensão importante na relações de trabalho no Japão de hoje::

"...- Antes da era Meiji ¹³ os samurais (espécie de soldados fiéis ao soberano) eram treinados e preparados para entregar não só sua força, sua destreza, mas sua vida pelo imperador. Hoje, nós somos os samurais da empresa". (1994, p.5)

I.3.A.b - Harmonia ¹⁴ e a Lealdade:

SATOSCHI (1991) assinala que o silêncio é a forma suprema de comunicação entre os japoneses. A sociabilidade japonesa, segundo o autor, é bastante avessa à gritos, à gestos bruscos, à fala excessiva. Segundo o autor, os japoneses cultuam as formas polidas de saudação, de comunicação, a leveza nos gestos, a delicadeza na fala e nos movimentos. É importante, também, assinalar a religiosidade deste povo, bastante solidificada no Shintoísmo e, em menor escala, no Budismo, correntes filosófico/religiosas que valorizam sobremaneira a harmonia interior do homem em sua relação com a natureza e a lealdade com relação ao superior.

Relativamente a esta matriz da sociabilidade enraizada na religião com origem no confucionismo, relata MORISHIMA:

¹³ À era Meiji, sucede a era Taisho (1912-1926) e, depois, a era Showa (desde 1926), que corresponde ao reinado do Imperador Hiroito." (SATOSHI, 1985, p. 34).

¹⁴ "Respeita a harmonia antes de tudo": assim reza a Constituição japonesa do século XVI (in GAUL, Ricahrd, 1988)

“Por conseguinte, as palavras de Confúcio ‘atuar com lealdade a serviço de nosso senhor’ (...), os japoneses interpretaram ‘os súditos devem consagrar sua vida ao senhor por inteiro’ ” (1984, p.20)

Mesmo na âmbito das empresas (especialmente as grandes e médias) é comum o treinamento incluir elementos religiosos ou espirituais:

"Um treinamento comportamental especial para recém contratados é realizado em 1/3 das médias e grandes empresas; trata-se de um tipo de educação moral e espiritual denominado *Seishin Kyoiku*. (...) que visa à implementação e à adoção de um estilo de vida, além de desenvolver o sentimento de solidariedade e dependência, ‘comer o arroz de uma mesma panela’”(SHIROMA,1993, P.55), a ponto de todos os empregados sentirem-se membros de um grupo social cuja característica é de ser o equivalente funcional do universo familiar.

Na relação de emprego padrão, o operário (raro) que demonstra descontentamento ou revolta recebe imediatamente a reprovação unânime (ou quase) dos companheiros; os comportamentos de resistência ou oposição são vistos como irracionais.

"... parece-lhes lógico que quando a empresa sofre, os funcionários também sofram com ela. (TANAKA, 1982, p.27).

É usual que um operário para poder ascender à posição de supervisor deve possuir duas características pessoais, quais sejam: *jimbo*, ou seja, estima, popularidade e prestígio junto ao grupo com o qual lidará; e, *ninjo*, sentimentos humanos, piedade, humildade (SHIROMA, p. 76).

A empresa funciona como equivalente funcional familiar a ponto de muitos casamentos serem arranjados pelos próprios chefes. Cerca de 40% dos casamentos japoneses (inclusive em Tóquio, no campo a porcentagem é maior) são arranjados pelos pais, pela empresa ou por agências especializadas (JUNGPLUT et alli, 1988, p.27). O autor acrescenta que esta modalidade de matrimônio está mudando:

"... os jovens operários cada vez aceitam menos que sejam seus chefes, seus companheiros ou uma agência profissional que lhes diga com quem e quando devam casar. *Eles preferem fazê-lo por amor*".(grifo nosso, id. p. 83)

O sentimento de pertencimento familiar no âmbito da empresa fica manifesto por depoimentos como o deste operário em férias durante sete dias, ao ser indagado sobre o sistema ocidental de cerca de 30 dias de férias:

"Eu não poderia resistir. Ao cabo de três dias já começo a me perguntar como devem ir as coisas na fábrica, como se viram meus colegas sem mim, e tenho vontade de estar com eles para tomar um copo. Que vou fazer em casa? Na pequena morada nos estorvamos uns aos outros. É muito melhor na fábrica."(id., p.83)

I.3.A.c - Trabalho e Concorrência

Uma das grandes questões suscitadas pelos analistas é justamente o tipo qualitativamente diferente de relação que tem o operário padrão japonês

com a empresa, já referidos acima, junto a uma valorização excessiva do ato de trabalhar.

A combinação destes elementos está na origem de outra inovação japonesa que é o emprego “por toda vida” (do qual falaremos adiante mais detidamente) no qual é possibilitado ao operário de grande empresa, realizar uma carreira vitalícia dentro de uma mesma empresa.

“... Para os trabalhadores do sexo masculino, o sistema de emprego vitalício leva a uma dupla identificação da vida empresarial com a vida pessoal. Esta relação entre público e privado, tão características do modelo, é certamente um obstáculo à sua transposição.” (HIRATA, 1993, p.16)

Ou em outro depoimento:

“Entre nós não existe uma diferença tão grande entre trabalho e lazer. Tampouco queremos *explorar nossos padrões* como na Itália”(grifo nosso, GAUL, 1988, p.71).

Este ponto será trabalhado com maior detalhamento em seção posterior, na análise da equação política que viabilizou o toyotismo.

I.3.B - Divisão Sexual do Trabalho

No Japão, a mão de obra feminina funciona rigorosamente como força de trabalho suplementar. Não lhe são dadas as mesmas oportunidades profissionais e a diferença salarial em relação aos homens é a maior do mundo, segundo SHIROMA (1995): pela mesma atividade profissional a

mulher recebe 64% menos do que o homem, ou seja, 1/3 do salário masculino.

O fato de ser dado à mulher um lugar secundário na formação do exército industrial japonês não torna menos fundamental a sua importância no esquema geral de produção e reprodução capitalista naquele país. Muito ao contrário, a trabalhadora, além de fornecer sua força de trabalho em tarefas monótonas e repetitivas, nunca de chefia ou supervisão, possui o explícito papel de educar os filhos, sobre o que é a única responsável, provendo todas as condições necessárias para a carreira bem sucedida do marido trabalhador, a quem é diligentemente adestrada, durante toda a vida, para servir.

A mulher ingressa no mercado de trabalho (especialmente nos ramos eletrônico e têxtil) para uma carreira profissional curta e pouco estimulante, já que até os vinte cinco anos deixará o trabalho para dedicar-se às lides da casa e da educação dos filhos.

“ Dessa forma, a mulher assume toda a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pela criação bem sucedida e futuro dos filhos, razão pela qual abandona o mercado de trabalho aos 18-24 anos e depois retorna como trabalhadora por tempo parcial quando os filhos já forem crescidos, não se beneficiando das políticas de promoção, nem do emprego vitalício”(id. p. 85)

Ou ainda, segundo HIRATA:

“Aqui, indisfarçadamente patriarcado e capitalismo se conjugam para reproduzir a classe assalariada, jogando com sexo e idade da mão de obra”(1987, p.72)

A relação dominador/dominado que ocorre entre homem e mulher e entre a mulher e o chefe reflete-se inclusive no plano da linguagem, já que existem palavras de utilização restrita aos homens, enquanto que as mulheres são obrigadas a utilizar uma linguagem específica mostrando modéstia, gentileza, inferioridade:

“Por exemplo, para dizer “eu” os homens falam *boku*, palavra que é vedada às mulheres; elas devem dizer *watashi*, que também pode ser usado por homens indicando polidez” . (id. p.89)

E mais adiante:

“Esta característica da linguagem deriva do padrão de pensamento japonês formado no período Tokugawa, sob forte influência da moral confuciana, segundo a qual cada um sabe o seu “devido lugar”, não existindo ninguém acima do imperador, como também ninguém abaixo da *filha caçula de uma família de camponeses*”.(grifos nossos, id., p.90)

A diferença entre o homem e a mulher é marcada desde cedo por uma ampla gama de simbolismos conhecidos desde os primeiros anos da infância.

“... a menina é educada dentro do respeito incondicional aos homens, que são os primeiros a ser servidos

na mesa, com direitos aos melhores pedaços, os primeiros a entrar no banho de “furô”, e da regra de obediência ao pai quando jovem, ao marido quando casada e ao primogênito quando idosa”(HIRATA, 1987, p.66)

São todos mecanismos de sociabilização destinados a conferir à mulher um caráter servil e de submissão frente aos homens, quer eles sejam o pai, o marido, o irmão mais velho, ou, obviamente, o chefe .

Diferente do que ocorre no ocidente, por exemplo, no Japão há o dia do menino e o dia da menina, com rituais diferenciados em cada caso: os meninos são homenageados com ritos quase públicos, com o hasteamento de carpas feitas em papel no alto da casa, a indicar que ali mora um varão com a força e a tenacidade deste peixe que nada contra a correnteza, que não se abate com o vento, o mau tempo, etc. Às meninas são reservadas cerimônias bem mais recatadas, dentro do quarto “... enfeitado com bonecas frágeis, delicadas e imóveis” (SHIROMA, p 132). Nas palavras de HIRATA:

“No primeiro aniversário da criança costumam-se colocar alguns objetos em sua frente, o primeiro objeto que ela agarrar indicará sua futura profissão. Diante dos meninos são postos canetas ou calculadoras, diante das meninas uma cesta de costura ou fita métrica ¹⁵” (1987, p.67).

¹⁵ Segundo o relato de M.Y., jornalista japonesa em visita ao Brasil, a criança é estimulada a escolher sua profissão do futuro adulto já no primeiro ano da escolaridade básica. Em meio a um conflito familiar, explicou-nos esta jornalista que não consegue compreender como pais e educadores permitem que esta escolha fique para tão tarde, “uma semana antes do vestibular”, e que seria uma escolha por demais importante para não ser discutida e realizada desde muito cedo. O conflito familiar, antes referido, prendia-se ao fato de Y.Y., seu filho de 12 anos, melhor aluno da classe, de notável inteligência, dedicadíssimo aos estudos no Japão, ter escolhido a inusitada profissão de “doceiro”, o que estava causando um enorme mal estar entre todos os seus familiares.

A escola reproduz elementos discriminatórios em relação à menina. Nas grades escolares há previsão de ensino de economia doméstica que, no texto consultado, é exclusiva para moças, como disciplina oficial, com direito à crédito, etc. A disciplina Economia doméstica envolve as matérias: Economia Doméstica Geral, Habilidades para a Vida, Habilidades Gerais para Vida e Outras Relacionadas a Economia Doméstica (KAZUO, 1991, p. 37)

A educação das crianças, notadamente das meninas, envolve a inculcação de certos conselhos tais como: “seja obediente, cooperativa, gentil, dócil, disposta..., e os imperativos: persista, suporte, reflita sobre sua própria fraqueza” (SHIROMA, 1993, p.92)

O enquadramento da criança nesta socialização, que não deixa espaço para revoltas, discordâncias, discussões, altercações, brigas, etc., continua sendo reforçado na educação formal oferecida pela escola::

“No processo de *envolver a criança aos objetivos da mãe* ¹⁶, o princípio chave parece ser “nunca ir contra a criança”. (...) Mães e professores manifestam desagrado de maneiras sutis e trabalham tenazmente para criar um ambiente no qual as crianças não tenham outra escolha a não ser colaborar com sinceridade. (...) Segundo meta do treinamento Zen, o discípulo alcança a condição de mestre quando consegue impedir que um passarinho voe de seu braço simplesmente cedendo cada vez que o pássaro faz menção de decolar. Sem resistência, o passarinho não consegue impulso necessário no contato com aquele braço e não pode voar. Por analogia, a criança está sempre no braço de seus superiores,

¹⁶ Grifamos estas palavras para sublinhar o notável princípio pedagógico que envolve a educação da criança japonesa e, obviamente, o quanto ele se mostra funcional para o futuro operário integrado “aos objetivos” da mãe empresa.

cuja passividade a impede de se rebelar e “voar”. (SHIROMA, p. 93)

A noção de trabalhar em grupo é fortemente estimulada na escola, havendo grupos para trabalhar no almoço, para fazer a limpeza da escola, etc. As classes escolares têm um líder (*toban*) e são divididas em grupos, cada grupo com um líder (*hancho*), sendo vedado às meninas estes cargos, tidos como muito importantes e de muita responsabilidade, portanto, prerrogativa exclusiva dos meninos (id. p. 94)

A atividade grupal é, assim, muito valorizada na vida escolar, a ponto de haver previsão na grade curricular exclusivamente dedicada a “atividades especiais” já na escola primária.

“Atividades especiais incluem “atividades estudantis” (isto é, assembléias de sala de aula, conselhos de alunos e atividades de clubes), eventos escolares (isto é, eventos cerimoniais, eventos relacionados aos estudos, e eventos relacionados à educação física) e, “orientação aos alunos” (incluindo almoço na escola e limpeza)”. (KAZUO, 1991, p.30)

Segundo SHIROMA (1995), o estudante secundarista passa 16 a 20 horas diárias estudando¹⁷, sendo muito freqüentes os casos de profunda depressão entre aqueles alunos que não conseguem as melhores classificações na turma, chegando, não raro, a casos de suicídio, no qual o Japão apresenta

¹⁷ Tive oportunidade de conversar algumas vezes com o estudante Y.K., 9 anos, em sua visita ao Brasil durante as férias escolares. Mesmo durante as férias, Y trouxe uma espécie de livro texto do Japão para trabalhá-lo durante o período de recesso escolar, o que lhe ocupava algo em torno de uma hora, diariamente e em férias. Como tive oportunidade de levá-lo ao aeroporto, pude notar-lhe um certo pânico já que, no dia

as taxas mais elevadas do mundo, na faixa etária que compreende os oito aos dezoito anos.

MICHIKO (1982), faz um dramático relato sobre as taxas e motivações para o suicídio entre jovens e crianças no Japão, que se mostram, numa grande medida, incapazes de assimilar um mal desempenho escolar¹⁸, sem distúrbios psicológicos de maior ou menor gravidade:

“Observe-se que na lista de motivações de suicídio examinada, sobre um total de 24 casos com motivações conhecidas, 10 estiveram relacionados com problemas de estudos, o que indica, direta ou indiretamente, sua conexão com a tensão provocada pelo exame de admissão”. (p. 162)

Sob o título sugestivo de *Balance de la socialización para el éxito*, o autor relata casos de suicídio entre jovens estudantes motivado especificamente por inadequado desempenho escolar, associado a uma forte pressão dos colegas que tendem a isolar os perdedores, num esquema público de humilhação, que o acompanhará por toda a vida profissional, como uma marca simbólica indelével. Há quatro princípios a serem seguidos na vida escolar: “não ter problemas, não duvidar, não questionar. Estudar” (id. p.167)

anterior ao seu regresso ao Japão, por qualquer razão o menino não pode cumprir sua tarefa diária, o que só foi possível fazer no aeroporto, enquanto esperava pelo horário de seu voo.

¹⁸ O autor lista as principais motivações para suicídio conhecidas entre os jovens: 26,6% relacionadas aos estudos, 13,7% causas sentimentais e 13,6% por problemas familiares. Afirma, ainda, que para cada suicídio efetivado, ocorrem 10 tentativas e 1.000 jovens com propensão para tal, ou ainda, que ¼ da população do ensino secundário constitui o “exército de reserva de suicidas” (p.164)

A jovem C, estudante secundarista de 17 anos, jogou-se de um edifício pondo fim a sua vida, deixando um bilhete com a seguinte explicação;

“[nome de C]
Não quero ir à escola,
não quero viver
porque fulano, beltrano e sicrano
[os nomes dos companheiros de escola
secundária]
me tratam mal
Vou me suicidar.
Adeus a todos” (id. p. 184)

M.K.¹⁹, dekassegui brasileiro já retornado ao Brasil, justificava-nos em entrevista a razão pela qual levou apenas sua companheira para trabalhar no Japão, deixando sua filha Y.K, de 12 anos no Brasil, aos cuidados da avó:

“Antes de irmos ao Japão, há mais de três anos, fui muito aconselhado pelo sr. K (agenciador de dekasseguis aqui no Brasil) a deixar minha filha Y. no Brasil, pois, o senhor K, que conhece nossa família desde que morávamos em Cafezal (interior de São Paulo) tinha certeza que a Y não suportaria as pressões do sistema de ensino no Japão. Ao voltarmos ao Brasil, tendo conhecido o funcionamento da escola no Japão, vimos que o Sr. K. tinha toda a razão, o sistema escolar de lá é insuportável para nossas crianças”.

Os japoneses parecem não conseguir sobreviver saudavelmente, a menos que estejam entre os primeiros em desempenho, quer seja escolar, quer

¹⁹ A alguns trabalhadores brasileiros que foram ao Japão, com os quais conversamos, designaremos pela inicial do primeiro e último nome, já que não é necessário os identificar. No caso de duplicidade de iniciais,

seja profissional. As taxas de suicídio são igualmente elevadas nas próprias indústrias, agravadas pela recessão econômica que está determinando demissões de trabalhadores, vinculados à empresa com “emprego por toda a vida” (trataremos adiante este ponto).

Da mesma forma, doenças de origem emocional/psicológica atingem índices alarmantes no país, entre as quais, ganha relevo o *karoshi*, que se traduz literalmente por “morrer de trabalhar”²⁰:

“... as manchetes anunciam que os dedicados funcionários estão morrendo de trabalhar. Somos tentados a acreditar que esse esquema é tão cruel aos estudantes japoneses quanto para a economia mundial” (SHIROMA, 1993, p.94)

O que as anotações precedentes supõem é a funcionalidade de duas esferas específicas da sociabilidade para sustentar ideologicamente um projeto de dominação: a família e a escola, entre as quais ocorre um acentuado caráter de continuidade.

A sociabilidade primária ou familiar assentada em práticas culturais que se perdem no tempo, designa, primeiramente, o papel de irrestrita subserviência de caráter filial da mulher em relação ao homem, quer seja o pai, quer seja o irmão mais velho, quer seja, mais tarde, o chefe. A designação

o que é comum, consideraremos, unicamente para efeito metodológico de tratamento das informações, uma letra em ordem alfabética indicando o entrevistado específico, por exemplo: M.K.a, M.K.b, etc.

²⁰É muito difícil estimar o número total destas mortes, provocadas por excesso de trabalho e de tensão no trabalho. O Ministério do Trabalho Japonês só reconhece o *karoshi*, quando fica comprovada uma jornada de, no mínimo dezesseis horas, durante uma semana toda, ou se fica uma jornada ininterrupta de vinte quatro horas. A estimativa gira em torno de 10.000 mortes anuais (LIMA, 1996).

do seu papel secundário, fundamental para a segmentação da força de trabalho na ordem capitalista, se iniciará com os primeiros saberes da infância e a acompanhará pelo resto da vida, o que levam HIRATA e SUGITA a identificar a funcionalidade desta socialização na divisão sexual do trabalho:

“... o paternalismo continua a ser, ainda hoje, o centro da política de gestão da mão de obra nas grandes empresas industriais japonesas (...) uma mesma gestão paternalista das relações salariais podem ter duas configurações diferentes e fundamentalmente opostas, segundo se trate de mão de obra feminina ou masculina” (1988, p.71-2).

Em segundo plano, desde as primeiras séries escolares, além do brutal reforçamento da diferença entre os gêneros são inculcadas com metodologia original e eficaz as noções de obediência e consentimento no imaginário da juventude. Ação ideológica poderosa que, tendo por alicerce o universo doméstico, potencializa-se na escola e maximiza-se na empresa. É o que os autores acima tratam como sendo o “alargamento do universo familiar” à empresa: uma imbricação/ integração/ interpenetração entre esferas da sociabilidade humana de rara funcionalidade para o padrão de comportamento exigido pelo capital: a obediência e a constância. Ocorre, na prática, o esfacelamento relativo das fronteiras que envolvem família/escola/empresa:

“Todo o sistema de comando está temperado por este apagamento relativo dos limites entre empresa e família, as relações em vigor ocorrem no sentido de que a unidade familiar modele a prática dos chefes: o chefe de grupo, o contra-mestre, o chefe da empresa, dispõe, de fato, de um

subordinado como um pai dispõe de seus filhos: tanto enquanto pessoa como enquanto força de trabalho” (id., p.72)

Estamos lidando, enfim, com uma “estrutura de aparelhos de hegemonia”²¹, tal como a definia GRAMSCI, colocada a serviço de um projeto original de dominação, para o qual há um requisito indispensável: a educação, familiar e escolar, orientadas para a construção da disciplina e para a negação da liberdade.

I. 4 -Estado e Economia: algumas notas

I.4.A - O Papel do Estado

O funcionamento da grande empresa japonesa torna-se bem mais inteligível a partir de uma compreensão do papel do Estado como o grande alocador de recursos, como o grande planejador do processo econômico, como o grande estimulador da concorrência, através do poderoso MITI, *Ministry of Internacional Trade and Industry*.

O MITI caracteriza-se por uma burocracia fortemente profissionalizada formada pelos melhores quadros saídos das melhores

²¹ Conjunto de organismos destinados a difundir a ideologia necessária à consolidação de uma ordem social, segundo os interesses de uma classe fundamental. É a estrutura que garante a ordem interna via difusão do conteúdo ideológico que deve sustentar um dado projeto, histórico. A estrutura ideológica é composta pelo conjunto dos aparelhos de veiculação de idéias que dêem coerência, homogeneidade e articulação interna a este projeto, entre os quais, a escola, a imprensa, a magistratura, etc.

universidades japonesas²², com uma poderosíssima intervenção no domínio econômico, que numa certa medida se sobrepõe às autoridades político institucionais do país. É seu papel, de uma forma quase independente dos governantes eleitos, designar as áreas de investimentos no setor privado, indicando as grandes tendências econômicas, apontando as fronteiras de expansão da economia exportadora, concedendo financiamentos, manobrando as políticas tributária e monetária, subordinando-as aos objetivos de crescimento industrial, orientado à exportação;

“ O MITI ainda limita ou proíbe investimentos duvidosos, incita à fusão de empresas e é o órgão que faz pressão para modernização a das máquinas tendo, portanto, importante papel na promoção de cartéis para o desenvolvimento tecnológico. [...] Apesar de sua importância o MITI é o menor dos ministérios da área econômica. Através do MITI o governo limitou o número de empresas desejosas de entrar em determinados segmentos tecnológicos para evitar a concorrência interna excessiva (..). (SHIROMA, 1993, p. 97 e segs).

Paralelamente a sua influência decisiva no domínio econômico, o MITI é um dos órgãos do governo que fornece quadros para as grandes empresas, entre os seus grandes dirigentes, em vias de aposentadoria. Essa prática parece ser bastante comum entre as empresas japonesas e órgãos governamentais, ao que eles denominam *amadukari*, que literalmente significa “cair do céu”: “processo de absorção de burocratas recém-aposentados pelo setor privado e que configura mais uma prática destinada a

²² FAURE (in SHIROMA) destaca a “extrema homogeneidade na formação do seu quadro administrativo. Mais de ¾ dos novos contratados do MITI vêm da Faculdade de Direito de Tóquio, e dos 17 altos funcionários deste órgão, somente 2 têm outra formação” (1993, p.101)

alargar canais de comunicação entre o Executivo e as empresas privadas, via interpenetração de pessoal (...) tornando muito tênues as fronteiras entre o público e o privado” (SHIROMA, 1993, p.100).

Absorção de Ex-Burocratas pelo Setor Privado:1986			
Ministério	n. de reempr.	Ministério	n. de reempr.
Finanças	44	Construção	10
MITI	17	Correio e Telecom.	9
Transportes	15	Trabalho	3
Agricultura	14	Educação	2
Saúde e B.Estar	10	Rel. Exteriores	1

Fonte: TAVARES et all, 1992, p. 29.

Outro dado relevante refere-se ao fato de que entre os dez primeiros ministros que governaram o Japão (entre 1956 e 1984), apenas dois não ocuparam cargos de direção no MITI, do que conclui SHIROMA:

“... a *expertise* em assuntos econômicos tem sido um pré-requisito fundamental para a liderança política no Japão nas últimas décadas, e fica mais fácil entender o consenso entre Estado, burocracia e capital privado” (id. p. 101).²³

I.4.B - Concentração econômica

²³ Frequentemente (e cada vez mais) taxada de simplificadora, de redutora, essa passagem tão conhecida de um dos maiores documentos de política até hoje concebidos, não perde sua atualidade: “O Governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (O Manifesto ..., (1978, p.96)

I.4.B - Concentração econômica

Uma outra noção imprescindível para se compreender o fenômeno econômico e político japonês é o fato de que neste país há uma concentração econômica sem paralelo no mundo inteiro. São dezesseis grandes impérios econômicos que dominam a economia japonesa e que estabeleceram, no pós guerra, uma dominação econômica em um só país sem qualquer precedente. Há, no entanto, um sistema de relações quase informais entre as unidades destes grupos de tal forma que não se pode localizar juridicamente o centro ou núcleo decisório de cada um deles, razão pela qual estes impérios, muitas vezes, não figuram ao lado das gigantes americanas ou alemãs, nas famosas listas anuais das “maiores” ou “mais lucrativas”. Trata-se de uma só organização, centralizadamente dirigida, mas camuflada por múltiplos escalões e articulações, com filiais, filiais de filiais, funcionando organicamente, incluindo quase invariavelmente grandes instituições financeiras pertencentes a estes mega-conglomerados. GAUL et alli (1983) apresentam um quadro que ilustra adequadamente esta realidade ao comparar o grupo japonês das seis maiores com dois gigantes multinacionais americanos e dois alemães.

Gigantes e anãs - Volume de negócios (...) (1978-1979) (em US\$ bi)		
Empresas-grupo	Cifras de empresas	Cifras de negócios
Grupo Mitsubichi	(136)	106,4
“ DKW	(64)	79,3
“ Sumitomo	(108)	78,1
“ Mitsui	(102)	76,5
“ Fuyo	(103)	71,2
“ Sanwa	(80)	64,5
General Motors (EUA)		63,2
Exxon (EUA)		60,3
Siemens (Alemanha)		17,3
Volkswagen (“)		15,3

(GAULL et alli, 1988, p. 165)

Em torno dos seis grandes mega-conglomerados deste quadro gravitam outros conglomerados um pouco menores, cujas frentes de atividade econômica são tão variadas, podendo ir de pequenos aparelhos sonoros até grandes consórcios de produção naval ou de exploração de energia atômica, o que em termos práticos impossibilita sua adequada mensuração:

“Assim, por exemplo, o Grupo Hitachi forma parte do super-grupo Sanwa, enquanto que o grupo Nissan está unido ao grupo Fuyo. A família empresarial Toyota inclina-se abertamente na direção do grupo Mitsui; o mesmo pode-se dizer para os grupos com direção colegiada da gigante da eletrônica Toshiba, o grande consórcio de construção naval IHI, etc. (...) (id. p. 160).

Juntem-se a estes gigantescos conglomerados econômicos os grandes bancos japoneses e o resultado será uma concentração de capital sem precedentes na história do capitalismo, o que leva muitos analistas ocidentais a tratar este país por Japão SA.

I.4.C - A erosão do modelo: alguns sintomas

Aqui, talvez, seja pertinente agregar um comentário ausente nos textos que analisam, quase sempre apologeticamente, o toyotismo. Sem querer sugerir que o modelo concebido pela classe dominante japonesa para a produção capitalista de mercadorias seja precário ou esteja em vias de esgotamento, a idéia que precisa ser contraposta é a noção de *irreversibilidade* que quase todas as leituras subentendem. Os fatos recentes parecem depor contra isto, em que pesem as inúmeras tentativas de transposição dos princípios do toyotismo para todos os países do mundo industrializado, seja na sua porção central, seja na periférica, Brasil incluído²⁴.

TOLEDO, ao escrever sobre o final da “bolha econômica”, período de crescimento acelerado, no qual o Japão surpreendeu o mundo com suas taxas de crescimento, e que se encerrou em meados de 73-74, no bojo da crise do petróleo, relata as difíceis circunstâncias da transição deste período para uma fase de “crescimento econômico discreto”, cujas dificuldades vêm se manifestando diretamente nas relações de trabalho.

Desta forma, os princípios do emprego por toda a vida e os aumentos salariais por antigüidade estariam se tornando crescentemente incompatíveis com um período de atividade econômica mais lenta e com um acirramento sem precedentes da concorrência internacional, notadamente se

²⁴ A respeito das tentativas brasileiras pode-se encontrar uma coletânea de textos organizados por HIRATA, Helena (1993) que incluem bons ensaios de: RUAS et alli, LEME FLEURY, SALERNO, SILVA e HUMPHREY

levamos em conta o aparecimento das economias conhecidas como os “tigres asiáticos”, ou “estados feitorias” como denomina LIPIETZ este conjunto de países asiáticos. TATSUHITO também sugere que estes “pilares do alto crescimento econômico do japonês” estão “fazendo água”, com reflexos negativos imediatos, que, obviamente, recaem sobre a contratualidade da força de trabalho.

“Assim, o sistema de emprego ‘por toda a vida’ que tem caracterizado as grandes firmas japonesas está agora mudando, pelo menos em parte. O sistema de promoção automática não se adapta mais aos novos tempos de um crescimento econômico mais lento, pois não existem posições adequadas suficientes para o número crescente de empregados idosos. Além disso, algumas firmas fixam o salário máximo de seus empregados na idade dos quarenta, com pouco aumento posterior”(...) as firmas estão preocupadas em ajustar os salários baseados na antigüidade e o sistema de emprego ‘por toda a vida’, em resposta às novas condições” (1987, p. 8).

Efetivamente, sustenta TOLEDO, “não há mais automatismo no salário por idade e mesmo o prêmio pela aposentadoria seria hoje cerca de 25% menor” (1982, p. 116).

O sistema *Nen-ko*, como é denominado o regime de salários, assenta-se em três elementos centrais para a determinação do nível salarial: a idade, os estudos e a antigüidade na empresa. Estes elementos estariam, ainda segundo o autor, sendo substituídos por outros critérios, mesmo que muito próximos, qualitativamente diferentes: experiência, habilidades e eficiência. Desta forma, as organizações estão implementando, desde há

alguns anos, exames de qualificação entre os operários como forma de fazer frente às exigências novas da concorrência. Trata-se de um procedimento novo que pretende valorizar os mais capazes, em substituição aos mais idosos, como critério de promoção.

O congelamento dos salários a partir de 40-45 anos, as políticas de estímulo à aposentadoria antecipada, uma maior taxa de utilização de *part-timers* parecem indicar que a base que sustenta a relação salarial japonesa, ainda que seja para uma minoria de 25-30% do conjunto dos trabalhadores, apresenta evidentes sinais de debilidade. Fala-se, hoje, no Japão, sempre segundo o autor, numa europeização das relações industriais, em que pese haver igualmente a crença de que o modelo é suficientemente flexível para assimilar os impactos deste novo ciclo mais lento de acumulação, de tal forma que é pouco provável que a engenharia política do capitalismo japonês abra mão completamente destes componentes básicos de sua contratualidade, que historicamente têm sustentado a acumulação capitalista no país.

LEBLANC relata a ocorrência no país de uma neurose coletiva em relação ao desemprego, ante uma ausência de políticas governamentais para limitar a ampliação do déficit de empregos no país, associados à incapacidade crescente da economia em assimilar a força de trabalho emergente, ante uma crise de caráter global. O autor, segundo o qual “nunca será mais como antes” questiona, inclusive, as taxas de desemprego atuais no país:

“As taxas de desemprego oficiais estimam em 2,8% da população economicamente ativa sem emprego. . Entretanto, inúmeros organismos sérios de pesquisa não hesitam e situá-la entre 8% e 11% da PEA, nível igual aos demais países do G7” (1994, p.21).

I.4.D - A neoliberalização do Toyotismo (?)

As indicações são claras de que grandes mudanças se operam no país, tanto no plano das relações fundamentais que envolvem capital/trabalho, quanto no plano mais amplo das superestruturas jurídico políticas que conformam o Estado, ou, na sugestão de DIAS “... o que está em curso é uma neoliberalização do Toyotismo”²⁵. Ou seja, o Japão, a despeito de sua economia comparativamente muito desenvolvida, não passou ileso pela grande maré neo-liberalizante iniciada nos anos 80, nas gestões de Thatcher na Inglaterra e de Reagan nos Estados Unidos.

Relativamente ao tamanho, papel e financiamento do Estado, uma ampla reforma iniciou-se em 1981, destinada a atingir três objetivos:

- “a) saneamento das finanças públicas;
 - b) privatização dos monopólios;
 - c) limitação das ações administrativas; e
 - d) reorganização dos métodos de decisão.”
- (CROZIER 1992, p. 12)

²⁵ Esta categoria, que nos parece taquigrafar bem o quadro de mudanças atualmente em curso na contratualidade japonesa, foi sugerida pelo Prof. E. DIAS, em reunião de orientação que tivemos em agosto de 96.

O pressuposto foi o de preparar o país para o “ingresso no terceiro milênio”, frente a uma conjuntura mundial de crise globalizada; segundo o mesmo autor, “para uma crise total, reforma total” (p.14).

Para tal fim, foi designada uma comissão (*a Rincho*) de nove “sábios”, representando indústria, universidade, sindicato e imprensa, sempre no âmbito do princípio que parece governar as ações coletivas no Japão, o consenso²⁶.

Entre os resultados obtidos por esta comissão, segundo o mesmo autor, o “mais espetacular” foi a contenção dos gastos públicos aos níveis de 1983, através de: a) diminuição nos gastos com saúde; b) planejamento em todos os ministérios com vistas à redução do quadro de pessoal; e, c) levando em conta o aumento contínuo do serviço da dívida e do aumento do orçamento militar, cortes orçamentários em importantes programas e serviços públicos, menores compromissos em matéria de educação, planos de fechamento ou venda de hospitais públicos, etc. (id. p.69).

Paralelamente aos cortes no orçamento, um ambicioso plano de privatizações foi levado a cabo, onde se destacam as vendas do setor de telefonia (a poderosa NTT - Nippon Telegraph and Telephon Corp.), do setor de transportes ferroviários (a Japan Rail-ways) e do monopólio da indústria de tabaco, as três empresas públicas mais importantes.

²⁶ Muito embora este famoso consenso à japonesa seja em muitos eventos colocado em cheque. Para falar neste caso específico, desmistifica-se, de certa forma, se considerarmos as enormes barreiras encontradas

Além destes dois objetivos, a comissão logrou alcançar profundas reformas em uma dezena de ministérios, com planos de redução de pessoal e dinamização e diminuição de estruturas, com vistas a adaptá-los às novas obrigações.

Em resumo, a receita nada original do *aggiornamento* japonês em nada se afasta das prescrições econômicas que vêm, desde o início da década passada, sendo recomendadas pelos organismos multilaterais criados pelo capitalismo, que se podem resumir em: diminuição do ‘tamanho’ do Estado, via corte nos gastos sociais e demissão de quadros, privatizações e desregulamentação das relações de trabalho, eufemismo criado para designar a progressiva precarização das condições contratuais sob as quais se desenvolve o trabalho assalariado.

pelo governo no movimento operário por ocasião das privatizações, especialmente da malha ferroviária do país (CROZIER, id. pgs. 70 e sgs)

CAPÍTULO. II - O PÓS GUERRA E A VERSÃO JAPONESA DA DIALÉTICA REVOLUÇÃO/RESTAURAÇÃO

II.1 - Introdução

O Japão que emerge do pós II Guerra Mundial é um país mergulhado em profunda crise. Entretanto, mais do que uma crise de produção industrial provocada pela virtual destruição do seu parque industrial, mais do que a falta de alimentos à população, mais do que as pesadas reparações de guerra que se obriga a pagar¹, o quadro que se desenha toma a forma de uma crise orgânica. Crise orgânica cujo elemento central é a progressiva incapacidade da classe dominante de impor seu controle ao conjunto da vida estatal (GRAMSCI), tendo em vista a erosão das bases do consentimento sobre o qual repousava seu poder. No caso japonês, esse consentimento alicerçava-se, sobretudo, na unidade nacional construída em torno da guerra ao “agressor externo”, unidade que funcionou como divisa sobre a qual operavam os aparelhos públicos e privados de ideologia à disposição da classe dominante japonesa, com destaque especial à escola e aos meios de comunicação (rádio -monopólio estatal-, ao jornal impresso e ao cine-jornal), o que não evitou a derrota aos interesses imperialistas² japoneses na II Guerra.

¹ GOUNET assinala: “Na lista da pilhagem de guerra de 06/12/45: 27 fábricas de máquinas ferramentas (metade da capacidade). 70.000 máquinas dos arsenais militares, todas as máquinas da indústria aeronáutica, 20 canteiros navais (de 25), todos os altos fornos (...) a metade das centrais térmicas de carvão, toda a indústria de magnésio e de alumínio (...) O Japão não devia mais se elevar militarmente”. (apud LIMA, 1996, p. 140)

² Segundo um observador militar brasileiro, este sonho expansionista (o Império da Grande Ásia) foi acalentado durante milênios pela fração “clânica do país, em detrimento da felicidade geral do povo”. Nas

“A educação, a propaganda e a polícia são os três mosqueteiros postos a serviço do governo, da segunda metade do século para cá. A patuléia ignara só pode pensar daqui até ali, diz o governo.(...) O pensamento oficial expande-se através das escolas, das universidades, da imprensa, do rádio, do cinema, das minas, das fábricas, das grandes organizações comerciais e desportivas, etc. Mas, se alguém pensar ou atuar de maneira diversa, sentirá de chofre, sem saber como, a ação rápida e violenta da polícia. Ela anda por todos os cantos, tem ouvidos e olhos em todos os lares (...)” (LIMA FIGUEIREDO, 1944, p. 32).

A descrição feita por este observador brasileiro da utilização dos aparelhos de hegemonia à disposição da classe dominante japonesa, antes e após a II Guerra, ganha um detalhamento curioso no que se refere aos jornais. O povo japonês foi e continua sendo um leitor compulsivo de jornais (segundo o autor, “todo mundo lê jornais”). Em 1943, já existiam no país 7.728 jornais, sendo que na cidade de Tóquio este número alcançava 1.881 jornais e revistas neste mesmo ano, sendo os três maiores com tiragem diária superior a 1 milhão.

Atualmente, os três principais jornais apresentam a seguinte circulação diária média:

palavras do autor: “Ademais, esse império disporia em seu território de todos os recursos imagináveis. bastar-se-ia a si mesmo para as indústrias da paz e da guerra. O Japão extrairia ferro das Filipinas e de Burma, estanho da Malásia, petróleo de muitas ilhas e, cromo, manganês, antimônio, bauxita e borracha mais do que poderia usar. E então, já não seriam os Estados Unidos a terra dadivosa, mas a Grande Esfera de Co-prosperidade da Ásia Oriental Maior” (LIMA FIGUEIREDO, 1944, p. 19)

Jornais líderes no Japão (em 1.000 - dados de 1992)		
Jornal	Manhã	Noite
Yomiuri	9,76	4,52
Asahi	8,21	4,60
Manichi	4,00	1,98
Total	21,97	11,10
Total Diário		33,07

Fonte: Japan Institute of Social and Economic Affairs, 1994.

“Entretanto, poucos jornais são independentes e os principais estão nas mãos das duas maiores fortunas japônicas, os Mitsui e os Mitsubishi. A essas famílias estão entregues os mais poderosos órgãos de formação da opinião pública do país de propaganda das inúmeras empresas pertencentes aos magnatas”(id. p. 90).

Some-se a este fato o monopólio estatal da rádio comunicação e têm-se, então, um as duas armas fundamentais, necessárias mas não suficientes, para a superação da crise orgânica, ou, segundo GRAMSCI, os aparelhos públicos e privados de hegemonia.

II.2 - Da Crise à Restauração

Uma das características desta modalidade de crise - crise orgânica instalada no conjunto da vida estatal japonesa do pós-guerra - é que ela se tem sua origem no terreno da economia, mas rapidamente transita para o da política, redundando na fratura dos aparelhos de hegemonia do grupo dominante, assumindo, assim, a forma de crise de direção. Esta crise

de autoridade tem como contraface a emergência de um novo protagonista histórico: uma classe fundamental ensaia sair da passividade, colocar-se no centro da história e levar adiante as tarefas específicas da construção de um novo bloco histórico³.

Este novo ator, mesmo ante um quadro de desagregação progressiva do aparelho de Estado e de debilidade da classe burguesa, tendo em vista sua fragilidade e relativa incapacidade de construir coletivamente um programa que pudesse tirar as massas da passividade, inserindo-se na vida estatal de forma ativa e unitária, acaba contribuindo para produzir a condição essencial para um rearranjo da classe dominante em torno do Estado.

“Essa conjunção, na ausência de forças antagônicas capazes de organizar essa desordem em seu proveito, cria situações potencialmente perigosas, a partir do momento em que os interesses das classes dominantes coincidem com os da média-burguesia, e que o movimento operário, do ponto de vista orgânico, é débil demais para se opor a ele” (GLUCKSMANN, 1980, p.135).

Ao caráter geral desta crise, as classes dominantes do Japão, com o auxílio inestimável da força de ocupação americana⁴ e sua tecnologia de combate aos movimentos populares, lograram recompor sua hegemonia e restaurar sua dominação. Este processo contém todos os elementos

³ Na sessão seguinte, trabalhamos com algum detalhamento o ascenso das lutas populares do Japão neste período e a forma através da qual a classe dominante deste país reconduz as classes subalternas à passividade.

⁴ Imediatamente ao bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, instala-se a ocupação do país por parte das forças aliadas, mas na prática, as ações e reformas políticas são amplamente hegemonizadas pelos americanos, “Allied Power under Supreme Commander Douglas MacArthur” (in Japan 1994, op cit.,p.97).

analíticos utilizados por GRAMSCI para descrever os movimentos superestruturais/infraestruturais que conduzem à concreção de um rearranjo do poder burguês, na forma de uma revolução passiva. Esta forma vem, ao longo deste século, universalizando-se como uma estratégia burguesa de recomposição das bases de seu poder. Esse aporte gramsciano à teoria marxista da história, da economia e da sociedade torna inteligíveis os movimentos hegemônicos patrocinados pela burguesia em variados contextos geográficos e históricos. Trata-se, na análise de GRAMSCI de um feixe de ações políticas destinadas a anular contrarrevolucionariamente as iniciativas das classes trabalhadoras que empreendem ações hegemônicas, no prosseguimento de um processo revolucionário que se instala em outubro de 1917 pela vanguarda bolchevique.

II.2.a) Estabelecer um novo ordenamento estatal

A revolução passiva, no seu intuito de modernizar conservando sem rupturas fundamentais, possui um elemento central que concentra um conjunto de ações políticas, tendentes à restauração do poder burguês: estabelecer um novo relacionamento entre Estado e economia, ou “basear a vida nacional na produção”, promovendo um salto econômico para a frente, a partir do planejamento econômico, ou “numa economia segundo um plano”, no dizer de GRAMSCI.

“É a partir da e na economia, a partir dos e nos aparelhos de hegemonia que se delineiam as contratendências do capitalismo, as suas revoluções passivas” (GLUCKSMANN, 1980, p.137).

O elemento de planificação econômica sugere, na reflexão gramsciana, a imperatividade de um novo ordenamento econômico pré-concebido para reformar toda a vida estatal em novas bases:

“Poder-se-ia conceber assim: a revolução passiva se verificaria no fato de transformar a estrutura econômica ‘reformisticamente’ de individualista em economia segundo um plano (economia dirigida)”(GRAMSCI, 1989, p.138).

Ou, nas palavras do filósofo italiano, na abertura do “Americanismo...”:

“No geral, pode-se dizer que o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática” (1989, p.376).

Aqui parece residir uma contribuição de GRAMSCI que consideramos indispensável à compreensão do capitalismo, especialmente nesta segunda metade do século XX, cuja conformação o marxista italiano parece ter antecipado em seus estudos. O elemento “economia segundo um plano”, possui dois desdobramentos: o primeiro refere-se à construção do “novo nexó psíco-físico”, a luta contra a propriedade do ofício empreendida pelo fordismo, como pressuposto para o desenvolvimento das forças produtivas sob o “novo industrialismo”. As exigências das novas formas do processo de trabalho e de valorização exigem uma nova relação corpo-

mente, na qual os gestos devem ser automatizados até o limite, derrotando a ideologia do “velho pequeno produtor”. Isto foi obtido pelo fordismo/taylorismo em larga escala, como o próprio GRAMSCI admite em sua referência do cárcere ao “gorila domesticado”.

O segundo desdobramento desta determinação gramsciana parece-nos, de forma genial, desenhar completamente a formatação que o capitalismo assumiu no pós segunda guerra. A noção “basear toda a vida estatal na produção”, e mais, “numa economia segundo um plano”, sugere uma chave decisiva para se pensar o próprio keynesianismo. A intervenção estatal no domínio econômico, além das famosas “políticas compensatórias”, a que se destina além de uma entrada em cena da esfera superestrutural para, em substituição a um liberalismo econômico *strictu sensu*, prover o conjunto da vida estatal de uma programação econômica? Programação esta que subordina as iniciativas empresariais, dotando-as de uma coerência, tendo em vista um curso de ação previamente estabelecido, destinado a reger a vida econômica do Estado, ou na acepção gramsciana, estabelecer uma nova relação Estado/sociedade? Esta forma político-econômica hegemônica nos países de capitalismo desenvolvido, até muito recentemente, procedeu a uma espécie de suspensão temporária do *laissez-faire* do liberalismo clássico⁵.

⁵ Obviamente que esta estratégia não foi o resultado da genialidade dos ideólogos da burguesia. Muito pelo contrário, o keynesianismo e o *welfare state* dele originado devem ser entendidos como resultado direto e imediato da luta operária. A classe burguesa viu-se constrangida a ceder a exigências da luta de classe, e da ameaça concreta representada pela tentativa de construção de uma sociedade socialista no leste da Europa. Incorporar as classes subalternas à sua lógica, ou seja, fazer com que a visão de mundo e de história das classes dominantes fosse assumida como pertencente à própria classe subordinada, confinando as ações políticas desta classe aos limites estabelecidos pela ordem, passou a ser uma das tarefas fundamentais para os capitalistas. Destarte, o período recente assistiu essa incorporação crescente das massas trabalhadoras (notadamente nos países de capitalismo central) aos círculos do consumo, bem como seu acesso a um

O Japão, como já mencionamos, até o final da guerra era dominado por uma camada plutocrática organizada na forma de *zaibatsus*⁶ que concentravam em um número reduzido de pessoas o poder político e a riqueza econômica do país. Tratava-se de uma sedimentação histórica, com raízes pré-capitalistas, organizada em torno do poder imperial e, portanto, uma casta anacrônica incompatível com as exigências ditadas pelos países capitalistas vencedores, tendo em vista sua reconstrução econômica. Estes grupos diluíram-se sob o peso dos termos da rendição, tendo a grande parte de seus patrimônios alienados à força de ocupação americana, a título de reparações de guerra.

A intervenção levada a efeito pela força de ocupação americana, tendo em conta o conjunto das reformas que introduziu no país, conduz, em paralelo analítico, à forma como GRAMSCI sugere a ocorrência de um duplo poder no aparelho de estado, que assinala a ocorrência das crises orgânicas (e aqui ele está pensando na constituição do fascismo). Na interpretação de GLUCKSMANN,

importante leque de políticas públicas, institucionalizadas no que se conhece por Estado de bem estar. Foi uma forma de restauração do capital, que instituiu as condições para a burguesia atingir seu objetivo: uma nova fase de reprodução ampliada do capital, assentada em uma nova base técnica, a partir dos desenvolvimentos importantes ocorridos na ciência e na tecnologia, especialmente no campo da eletrônica e da computação, o que colocou em outro patamar o desenvolvimentos das forças produtivas materiais, alavancando poderosamente as taxas de lucro, incluindo, especialmente nos setores chamados “dinâmicos” da economia, com muito frequência, os super-lucros ou as rendas tecnológicas. A euforia do período 45-75 seria, no entanto, a ante-sala daquilo que está sendo entendido como uma manifestação de crise do capitalismo com um potencial devastador maior que acontecimentos que redundaram na quebradeira de 29. Uma boa análise dos componentes desta fase agudamente crítica pode ser encontrada em CHESNAIS, 1996.

⁶Conglomerados de empresas, que se articula internamente no país a partir do início do século, tendo em vista a dominação política e econômica no país.

“Quanto mais a crise se agrava, mais se cria uma espécie de situação de duplo poder do ponto de vista da burguesia: por trás do poder aparente, constitui-se um outro poder baseado em forças ilegais e cúmplices do primeiro. (...) na ausência de uma força estratégica e organizada do movimento operário⁷, (o duplo poder) tende a agir em favor da burguesia por razões nacionais e internacionais (imperialismo)” (id., p.136)

A crise orgânica que estamos examinando surge no âmbito de uma crise econômica que se instala na esteira de uma guerra imperialista; crise econômica cuja passagem para a esfera da política apresenta-se como crise das formas de representação política:

“Crise no vértice, crise de “representação partidária”, que constitui o prelúdio de uma verdadeira redistribuição das relações entre as classes e os partidos, da formação de novos partidos (cf. a concepção do partido fascista como “partido novo da burguesia”); o que implica que estes sintomas estruturais não se reduzem a uma simples ‘crise parlamentar’” (GLUCKSMANN, id., p.134).

Dado que a entrada em ação das massas⁸, antes passivas, se dá de forma fragmentada e fracamente organizada⁹, sua ação faz-se “em um movimento caótico e desordenado, sem direção, sem vontade política precisa, coletiva” (GRAMSCI, 1977, p.80). Tal crise acaba por reunir as condições de reestruturação do poder burguês, sob novas feições, já que “o

⁷A autora reforça insistentemente o caráter leninista da obra de GRAMSCI, na sua tradução, no seu desenvolvimento, consideradas as especificidades do capitalismo desenvolvido no ocidente. Assim, situa esta ausência da iniciativa organizada da classe operária como o fator que precisamente diferencia a noção leninista de crise revolucionária e o conceito gramsciano de crise orgânica.

⁸O ascenso das lutas populares levou, inclusive, à instalação de um gabinete organizado pelos socialistas em 1947, o Gabinete Takaiama, que teve uma duração de oito meses, com uma linha de ação política confusa e contraditória (MISHITOSHI, 1982, p.27)

velho morreu e o novo não consegue nascer” (GRAMSCI). Esta crise de representação é entendida pelo autor como uma disjunção entre sociedade civil e sociedade política:

“(…) Colocou-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Manifesta-se uma forma extrema de sociedade política; ou para lutar contra o novo e conservar o que cambaleia, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se, etc.” (1989, p. 185).

Este “deslocamento” da base histórica do Estado está na raiz de uma das primeiras providências da força de ocupação americana: uma profunda reforma eleitoral, articuladamente com o Partido Liberal Democrático, o *Dyimintoo*, desde 1955 no poder.

Este era o primeiro obstáculo vencido para a reconstrução da ordem burguesa: um setor arcaico da classe dominante precisava ceder espaço a novas formas de articulação do processo produtivo, baseado em uma “economia programática”.

O Imperador Hiroito faz um pronunciamento, ao final da guerra, o primeiro de caráter público em uma dinastia de cerca de dois milênios, que parece emblemático do novo ordenamento estatal a ser concretizado a partir da remoção das camadas anacrônicas:

⁹A sessão posterior do trabalho cuidará deste tema.

“Decidimos abrir caminho para uma paz duradoura a todas as gerações futuras, tolerando o intolerável e suportando o insuportável” (COSTA, 1991, p.41).

A decisão de “abrir caminho” resume uma espécie de saída de cena histórica de uma “classe condenada” para dar lugar a um rearranjo no conjunto da vida estatal, dar lugar a uma revolução sem revolução.

Esta nova articulação entre Estado e economia, presente nas determinações gramscianas de exigência de um planejamento global para a ação econômica, foi elaborada com “uma notável simplicidade, e constava de dois eixos econômicos” (COSTA, 1991):

a.a.) conseguir um alto grau de exportação de produtos melhores e mais baratos que os concorrentes;

A produção industrial japonesa anterior à primeira guerra notabilizava-se pela péssima qualidade de suas mercadorias, pelo atraso tecnológico e pela “ineficiência” geral do aparelho produtivo nacional. Melhorar a qualidade e a produtividade¹⁰ funcionaram como o grande argumento ideológico a partir do qual os aparelhos públicos e privados da ordem hegemônica emergente encarregaram-se de enquadrar o conjunto da vida estatal.

¹⁰ Aqui há a interveniência de uma variável histórica nada irrelevante. Trata-se da grande alavancagem econômica que beneficiou o país em função das encomendas americanas destinadas a suprir as tropas na Guerra da Coreia, que se inicia em 1950. Neste período o Japão colocou o aparelho produtivo do país a serviço desta primeira agressão americana na Ásia, o que proporcionou um acúmulo importante de divisas, fundamentais para o desenvolvimento econômico ulterior.

a.b.) obter o superavit comercial capaz de sustentar o desenvolvimento.

Este *superavit* econômico obtido pelas vendas aos americanos motivadas pela Guerra da Coréia, que se estende a novas encomendas originadas pela desastrada intervenção no Vietnan, iniciou um período de recuperação econômica em numa velocidade formidável graças a dois fatores: a) a existência de uma economia segundo um plano; e b) a obtenção de um novo consentimento que possibilitou “basear toda a vida estatal na produção”. A potência e a velocidade dessa recuperação podem ser medidas pela evolução da renda *per-capita*:

Renda *per-capita* Japonesa

ANO	US \$
1946	20
1950	300
1960	2.300
1970	10.000
1980	12.000
1990	16.000

Fonte: COSTA, 1991, p.26

II.2.b) Recompôr as bases da dominação:

O poder burguês tem que evitar que a gestação de uma concepção de mundo classista, coerente e unitária transite para uma prática

coerente e unitária de iniciativa popular¹¹. Precisa impedir a elevação intelectual e moral das massas que ensaiam sua autonomização, reconduzindo-as, através da repressão e de algumas concessões, aos limites estreitos dos interesses econômico-corporativos. Para tanto ele deve reprimir qualquer iniciativa hegemônica por parte das classes subalternas, que num quadro de crise orgânica habilitam-se para dar curso a uma concepção de mundo incompatível com o projeto de dominação burguesa.

O material histórico original utilizado por GRAMSCI para desenvolver a categoria de Revolução Passiva é o *Risorgimento*, estratégia anti-jacobina da burguesia na construção da unidade do estado italiano, forma pela qual as classes dominantes desempenharam as tarefas históricas de concreção de um estado capitalista moderno, confinando à margem deste processo qualquer modalidade de iniciativa popular autônoma.

No caso italiano, este processo, que termina na unificação do estado, é marcado pelo confronto de dois projetos políticos, expressos por duas personalidades históricas: Cavour e Mazzini. O primeiro representava o intelectual vinculado às classes dominantes da Itália, os industriais, os grandes comerciantes, os latifundiários, organizados em torno do Partido Moderado, empenhado na construção de um estado moderno, no estabelecimento das pré-condições destinadas a dotar a Itália de um desenvolvimento capitalista, segundo os modelos já consolidados em boa

¹¹ “A não-estruturação autônoma das classes subalternas (...) faz com que a totalidade de sua existência (rica e contraditória) seja tendencialmente reduzida à cotidianidade, à imediatidade, à fragmentariedade, atuando, fundamentalmente, nos limites do campo econômico-corporativo, ou seja, de sua reprodução pura e simples. Perde-se, assim, a perspectiva da construção do momento ético-político (...) da construção de sua identidade como classe e, portanto, o projeto de sua hegemonia” (DIAS, 1997, p.20).

parte da Europa, notadamente na Inglaterra. Na perspectiva moderada, para quem a memória do terror francês era muito presente, o requisito fundamental de seu projeto constituía-se na ausência de toda e qualquer iniciativa organizada das massas.

Ao projeto cavourista contrapunha-se o Partido da Ação, liderado por Mazzini¹², intelectual irrealista que concebia a via armada da luta política como única forma de “geração da antítese superadora das posições tradicionais”(GRAMSCI, 1989, p.78).O projeto do Partido da Ação não estava alicerçado em um princípio de classe social, como ocorria com o projeto moderado, cuja intelectualidade formada por comerciantes, grandes latifundiários e empresários, tinha um contorno classista que os unificava e determinava sua “capacidade de atração”. Na realidade, e deste ponto de vista decisivo, eram dois projetos que guardavam entre si um determinado antagonismo, mas dissimétricos nas suas concepções classistas: o primeiro, claro, objetivo, propugnava pelo estabelecimento das condições para uma modernização capitalista, era, portanto portador de uma racionalidade bem delineada; o segundo, claudicante, sem uma linha política que demarcasse uma concepção de mundo assentada em uma classe social, base para a construção de um polo de unificação das classes subalternas, estava destinado ao fracasso.

¹²“Para o Partido da Ação, o problema se colocava de modo diverso. Sua base social era extremamente heterogênea: não se localizava em nenhum grupo social fundamentalmente específico. Não tinha assim, possibilidades concretas de atração. Mais do que dirigir, era dirigido. Sua vinculação com as massas populares pasava inclusive por fortes reminiscências históricas: o ‘pânico de um 93 terrorístico reforçado pelos acontecimentos franceses de 48-49’ (2013, R 98-9). Acontecimentos que os deixavam temerosos em sua relação com o povo, não permitindo assim essa aproximação” (DIAS, id., p.61).

A organização da unidade italiana em bases modernas realiza-se, conseqüentemente, a partir do projeto moderado.¹³, concentrando seus impulsos modernizadores no Norte já rico e cosmopolita, às expensas do sul, agrícola e atrasado.

GRAMSCI assinala a forma não realista da estratégia de Mazzini, uma vez que este acreditava “obsessivamente” como “um missionário religioso” nas possibilidades de uma insurreição armada¹⁴, diferentemente de Cavour, o dirigente que teve a habilidade de analisar e dar concretude às tarefas históricas colocadas pela organização do estado italiano, segundo um projeto classista¹⁵.

No raciocínio que se segue neste texto, GRAMSCI identifica uma permanência de processos históricos análogos, extraíndo os famosos “princípios gerais de ciência e da arte políticas” (1989, p.77), onde retoma a noção, atribuída originalmente à Vincenzo Cuoco, de revolução passiva.

¹³Ocorrem, entretanto, duas particularidades que devem relativizar este “bases modernas”. Primeiro a já referida ausência de iniciativa popular e como consequência, a “não incorporação das classes subalternas como cidadania. Antes pelo contrário”(DIAS et alli, 1996, p.61). Em segundo lugar, todo o processo foi materializado sem nem sequer tocar no problema social mais complexo da Itália desde então: a questão do atraso econômico, histórico, cultural que caracterizava a região meridional do país, notadamente a Mezzogiorno e as Ilhas, elemento que chama especial atenção na análise gramsciana (TORRES, apud BRAGA NETO, 1996, p.176).

¹⁴ GRAMSCI designa muito lucidamente as razões pelas quais a estratégia mazziniana estava fadada ao fracasso, nesta passagem seminal: “A intervenção popular, que não foi possível na forma concentrada e simultânea da insurreição, não se verificou nem mesmo na forma “difusa” e capilar da pressão indireta, o que era possível a talvez fosse a premissa indispensável da primeira forma.(...) A impossibilidade existiu na medida em que a forma concentrada e simultânea não foi precedida de uma longa preparação política e ideológica de longo fôlego, organicamente predisposta a despertar as paixões populares e tornar possível a concentração e a eclosão simultânea do movimento. (grifo nosso, id., p.78).

¹⁵Nas palavras do marxista italiano:(...) é necessário levar em conta que, enquanto Cavour tinha consciência de sua missão (pelo menos em certa medida), enquanto compreendia a missão de Mazzini, este parece que não tinha consciência da sua e da missão de Cavour; se, ao contrário, Mazzini tivesse adquirido esta consciência, isto é, se fosse um político realista, e não um apóstolo iluminado (se não tivesse sido Mazzini), o equilíbrio resultante das duas atividades seria diferente, mais favorável ao mazzinismo: o Estado italiano ter-se-ia constituído sobre bases menos atrasadas e mais modernas (GRAMSCI, id.,p.76).

GRAMSCI encontra, então, os pressupostos, analíticos e estratégicos, através dos quais se balisa historicamente um processo de modernização segundo um movimento dialético revolução/restauração, revolução sem revolução, que se concretizam, portanto, como:

a) uma modalidade de transição estrutural de uma sociedade, transição que se apóia sobre as mesmas bases de classe que sustentavam o momento anterior;

b) um processo de modernização capitalista que, além do requisito central de ausência da iniciativa popular jacobina, detem uma grande capacidade de assimilação de frações da mesma classe que eventualmente tenham que ser defenestradas pelo novo projeto, e mesmo de assimilação de setores da classe fundamental contra a qual seu projeto se coloca. É o que nas determinações gramscianas assume a categoria de transformismo, ou seja, a incorporação, por parte de um governo moderado de intelectuais individualmente tomados, ou grupos completos que originalmente se opunham ao projeto conservador. Estes intelectuais e grupos, muitas vezes de opositores radicais, ao conhecerem as benesses que certas concessões podem garantir, passam à condição de legitimadores da nova ordem, e transformam-se em seus intelectuais orgânicos, uma solda de aspecto “legítimo” para o bloco histórico burguês.

II.3 -Americanismo, Fordismo, Toyotismo: a universalização da estratégia de dominação.

Nas análises gramsciana dos fenômenos americanismo/fordismo e fascismo, a categoria revolução passiva, dotada de um maior detalhamento e atualização histórica, consolida-se como instrumento analítico indispensável ao pensar-se as formas contemporâneas pelas quais as classes dominantes estabelecem seu programa de ação política. E permite pensá-las, sobretudo, sem as limitações estabelecidas pelas variadas formas de reducionismo idealista ou economicista, mediante uma original abordagem que faz GRAMSCI da dialética na dinâmica da luta entre as classes fundamentais. A reflexão gramsciana rompe com uma concepção mecanicista da dialética, vulgarizada por um certo pragmatismo que orientou parte considerável da luta socialista neste século, segundo o qual o desenvolvimento histórico obtido a partir da interpenetração da tese com a antítese originaria uma síntese em radical antagonismo à tese da qual origina e à qual superaria historicamente, dando lugar a uma irresistível transição ao socialismo:

“Na história real a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer a priori o que será “conservado” na síntese, sem que se possa a priori “avaliar” os golpes, como num “ring” convencionalmente regulado. (...) na história real o processo dialético se desdobra em inumeráveis momentos parciais” (1977, p.1221).

Esta reflexão gramsciana sugere um embate contra todas as formas de manifestação de determinismo histórico, necessário mas insuficiente, tendo em vista a reforma intelectual e moral imprescindível a um projeto que propugne pela emancipação das classes subalternas, projeto que mais avança em sua concretude, na medida em que se liberte destas perspectivas deterministas ou fatalistas¹⁶.

No texto gramsciano sobre o fenômeno americanismo/fordismo encontramos os elementos de comparação mais propícios à demonstração de que a classe dominante japonesa do pós guerra logrou recompor as bases de sua dominação sem “rupturas ou maiores traumas históricos”, conjurando o pânico da intervenção ativa das massas nos moldes de uma revolução passiva.

A questão que se propunha GRAMSCI, ao examinar a conformação que a forma capitalista assumia na América, não perde a atualidade no que tem de central: como foi possível combinar coerção e

¹⁶ GRAMSCI, que percebe estas manifestações de fatalismo como falta de maturidade intelectual coletiva, não deixa de assinalar que em determinadas circunstâncias preliminares da luta, pode ser importante como cimento de uma necessária coesão interna das forças populares que encaminham as iniciativas unitárias na realização de seu programa ético-político: “Pode-se observar como o elemento determinista, fatalista, mecanicista foi um “aroma” ideológico imediato da filosofia da práxis, uma forma de religião e de excitante (semelhante às drogas) tornada necessária e justificada historicamente pelo caráter ‘subalterno’ de determinadas camadas sociais. Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta acaba se identificando com uma série de derrotas, o determinismo mecanicista torna-se uma força formidável de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. ‘Eu estou derrotado momentaneamente, mas a força das coisas trabalha para mim a longo prazo, etc. A vontade real se transforma num ato de fé, numa certa racionalidade da história, numa forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado que surge como um substituto da predestinação, da providência, etc., das religiões confessionais” (1977, p. 78). A fé vira finalismo, mecanicismo, ou, a política como paixão (GRAMSCI se refere ao idealismo croceano). Como decorrência, se as classes subalternas, ao se tornarem hegemônicas, não forem capazes de romper com o fatalismo próprio da fé regiliosa, ou seja, se não houver uma ruptura radical na direção de uma consciência impregnada de suas potencialidades ético-históricas, estarão dadas as condições da impotência história e do fracasso de um projeto emancipatório.

consenso, força e persuasão, na medida das necessidades de um projeto amplo, original e eficaz de dominação, ou ainda, que instrumentos seriam funcionais para intervir nas camadas profundas da subjetividade operária, no sentido de promover/incutir no imaginário das massas trabalhadoras, novas formas de viver, de pensar, ou seja, imprimir-lhe uma nova moralidade, uma nova cultura, para, no caso do americanismo, servir de sustentação de uma estratégia a serviço de um projeto capitalista. É preciso entender, na análise gramsciana, o fordismo para além de sua superfície visível, da esteira transportadora ou do *five-dolares-day*; importam para o autor as características essencialmente político-ideológicas deste movimento, na medida em que foram capazes de funcionar como matriz ideológica reprodutora de relações sociais mais amplas, mais decisivas do que as que norteiam o processo produtivo imediato.¹⁷

GRAMSCI identificava no fordismo uma espécie de via alternativa à "forma de bonapartismo" em curso na construção do socialismo na União Soviética. O autor identifica uma positividade fundamental desta articulação original do processo de produção industrial que poderia funcionar como elemento inicial de uma ruptura na construção de uma nova racionalidade, de uma forma superior e nova de civilização, contanto que perdesse seu caráter impositivo, mas que pudesse ser assimilado espontaneamente, diluído na consciência e na cultura das massas:¹⁸

¹⁷"Neste sentido, o fordismo -para além de uma ideologia constituidora do real (DIAS)- se revelou como uma poderosa arma política contra a classe operária e suas organizações de combate; com ele se inaugura uma nova composição política e ideológica das classes trabalhadoras assalariadas, marcada pelo aprofundamento de seus plurais e de sua heterogeneidade" (TUDE DE SOUZA, 1991, p.47)

¹⁸ É bastante clara a preocupação de GRAMSCI em influir no debate e nas políticas que ocorriam no âmbito da construção do socialismo na URSS. É este o sentido do seu debate com os princípios bolcheviques, idealizados por TROTSKI, amplamente aceitos pela vanguarda bolchevique, de militarização do trabalho industrial. A divergência profunda de GRAMSCI relativamente à esta estratégia fica clara nas suas próprias palavras: "... O seu conteúdo essencial (da militarização do trabalho), deste ponto de vista,

"... pode-se dizer que o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinala exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática". (GRAMSCI, 1989, p. 375-6)

Da mesma forma pelas quais sustentamos nas anotações posteriores relativamente ao taylorismo, há na análise gramsciana da construção do fordismo particularidades históricas e culturais específicas ao seu aparecimento, tanto que o marxista italiano estabelece que este "avanço modernizador" só foi possível na América, devido às seguintes condições:

a) Composição demográfica racional: Condição preliminar para o advento do americanismo, a inexistência da "camada plutocrática" européia, determinava a "racionalidade" da composição demográfica na América, segundo a formulação do autor:

GRAMSCI é particularmente ácido ao criticar a forma de exploração verificada na Itália de seu tempo, ao analisar o anacronismo da organização da economia napolitana, que, aliás, não se restringia a Nápoles

consistia na "excessiva" e resoluta (portanto não racionalizada) vontade de dar supremacia, na vida nacional à indústria e aos métodos industriais de acelerar, usando meios coercitivos externos, a disciplina e a ordem na produção, de adaptar os costumes às necessidades do trabalho. Devido à formulação geral de todos os problemas, ligados à tendência, esta devia desembocar, necessariamente, numa forma de bonapartismo, daí a necessidade de derrotá-la. As suas (de TROTSKI) preocupações eram justas, mas as soluções práticas eram profundamente erradas..." (1989, p. 396). Segundo TUDE DE SOUZA: "GRAMSCI argumentava que os métodos de militarização do trabalho adotados pelo estado soviético deveriam desembocar em uma 'forma de bonapartismo' ao invés de conduzirem ao auto-disciplinamento, como resultado da aquisição de hábitos compatíveis com aqueles requeridos pelos novos métodos e relações de trabalho sobre os quais se erguia o estado proletário, na União Soviética" (id., p.52)

ou à Itália, mas se estendia sobre toda a Europa, Índia e China e sobre a qual ele afirma tratar-se do

"... modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e malsãos, pois baseia-se na exploração usurária de camponeses mantidos à beira da desnutrição e porque custa enormemente: ao pequeno capital economizado corresponde uma grande despesa necessária para sustentar o nível de vida em geral elevado de uma massa não desprezível de parasitas completos".(p.379)

b) Esfacelamento da solidariedade de classe: Neste particular pode-se observar algumas características dos movimentos de reestruturação produtiva do capital que são recorrentes, o que determina a atualidade e a pertinência das categorias gramscianas de análise do capitalismo de qualquer tempo, independente da base técnica que o sustente. A este respeito, assegura GRAMSCI: "a luta que se desenvolve na América é ainda pela propriedade do ofício contra a liberdade industrial". Ou segundo TUDE DE SOUZA:

"... o fordismo como arma política, foi usado pela classe dirigente, contra a unidade e combatividade operária, operando a construção de um novo tipo de trabalhador coletivo, através do qual se erigiu uma nova classe operária e uma nova classe média. O que levou, portanto, a uma nova configuração das relações entre intelectuais e massa no processo de construção da hegemonia burguesa". (Id, p.48)

Caso substituamos a palavra fordismo por toyotismo, teremos, sem a necessidade de qualquer reparo ou emenda, uma descrição adequada da

conformação que assume, neste final de século, o capitalismo, cuja matriz está no Japão, mas que, indicam as análises, tende a se disseminar nos demais países.

Basear a vida nacional na produção: não foi outra a causa do desenvolvimento japonês do pós-guerra, o que mais uma vez ressalta a unidade dialética entre crise e reestruturação produtiva, e mais, a exatidão da análise gramsciana ao destacar a importância do elemento “economia programática”, ou “desenvolvimento da economia segundo um plano”, na estratégia das classes burguesas de restauração de sua dominação.

c) A formação de um "novo homem". Para o marxista italiano, não é possível pensar o americanismo e o fordismo, sem que tivesse sido introduzido um amplo programa destinado a reverter a "animalidade" do comportamento e da sociabilidade dos homens, através da articulação de um certo consenso com coerção. Como MARX, GRAMSCI via no capitalismo, no industrialismo, um avanço civilizatório para a humanidade:

"... A história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento "animalidade" do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animalescos e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão precisão, que torna possíveis as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo" (p. 393)

No âmbito desta função modernizadora, o surgimento do fordismo gestava, então, a possibilidade vislumbrada por GRAMSCI de construção do novo homem, com uma nova moralidade, a partir, inclusive, do aparecimento de um "nexo psíco-físico" original, racionalizando a produção e, com ela, o modo de viver. Trata-se, assim, do aparecimento de uma nova cultura no sentido forte que GRAMSCI empresta a esta categoria, e que se manifesta não somente nos atos produtivos, mas no complexo das relações sociais totais, que envolvem desde uma certa parcimônia nos hábitos de consumo, até mesmo a regulação do instinto sexual.

Nesta análise, GRAMSCI produz suas formulações a partir de análises políticas, ideológicas, culturais e históricas concretas, o que nos leva a considerá-la como a mais definitiva sobre as conformações que assumiu o capitalismo neste século. A questão que se impõe, portanto, poderia assim ser resumida: dado que o capitalismo não pode sobreviver sem "revolucionar-se permanentemente", segundo a clássica assertiva marxista, e em função disto destrói periodicamente as bases ideológicas de sua dominação, para reconstruí-las sob nova aparência, quais são as novidades que traz o toyotismo relativamente à recomposição de sua hegemonia?

II.4 - Um industrialismo de novo tipo?

O argumento que desenvolvemos a seguir é o de que as transformações no processo produtivo, e mais do que isso, as

transformações no modo de viver, de pensar, de sentir a vida, que acompanham o aparecimento do toyotismo e do qual são seu pré-suposto, conduzem à convicção de que não se trata de um modismo da engenharia ou da administração da produção¹⁹.

A ampliação em níveis inéditos da extração de sobre-trabalho, via aumento da produtividade e intensificação do trabalho, leva-nos a pensar que o toyotismo sugere um novo modo de relacionar o homem com o trabalho, mantidos, obviamente, os princípios de apropriação privada do lucro, da heteronomia em relação ao processo de trabalho, etc., o que remete ao primeiro dos dois princípios marxistas de ciência política, utilizados por GRAMSCI para embasar o conceito de revolução passiva:

“1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontrarem lugar para um ulterior desenvolvimento progressista; (...)” (1989, p.75)

O toyotismo vai se afirmando como um padrão de organização do trabalho atualmente copiado em todo o mundo de tal forma e em tais proporções que nos sugere uma nova forma de industrialismo. Duas são as razões, entre outras possíveis, que nos levam a este argumento.

¹⁹A lista destes modismos é extensa, mas para ficarmos em alguns dos mais recentes: “Desenvolvimento Organizacional” (BENNIS, 1972), “Administração e Cibernética” (BEER, 1969), “Abordagem Contingencial” (LAWRENCE & LORSCHE, 1973), “Administração por Objetivo” (CHANDLER, 1976), mais recentemente, e ainda em voga, as várias correntes da reengenharia. Tratam-se de alguns exemplos de movimentos teóricos ocorridos na engenharia e na administração que se propõem a “revolucionar o processo produtivo e organizacional”, que não deixaram de produzir seus seguidores entusiasmados, uma profusão de publicações de livros e teses de pós-graduação e, também, *last, but not least*, grandes e pequenas fortunas com consultorias.

II.4.a - Um novo nexo-psico-físico

O toyotismo, no que tem de central, só pode se constituir a partir de uma ruptura com o ‘gorila domesticado’ taylorista, radicalizado pelo fordismo. Ruptura sem o sentido de negá-lo completamente. O aspecto físico-maquinal exigido por este novo industrialismo não pode prescindir do mesmo adestramento do trabalhador. Ao contrário, a padronização do gesto muscular-nervoso continua sendo preocupação obsessiva da gerência toyotista: há que refiná-los em níveis inéditos, haja vista os programas de treinamento quase ininterruptos.

A novidade está em que o toyotismo requer uma combinação entre esforço físico e eficiência criativa; uma combinação original entre esforço repetitivo ²⁰(ainda que seja sobre três ou quatro máquinas) e espírito de criação, institucionalizados nos CCQs, Círculos de Controle de Qualidade.

De uma certa forma, o toyotismo inverte um princípio básico do taylor/fordismo: o interesse do trabalhador pelo conteúdo intelectual do trabalho. Demonstra que pode e deve haver, combinadamente com um projeto de dominação igualmente original e eficaz, compatibilidade entre mecanização e reflexão, entre o ato produtivo e a arte operária. Aí reside o novo: a utilização intensa do gesto físico maquinal com o resgate e a potencialização do saber e da arte de criação do operário.

²⁰Aqui há também uma diferença importante com o fordismo. Segundo WATANABE, uma das diferenças entre a linha fordista clássica e o toytismo é o tempo existente entre a repetição do mesmo gesto produtivo.

Para reforçar este argumento, é preciso lembrar um célebre diálogo. Embora um pouco longo, pensamos valer sua reprodução, dado que este diálogo de TAYLOR com um operário resume de forma definitiva o princípio fundamental do taylor-fordismo:

“-Schmidt, você é um operário classificado?

-Não sei bem o que o senhor quer dizer.

-Desejo saber se você é um operário classificado.(...)

Quero saber se você deseja ganhar \$ 1,85 dólares por dia, ou se está satisfeito com o \$ 1,15 dólares que ganham estes tontos aí.

-Se quiser ganhar \$ 1,85 por dia é ser um operário classificado, então sou um operário classificado.

-Ora, você me irrita. Todos o desejam.(...) Não me faça perder tempo. Você sabe tão bem como eu, que um operário classificado deve fazer exatamente o que se lhe disser desde manhã à noite. Conhece você aquele homem ali?

-Não, nunca o vi.

-Bem, se você é um operário classificado deve fazer exatamente o que este homem lhe mandar, de manhã à noite. Quando ele disser para levantar a barra de ferro e andar, você levanta e anda e quando ele mandar você sentar, você senta e descansa. Você procederá assim durante o dia todo. E mais ainda, sem reclamações. Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama. Entendeu? Quando este homem mandar você andar, você anda; quando mandar você sentar, você senta e não faz qualquer observação. Finalmente, você vem trabalhar aqui amanhã e saberá, antes do anoitecer, se é verdadeiramente um operário classificado ou não” (TAYLOR, 1976, p. 56-7).

Atualmente, nos EUA, este intervalo médio é de 1 minuto, enquanto que no Japão este intervalo fica entre 1,5 e 3 minutos. (1997, p. 104)

A produção de Schimidt, no dia seguinte, passou dos anteriores 12,5 t de barras/dia, para 47 ton/dia (id., p.57): aí está, do ponto de vista do processo produtivo imediato, e apenas deste ponto de vista, o que há de essencial no taylorismo, aperfeiçoado pela esteira transportadora de Ford.

O que estamos argumentando é que exatamente com este princípio é que rompe o toyotismo, ao perceber o poderoso insumo em que se pode transformar uma nova articulação entre corpo e mente, onde ocorra a apropriação da espiritualidade operária, além do seu corpo. Daí sugerirmos a emergência de um novo nexó psíco físico na produção toyotista. Importa, então, não perder de vista duas perspectivas: a primeira é que este novo industrialismo só se torna intelegível no âmbito de um violento processo físico e simbólico, de passivização de importante contingente da classe operária japonesa, objeto da seção seguinte deste trabalho; segundo, que a referência é sempre sobre aquele núcleo de trabalhadores das grandes indústrias, os cerca de 30% que compõem o *cœur* do sistema.

Não se trata mais de romper com o elemento “animalidade” do trabalhador, contra a qual lutou o industrialismo, na referência gramsciana ao americanismo, de “sujeição dos intintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novos e complexos e rígidos hábitos e normas de ordem” necessários ao desenvolvimento do novo industrialismo. O argumento é que esta fase foi historicamente superada pelo fordismo. Como o próprio marxista italiano sustentava, o homem insiste em pensar, muito embora submetido a trabalhos imbecilizadores.

“Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se então que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de liberdade completa. (...) a memória do ofício, reduzida a gestos simples e repetitivos em ritmo intenso, ‘aninhou-se’ nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre para outras ocupações. (...) “o que pode levá-lo (inclusive e principalmente), a pensamentos pouco conformistas” (id. p.404).

A novidade que traz o toyotismo é cuidar para que esta “liberdade completa” se transforme num insumo produtivo, com a vantagem adicional de diminuir o tempo disponível para os “pensamentos pouco conformistas”. Este é o papel do CCQ. Capitalizar ao máximo a criatividade, a arte, o saber fazer operário que não é passível de ser captado pela engenharia ou por modernos computadores, porque envolve um ato de que só o gênero humano é capaz: a criação.

O CCQ é um espaço com dupla função: aumento de produtividade e domesticação da força de trabalho²¹. São reuniões realizadas fora da jornada normal (em geral trabalho não remunerado), na qual a chefia estimula o operário à geração de idéias para o aumento da produtividade (o critério qualidade é rigorosamente secundário, comparativamente com o de aumento da produtividade). A produtividade só

²¹ A formulação ideológica central explicitada por um CCQ é “pensar junto” as soluções: proprietários, diretores, chefes, contramestres e operários, devem envolver-se, cotidiana e coletivamente, no enfrentamento dos problemas colocados pelo aumento da produtividade. O pressuposto ideológico não poderia ser mais claro: o obscurecimento dos limites que dividem as classes no capitalismo. “Ao mesmo tempo, o movimento “controle de qualidade” (nome inadequado na medida em que ultrapassa amplamente os temas ligados à qualidade do produto) quer apagar a divisão de classes, ao fazer desaparecer a oposição

perde a centralidade no funcionamento do CCQ para o caráter ideológico que o anima e reforça. Daí porque não participar do CCQ implica em grandes sanções econômicas e sociais, da mesma forma que fazê-lo conduz à recompensas simbólicas importantes: ter o nome citado no boletim da empresa, ser pessoalmente cumprimentado pelo diretor, ganhar um fim de semana em um hotel, etc. O que conta no CCQ é a criação de uma consciência homogênea dos trabalhadores, segundo a qual a melhor (ou única?) alternativa é cooperar e fazer parte da “grande família”.

HIRATA e ZARIFIAN, ao argumentar que a divisão do trabalho na empresa japonesa não se situa mais entre concepção e execução, sustentam que o sistema de emprego japonês possui uma dupla identificação: identificação da vida de trabalho à vida na empresa e identificação da vida da empresa à vida pessoal (1990, p.4) Esse é o ponto de chegada de um longo processo de adestramento da força de trabalho, para o qual concorreram, articuladamente, a família, a escola e, finalmente, a empresa. A coesão de grupo, o respeito ao superior e o imperativo da participação são sistematicamente trabalhados nestas três esferas da sociabilidade, o que radicaliza, em níveis inéditos, a referência gramsciana sobre o projeto americano de desenvolvimento das forças produtivas: “basear toda a vida nacional na produção”²².

pensamento da empresa/pensamento do sindicato ou qualquer outra representação dos trabalhadores” (FREYSSINET e HIRATA, 1985, p.7).

²² Em um texto de 1988, HIRATA conclui pela “imbricação” entre socialização familiar, educação escolar e formação profissional, estabelecendo a complementariedade existente entre estes três elementos na atividade profissional do operário japonês (p. 42 e segs.)

Um dado apresentado por FREYSSINET e HIRATA sobre a adesão ao CCQ nas grandes indústrias de construção naval e siderurgias é esclarecedor: apenas 0,1 a 0,2% do total dos empregados não se dobram às exigências patronais de participação no CCQ (1985, p.13).

O CCQs apareceram no Japão no início dos anos 60, na forma de “atividade de pequenos grupos” (*sho-shudan-katsudo*) de caráter “voluntário”, destinado a apresentar sugestões quanto à qualidade dos produtos industriais japoneses. No entanto, muito mais do que técnica de melhoria na qualidade, o CCQ foi se transformando: primeiro, em um potencializador da intensificação do trabalho e, segundo, e mais importante, em um aparelho ideológico garantidor da adesão do operário aos ideário da empresa, aprofundando a alienação do trabalho sob a produção capitalista.

“ (...) o critério básico adotado pela direção da empresa é o de que qualquer idéia é válida, pois o importante é a *forma* de expressão, ou seja, a participação voluntária dos trabalhadores na gestão da empresa. As numerosas pesquisas realizadas no Japão permitiram, no entanto, classificar os tipo de sugestão em algumas categorias maiores: melhoria da produtividade, diminuição dos custos, racionalização do trabalho, até mesmo supressão de empregos pela automação de alguns cargos” (id. p.6)

O argumento dos autores é reforçado por uma tabela que classifica , em um grande grupo industrial do ramo siderúrgico, a composição das quase vinte mil idéias originadas nos CCQs, colocadas em prática pela direção da empresa.

Empresa X	
(% a partir de 19.588 idéias colocadas em prática)	
Eficiência das operações	33,4
Redução de Custos	28,4
.....Custos de energia	8,1
Economia de matérias-primas	4,3
Eficiência (maior rendimento)	4,0
Supressão de trabalho	1,4
Material principal e secundário	0,7
Outros	9,9
Segurança	19,3
Qualidade do produto	11,1
Ambiente (proteção)	4,0
Diversos	3,8

Fonte: idem, p. 19, com pequena modificação e grifo nossos.

A tabela é suficientemente eloqüente para, considerando não tratar-se de exceção, sustentar o argumento de que o critério verificação da qualidade técnica do produto é apenas marginal no funcionamento de um CCQ. De central, o CCQ tem como objetivo o aumento da intensificação do trabalho, a diminuição dos custos em todos os sentidos e, sobretudo, funcionar como aparelho ideológico necessário à “construção da obediência”, na forma concebida por LIMA (1996). Neste caso estudado por FREYSSINET e HIRATA, os autores concluem pela seguinte relação custo benefício no funcionamento do CCQ: US\$ 30,9²³ de custo por pessoa ano (exceção feita às despesas com assembléia e pessoal administrativo) para um benefício estimado em US\$ 1,311.00 por pessoa por ano (id. p.18).

Efetivamente, as recompensas aos operários pelos melhoramentos no processo produtivo em geral, comparativamente aos benefícios, são insignificantes. A maioria das vezes, quando há pagamento em dinheiro, este se restringe ao pagamento em horas extras relativo ao tempo dedicado ao CCQ, embora nem isso aconteça sempre²⁴. O mais frequente são compensações simbólicas, menções honrosas na festa anual da empresa, pequenos brindes com o logotipo da firma, aparecer no jornal da empresa, ser cumprimentado diretamente pelo diretor, pequena viagem com as despesas de hotel pagas, etc.

Assim, a classe dominante naquele país logrou articular particularidades específicas da tradição japonesa (harmonia, hierarquia, lealdade, devoção filial, sobre o que falaremos na seqüência) com as necessidades de desenvolvimento de um paradigma produtivo baseado numa combinação de consenso com coerção, cujos princípios são: a ampla identificação dos operários com os interesses da empresa, bem como a decorrente integração (física, espiritual) aos ideais da empresa.

"Nesse contexto pode-se entender o trabalho além do expediente (sem remuneração para os cargos de chefia e superiores), as horas extras excessivas (chegando a ultrapassar o máximo legal de 50 horas semanais), a supressão voluntária das férias, a alta participação nos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) etc. como manifestações da

²³Fizemos a conversão do yene para o dólar para facilitar a compreensão, na base de um dólar para 112 yenes, cotação deste dia.

²⁴No trabalho realizado por FREYSSINET e HIRATA (1985) há o relato de que, para os casos estudados, o prêmio em dinheiro, quando ocorre, varia entre US\$ 4 e US\$ 12, para uma atividade que: "Na verdade, é o CCQ, aliado aos trabalhos de engenharia da produção, que efetua, segundo as pesquisas, a maior parte das mudanças técnicas e da organização do trabalho" (p.7)

integração do funcionário à empresa."(SHIROMA, 1993, p.60)

O quadro abaixo refere-se ao grau de participação dos operário no CCQ de uma empresa que funcionou como um dos grandes laboratórios onde se gestou esta nova modalidade de intensificação do trabalho e que pode ser considerada “padrão” do toyotismo, a Toyota Motor Company:

Sugestões Feitas Por Empregados da Toyota			
ano	n. sugestões	% implem.	sug/empreg
1960	9.000	39 %	1,0
1970	40.000	70 %	2,5
1973	247.000	76 %	12,2
1976	380.000	83 %	15,3
1979	575.861	91 %	13,3
1980	859.039	94 %	19,2
1981	1.412.565	94 %	30,5
1982	1.905.642	95 %	38,8
1983	1.655.858	96 %	31,8

Fonte: Toyota Motor Company apud TAUILE (1989, p. 48)

O fato de, em 1982, ter havido quase dois milhões de sugestões implementadas na Toyota é suficientemente significativo para indicar o grau de adesão do operariado aos objetivos da companhia e permite imaginar-se os benefícios obtidos no aumento da produtividade.

Assim, estamos convencidos, construiu-se no Japão um amplo e eficaz processo de dominação, através do CCQ, canal institucional que viabilizou este integracionismo, que fica igualmente representado pelo hino da Matsuchita²⁵ (grande conglomerado econômico atuante em diversos

²⁵"Para construir um novo Japão,/Trabalha duro, trabalha duro;/Aumentemos nossa produção,/Vamos enviá-la a todas as nações/Sem trégua, sem repouso;/Como um geyser,/Jorra a nossa indústria/Sinceridade e

setores da economia) o qual é cantado todas as manhãs, antes do início da jornada de trabalho, juntamente com o hasteamento de bandeiras (do Japão e da empresa) numa cerimônia que precede a realização da ginástica, igualmente compulsória à todos.

Não se diga, no entanto, segundo o relato de SATOCHI, que hastear bandeiras ou cantar hinos, seja uma atividade à qual os trabalhadores se entreguem com entusiasmo:

“Decerto, trabalhar na Matsushita pode ser vantajoso. Mas outra coisa é deduzir disto que os operários cantem de coração aberto o hino da empresa, como se costuma dizer, fazendo-os passar por animais perfeitamente condicionados. A maioria dos hinos de empresa, de resto, são gravados previamente, e cada um faz um play-back mexendo os lábios ...” (1985, p. 12)

A Matsushita é a empresa japonesa que “... encabeça a lista das empresas em número de sugestões; recebeu mais de 6 milhões de sugestões só em 1985. O maior número de sugestões feito em um ano por uma só pessoa, foi de 16.821” (IMAI, 1988, p. 101).

Este projeto de dominação conseguiu estabelecer o esfacelamento da solidariedade de classe e substituí-lo por formas, por vezes agudas, de concorrência entre os próprios colegas de trabalho. Tal concorrência, entre

harmonia: /é isso a Matsushita Electric. (in SATOSHI, p. 10) Não cabe nos limites deste trabalho, uma análise de texto, tecnicamente fundamentada, etc. No entanto, tendemos a acreditar que a engenhosidade destes versos possuem, explícita e implicitamente, todo o vigor de um projeto de dominação de uma classe sobre outra. “Para construir um novo Japão, trabalhar duro”(…) “Sem trégua e sem repouso”(…) “Sinceridade e harmonia, etc.”, sugerem-nos um projeto político inteligentemente condensado, que, repetido diariamente, reproduz-se e atualiza-se cotidianamente.

trabalhadores de uma mesma empresa pode ser tomada como a pedra angular do toyotismo, já que são valores inculcados, quer na família, quer na escola, e finalmente na fábrica: as noções de *winners* e *losers*²⁶ são introjetadas nas pessoas desde a mais tenra idade, tanto no convívio familiar como na educação formal oferecida pelas escolas japonesas, com a continuidade exacerbada na universidade para encontrar o seu paroxismo no emprego.

"A concorrência é encarniçada não apenas entre as empresas como também entre os indivíduos que se preocupam em melhorar suas oportunidades de sucesso procurando melhores escolas ou universidades, ou buscando sempre um posto mais elevado na empresa".(YOSHIMORI, 1989, p.1)

A concorrência estimulada, mesmo assumindo a paradoxal forma de cooperação, é associada a uma "rede de coerção, pressões, intimidações que ficam sob a harmonia das relações de trabalho, apresentando os desfavorecidos por este método de exclusão".(SHIROMA, 1993, p.65). O que se deprende da literatura é que, mesmo este sistema participativo/cooperativo, só é funcional na medida em que se associe a rígidos esquemas de controle, sanções e punições, ainda que sua manifestação seja implícita, como é o caso do ostracismo, técnica de controle social que o próprio grupo de trabalho exerce sobre determinados integrantes do mesmo que não corresponda adequadamente aos imperativos da dedicação ao trabalho (CORIAT, 1992). Trata-se de um mecanismo destinado a "isolar"

²⁶ Este fenômeno longe está de ser específico ou restrito ao Japão. Ao contrário, tem sido cada vez mais trabalhado ideologicamente, como forma de cindir ideologicamente os trabalhadores e a sociedade em geral. A noção de "ganhador" acaba assumindo um poder mágico, taumatúrgico, quase um imperativo ético.

comportamentos não conformes ²⁷, prática freqüente no Japão não somente nas indústrias modernas, mas presente, como fator-chave, na estruturação social japonesa a partir, inclusive, das práticas de educação formal já nos primeiros anos do ensino fundamental (SHIROMA, 1993).

Nos locais de trabalho há um eficiente sistema de controle denominado “vigie seu vizinho” fazendo com que “cada um torne-se testemunha do trabalho do outro” (SHIROMA, 1993). Para os não conformados do grupo há uma espécie de condenação que, embora tenha suas raízes no Japão pré-capitalista, não são menos eficientes na atualidade:

“A marginalização, vista como uma condenação nos tempos feudais, sobrevive até hoje no nível da linguagem; ser marginalizado, *nakama hazure*, destoar do grupo, equivale a ser *mura hachibu* (*mura*=aldeia), ou seja, aquele de que ninguém toma conhecimento na aldeia(...) um dos mecanismos mais difundidos e típicos de todas as minorias na organização: os que se recusam a participar das atividades de CCQ, os militantes do Partido Comunista, os que contrariam a autoridade hierárquica são *mura hachibu* (FREYSSINET e HIRATA, 1985, P. 13).

O isolamento constitui-se numa original modalidade de técnica de controle sobre o trabalho na empresa japonesa, com duas vantagens, entre outras possíveis:

²⁷Esta passagem do trabalho de MOORE (1967), indicando a forma como a noção de controle social exercido reciprocamente pelos indivíduos em posição social equivalente tem raízes profundas na tradição japonesa: “Desde o período TOKUGAWA, já havia um sistema de vigilância sobre toda a aldeia. Todo o habitante, qualquer que fosse sua posição ou posses, era forçado a pertencer a grupos de 5 a 10 famílias. O chefe de cada unidade ao assumir a liderança nos negócios, era responsável pela boa conduta do grupo, tinha obrigação de fornecer relatório de qualquer ato duvidoso e entregar ao governo os indivíduos procurados (...) O sistema de controle social era reforçado por um quadro de avisos fixados nas aldeias,

- é econômico (prescinde de chefias, supervisores²⁸, etc) já que é exercido pelos e sobre os próprios trabalhadores, dispensando, assim, admissão, treinamento e assalariamento de pessoal qualificado para exercer o controle sobre o trabalho;

- na medida em que a modalidade se presta muito bem para o denunciamento, para a delação, funciona também como um poderoso instrumento do capital contra a consciência, reforçando e atualizando cotidianamente um processo de estilização da solidariedade de classe.

CORIAT capta a importância desta modalidade de controle que designa como “ostracismo”:

“... o “ostracismo” se define pela importância e pela eficácia da pressão exercida por um grupo sobre todo o elemento deste grupo que tenderia a distanciar-se dos objetivos que lhe são determinados, ou que são comumente assumidos por ele” (1994, p.168).

Para o autor, nesta dinâmica sutil de inclusão/exclusão próprios da contratualidade “à japonesa” “... são os próprios modos de eficácia da inclusão que abrem o *espaço de legitimação da exclusão*. O emprego vitalício incontestavelmente inclui” o assalariado na empresa, mas o seu preço, elevado, é por ele conhecido: a não interiorização dos objetivos da empresa

exortando os camponeses ao bom comportamento. Os éditos publicados eram quase, por si sós, suficientes para manter a paz e a ordem.” (p.62).

²⁸ Lembremos aqui que TAYLOR em seu clássico *Princípios ...* assegurava que sobre cada operário deveriam funcionar oito controladores, entre instrutores e supervisores. (1976, p. 113/114)

se traduziria por um defeito de engajamento e tornaria “*legítima*” a exclusão daquele que se distancia da norma. (grifos nossos, id. p. 169).

Estamos lidando, portanto, com uma sofisticadíssima obra de engenharia política, na qual um dos pressupostos centrais é o deslocamento da função de controle do processo de produção dos gerentes, encarregados e chefias para os próprios operários, numa tecnologia em muitos aspectos inédita do modo capitalista de produção²⁹, onde o aparentemente inusitado é a perfeita coerência entre as demandas por uma força de trabalho participativa, dócil, integrada e padrões culturais específicos, fortemente estimulados desde a socialização primária.

O argumento é que precisamente aí reside o núcleo do novo industrialismo. Este é o fundamento sobre o qual ganha concreção uma modalidade original de revolução passiva.

O toyotismo conseguiu reestabelecer o elo concepção/execução. Neste sentido, o “gorila domesticado” taylorista é negado parcialmente pelo novo tipo de trabalhador; do ponto de vista gramsciano, outra vez mais, esse movimento dialético não resulta de confronto de tendências antagônicas, mas sim diferentes; incorporam-se à síntese, a partir de “fenômenos moleculares múltiplos”, elementos centrais da tese, substituída pela nova síntese.

“Transformações moleculares”: esta é uma das idéias-força do pensamento gramsciano, designando a forma pela qual uma ideologia vai

sendo compartilhada de forma crescente, expandindo uma concepção de mundo “precedentemente germinada”. A estratégia de revolução/restauração levada a cabo pela classe dominante japonesa, contém precisamente este elemento de capilarização ideológica no conjunto da vida estatal, recorrendo apenas supletivamente à violência do Estado na implementação de seu projeto.

Utilizando combinada e intensamente criação e execução no processo de produção de mercadorias, o toyotismo demonstra que podem ser colocados a serviço da acumulação ampliada do capital tanto o ato produtivo como a arte operária. Tudo isto num quadro de passivização que quotidianamente se auto-reforça.

O projeto hegemônico japonês acabou por engendrar, portanto, a constituição de *un nuovo tipo di lavoratore*, forjado sob circunstâncias históricas específicas de uma revolução passiva, sob a direção política, econômica e cultural da classe que patrocinou esta restauração: o patronato japonês.

ANNUNZIATO, ao refletir sobre as razões pelas quais tais mudanças ocorreram no Japão e não nos EUA, argumenta: em primeiro lugar, o americano, por tradição, pela sua cultura, por sua formação histórica é um adepto entusiasmado do individualismo na ação econômica e, ao mesmo tempo, avesso à qualquer forma de expressão de coletivismo neste campo, aversão que se expressa, segundo o autor, de forma radicalizada

²⁹ Sem dúvida, muitos aspectos do toyotismo estão presentes no fordismo: a participação, a imbricação da

entre seus intelectuais. Em segundo plano, o Japão, humilhado pela derrota na Segunda Guerra, ao livrar-se da “capa de chumbo” da ideologia do velho pequeno produtor, logrou resgatar, em proveito de seu projeto, elementos da cultura de uma fase histórica anterior:

“O Japão (...) foi capaz de transferir os valores sociais do feudalismo (como a ideologia da reciprocidade de direitos e responsabilidades entre o servo e o senhor), ao modo capitalista de produção. O capitalista japonês, como encarnação do senhor feudal, garante a segurança no trabalho, obtendo em troca por parte dos trabalhadores, encarnação do servo feudal, lealdade e obediência (1989, p.113).

Há, ainda, uma outra particularidade que envolve a construção do projeto hegemônico japonês, que julgamos merecer atenção. Na América, na concreção do taylor-fordismo, as ações hegemônicas ocorreram predominantemente no âmbito mesmo da esfera infraestrutural, possibilitadas pela ausência da “camada de chumbo”, forma como GRAMSCI designa a camada social parasitária que atrasou a modernização do capitalismo na Itália. Tratava-se de um tipo de sociedade racionalizada, na qual “a estrutura domina mais imediatamente as superestruturas, que são ‘racionalizadas’ (simplificadas e em menor número)” (1989, p. 382). Daí a clássica afirmação gramsciana segundo a qual “a hegemonia brota da fábrica ...”.

No Japão, as ações hegemônicas patrocinadas pelas classes dominantes obedeceram a um movimento no qual o Estado (“hegemonia

esfera familiar com a fábrica, o integracionismo, o elemento religioso expresso pelo puritanismo, etc.

encouraçada de coação”) foi quem teve o papel decisivo na implementação da restauração do poder burguês. A partir dos aparelhos ideológicos à sua disposição, sob a tutela da força de ocupação americana, as ações hegemônicas tiveram sua origem no plano superestrutural, pelo menos no primeiro momento. A inversão do raciocínio gramsciano, na análise do fordismo, parece aproximar-se mais precisamente da gênese do toyotismo: a superestrutura, na versão japonesa de revolução passiva, dominou mais diretamente a infra-estrutura.

Havia um ensaio, por parte das classes subalternas de colocar-se autonomamente no centro da luta política propensa a realizar as tarefas históricas de sua emancipação. Assim, a luta que se travou no Japão do pós-guerra teve como protagonista central o aparelho do Estado que, a partir de sua estrutura ideológica, encetou as ações necessárias para conjurar o projeto histórico emancipatório do proletariado e lançar as bases para, pela coerção ou cooptação, recompor a hegemonia de uma nova classe dirigente. Obviamente que esta recomposição não poderia prescindir do concurso do aparelho produtivo, e a história do país o demonstra sem dúvidas; o que sustentamos é que o projeto se origina no âmbito do aparelho de estado para rapidamente se expandir para o conjunto da vida estatal.

Coube ao Estado prover as três condições gerais³⁰ para a materialização da hegemonia burguesa no pós-guerra:

³⁰Conforme as análises de GLUCKSMANN sobre a obra gramsciana, (1980, pag.s 86 e segs).

a) condições econômicas: orientando diretamente através do MITI (já referido) os investimentos da poupança privada, dos empréstimos obtidos no estrangeiro e das divisas amealhadas pelo fornecimento de material bélico para os americanos na Guerra da Coréia, num plano econômico de ‘reconstrução nacional’ previamente concebido;

b) condições políticas: como já mencionamos anteriormente, a força de ocupação associada à burguesia emergente, implementou um conjunto de medidas políticas (o voto feminino, o acesso universal ao ensino de terceiro grau, a reforma agrária, etc) de forma a dotar a vida institucional no país de um estatuto de democracia burguesa, marcando, assim, os limites além dos quais as instituições repressivas entravam em cena, recorrendo à força e ao autoritarismo em substituição aos métodos de cooptação.

c) condições culturais: fatores que dizem respeito aos aparelhos hegemônicos disponíveis por uma classe, mais a relação intelectuais/massa. Em anotações precedentes, fizemos alusões à portentosa estrutura ideológica que detinha o poder dominante no Japão do pós-guerra. Esta estrutura era composta de um conjunto amplo e complexo de instituições, práticas e agentes: escolas, museus, jornais, rádio, instituições religiosas, etc. Nesta estrutura ideológica é que repousavam, em outra noção construída por GRAMSCI, as “reservas organizativas e políticas” que permitem, a um poder debilitado por uma crise orgânica, a recomposição de sua hegemonia.

“Nos países capitalistas desenvolvidos, a classe dominante possui reservas políticas e organizativas que ela não possuía na Rússia, por exemplo. Isso significa que as crises econômicas não têm repercussões imediatas no campo político. A política está sempre atrasada em relação ao econômico. O aparelho de Estado é muito mais resistente do que se imaginava, e ele consegue nos períodos de crise organizar muito mais fiéis ao regime do que a crise permitiria suportar” (grifo nosso, GRAMSCI, *La Costruzione del Partito Comunista*, Turim, 1971, p.121, apud GLUCKSMANN, 1980, p. 67).

A tarefa, portanto, consistiu em, a partir da iniciativa do aparelho de Estado, através do amplo leque de aparelhos públicos e privados de hegemonia, conduzir a classe subalterna aos limites estritos do corporativismo, assunto de que nos ocuparemos nas próximas páginas.

CAPÍTULO III - OS INTELECTUAIS E A MORAL SAMURAICA

III.1 - Introdução

Um dos argumentos centrais que sustentamos neste trabalho é o de que, a construção de uma atitude original dos trabalhadores japoneses em relação ao trabalho, (um novo tipo de trabalhador e de homem), possui uma influência decisiva de uma espécie de intelectual de tipo tradicional, segundo a acepção gramsciana. A questão do intelectual ganha em GRAMSCI grande relevância teórica e destina-se a contribuir para uma compreensão adequada de seu papel no jogo das forças sociais em disputa por projetos hegemônicos. Não há como compreender a teoria de transição desenvolvida por GRAMSCI, sem ter em consideração o papel central por ele atribuído a estes agentes.

A concepção gramsciana de intelectual fortalece-se a partir de sua análise de uma modalidade de transição concreta ao socialismo, a iniciativa jacobina de 17, modalidade universalizante do processo histórico de construção do socialismo. GRAMSCI vai se contrapor à versão determinista desta transição pretendida pelo Partido Bolchevique. Uma contraposição que, por certo, não nega o acerto da estratégia adotada pela vanguarda bolchevique, mas vai além, ao pretender (e conseguir) dotar o marxismo e a luta socialista de uma nova contextualidade histórica, consideradas as especificidades que o capitalismo assumia no ocidente, notadamente após a Primeira Guerra.

Daí advém a originalidade do aporte gramsciano: sem nenhum descompasso com as determinações fundamentais do marxismo, seus estudos permitem pensar uma teoria da transição, temporal e geograficamente compatíveis com as formas adquiridas pelo capitalismo neste século, dotando o marxismo de uma atualização indispensável tanto para a compreensão da sociedade e da história neste final de século, quanto para sua transformação.

III.2 - GRAMSCI e os intelectuais.

GRAMSCI realiza uma análise original sobre os intelectuais. Na articulação da cultura, substrato da organização de toda a sociedade, o marxista italiano procede a uma ruptura radical com as concepções anteriores a respeito do papel atribuído a estes agentes sociais. Sua primeira preocupação é a de realizar uma espécie de dessacralização da figura do intelectual, até então tido e havido como um sujeito dotado de atributos de inteligência e destreza mental incomuns, capaz de interpretar o mundo e a história, a partir de uma posição privilegiada e, principalmente, isolada¹. GRAMSCI desenvolve uma crítica radical, situando o “caso Croce” na história italiana, como o de “um construtor de ideologias para governar os outros”:

“A atividade de Croce é um destes caminhos e desses métodos, seu ensino produz talvez a maior quantidade

¹ Segundo GLUCKSMANN, ainda em 1926, portanto no período pré cárcere, GRAMSCI rejeita, “com uma brutalidade crítica pouco comum, a ideologia pequeno-burguesa do intelectual (mesmo de esquerda) que ‘se acredita o sal da terra e que vê no operário o instrumento material da transformação social, e não o protagonista consciente e inteligente da revolução’” (1980, p.47).

de ‘sucos gástricos’ aptos para garantir a digestão. Inserida em uma perspectiva histórica, a da história italiana naturalmente, a atividade de Croce aparece como a máquina mais poderosa que o grupo dominante possui hoje para ‘adaptar’ as forças novas aos seus interesses vitais (não somente imediatos, mas futuros), e creio que ele a aprecia dentro de seu justo valor, apesar de algumas divergências superficiais” (GRAMSCI, 1977, p.433).

GRAMSCI refuta claramente a idéia do intelectual como o homem de letras, o filósofo, o produtor de um pensamento “puro”, desvinculado das relações sociais.

“Nenhum ‘critério interno’ às atividades dos intelectuais basta para definí-los. Abordados a partir do seu ser social, de seu lugar nas relações de produção, os intelectuais situam-se em uma certa divisão do trabalho, exercem *funções*” (id. p.47)

Para o marxista italiano, todo o homem é um intelectual: “ (...) *non si può separare l’homo faber dal’homo-sapiens*” (1977, p. 1550). Por esta afirmativa, GRAMSCI está estabelecendo um novo e original princípio segundo o qual “não existem não intelectuais”. O que na verdade ocorre no plano das relações de produção é uma grande variação nos graus de combinação entre atividade manual, ou muscular nervosa, e atividade cerebral.

“Quando se faz a distinção entre intelectuais e não intelectuais, na realidade, se está fazendo referência à imediata função social da categoria dos intelectuais, isto é, se leva em consideração o sentido no qual joga seu maior peso na atividade profissional específica, seja na elaboração

intelectual seja no esforço físico-nervoso. Isso significa que se se pode falar de intelectuais, não se pode falar de não-intelectuais, porque não-intelectuais não existem.”(1997, p. 1550).

A diferença, assegura GRAMSCI, é que nem todos os homens possuem na sociedade especificamente a função de intelectual². O marxista italiano faz freqüentes analogias entre o intelectual, ‘organizador’ na produção e na política, e a divisão das funções no exército, e no partido, o que conduz à interpretação de GLUCKSMANN conforme o seguinte esquema de hierarquização da função intelectual:

ESTRATIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES INTELECTUAIS

Exército Estado Maior	Produção Patronato	Cultura	Partido
Oficiais Superiores, realizam os planos	Técnicos de nível superior, engenheiros	Criadores, Filósofos (Corte)	Dirigentes
Oficiais subalternos, garantem a execução	Empregados, contra-mestres, técnicos médios... Função técnica-administrativa. Fiscalização.	Empregados dos aparelhos de cultura	quadros intermediários
Soldados	Operários	Público	Militantes de base

(GLUCKSMANN, 1980, p.53)

Entendemos ser este esquema bastante compatível com a concepção gramsciana expressa na citação abaixo:

“Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual (...) Em suma, todo o homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade

²Em mais uma de suas finas alegorias, estabelece: “Do mesmo modo, pelo fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco no paletó, não quer dizer que todo mundo seja alfaiate ou cozinheiro”(1991, p.7).

intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (GRAMSCI, 1977, p. 1551).

GRAMSCI rompe, portanto, com a perspectiva de conceber o intelectual como um ser privilegiado, cuja única ocupação é abstratamente pensar o mundo. Evidentemente, isto constitui um refinamento analítico de conseqüências importantes à interpretação da história, da economia, das classes sociais e da luta entre estas classes.

O autor avança, ainda, na distinção entre os intelectuais, sugerindo a noção de “camadas de intelectuais” cuja função é a de conferir homogeneidade das formas de pensar e conceber o mundo a uma determinada classe fundamental, distinção segundo a qual o autor entende os intelectuais primeiramente como rurais ou urbanos e, ainda, entre intelectuais de tipo tradicional e o intelectual orgânico.

O intelectual de tipo rural, em sua maior parte “tradicionais, isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno burguesa das cidades (notadamente nos centros menores), ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista” (GRAMSCI, 1991, p.13). É, portanto, o elemento que faz a mediação entre as massas camponesas e os serviços urbanos, ligados à administração local ou estatal, “... desempenhando assim uma ativa função política, em contraposição à sua pequena intervenção na economia” (DIAS, 1996, p. 28).

“...e, por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. (...) possui um padrão médio de vida superior, ou, pelo menos, diverso daquele do médio camponês e representa, por isso, para o camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e melhorá-la. O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode-se tornar um intelectual, notadamente padre, isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com outros senhores” (GRAMSCI, id. p.13).

Ainda segundo GRAMSCI, o tradicional seria aquele tipo de intelectual que forma uma camada pré-existente de representantes de uma certa continuidade da história e possui uma função decisiva na construção da hegemonia social. São dotados de grande prestígio auferido pela instituição de que são representantes, sendo seus exemplos mais claros os eclesiásticos e os militares.

Já o intelectual de tipo urbano, nascido com a indústria moderna e “ligado à sua sorte”, apresenta diferentes gradações. Num plano hierárquico mais elevado “... devem-se colocar os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais humildes ‘administradores’ e divulgadores da riqueza intelectual existente, tradicional, acumulada” (id. p.11). GRAMSCI faz uma comparação da hierarquização existente entre estes intelectuais com aquela presente nos organismos militares, na qual existe uma oficialidade superior, outra

subalterna. Relativamente aos intelectuais de mais baixo posto, o autor assegura:

“Sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército; não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção: colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário” (1991. p.12).

Exercem, portanto, o papel de supervisores do processo produtivo imediato, garantindo que um plano de produção seja executado estritamente segundo um planejamento previamente realizado pelo alto comando da empresa:

“Como conjunto exercem funções normalmente repressivas, ainda que organizativas. Sua função é de polícia do trabalho. Nos processos de trabalho mais recentes, sua função pode até ser progressivamente eliminada visto aparecerem como fontes potenciais de problemas e dado que os processo de informatização tendem a substituí-los, possibilitando, se necessário, a sua expulsão do chão da fábrica” (DIAS, id. p.28).

Já o intelectual orgânico é designado por GRAMSCI como aquela categoria de intelectual cuja principal característica é a de estar vinculado ideologicamente a uma classe fundamental, tendencialmente hegemônica no modo de produção capitalista, seja a burguesia, seja o proletariado.

O intelectual orgânico, além de atuar como controlador do processo de produção no plano hierárquico superior, também, e

principalmente, tem a função “persuasor permanente”, de divulgador e defensor de uma concepção de mundo particular. Por esta razão, os que se destacam nesta função são em geral distinguidos pelos empresários na forma de maior prestígio, poder de mando e melhores ganhos materiais. Para tanto, não existe a pré condição deste indivíduo de ser dotado de qualidades extraordinárias ou dons especiais: seu trabalho exige apenas sua profunda convicção sobre os limites de mundo e da história (segundo as necessidades políticas da classe fundamental dominante) e seu empenho diuturno na divulgação deste ideário junto às ‘massas instrumentais’, conferindo-lhe homogeneidade na atualização quotidiana e permanente desta racionalidade.

“No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendida se ampliou de modo inaudito. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante (id. p.12)

Assim, os intelectuais na condição de “comissários do grupo dominante” possuem uma relação de organicidade em relação a um projeto hegemônico, tanto no plano do processo produtivo imediato, como no plano das ações hegemônicas mais amplas que organizam a vida estatal em torno deste projeto³.

³“Os intelectuais são, portanto, primeiramente os organizadores da função econômica da classe a que estão ligados organicamente. Além de controlar o mundo da produção, eles organizam a hegemonia da classe burguesa na sociedade civil, bem como a coerção que, por meio do Estado, esta exerce sobre as demais frações e camadas de classe”(SIMIONATTO, 1995. p.58)

III.3 - A moral samuraica como substrato de um projeto de dominação

O raciocínio que pretendemos desenvolver a seguir é de que a construção do toyotismo (um novo nexó psico-físico) não poderia ter sido dada sem o concurso de um tipo de intelectual culturalmente específico daquele país: um intelectual originariamente de tipo rural e tradicional que, com o passar do tempo, e com a destruição da institucionalidade que o comportava e reproduzia, metamorfoseou-se em um intelectual de tipo urbano e orgânico, fundamental para a “construção da obediência”⁴, pedra angular desta modalidade de produção de mercadoria e de articulação de sociedade: o samurai.

Objetivando dar inteligibilidade a esta argumentação é necessário fazer uma breve recuperação da trajetória histórica do papel exercido por este tipo de intelectual, desde suas funções exclusivamente militares até o seu papel atual de intelectual orgânico das classes dominantes daquele país. Trata-se de um fenômeno singular historicamente, que, a partir de uma fusão analítica dos dois tipos de intelectuais, nos dá uma visão aproximada da atualidade e pertinência do aporte analítico gramsciano ao estudo da sociedade, da política, e da história. Segundo GRAMSCI:

“Os intelectuais do velho tipo eram o elemento organizador de uma sociedade de base essencialmente camponesa e artesanal: para organizar o Estado, para organizar o comércio, a classe dominante produziu um tipo

⁴ Expressão cunhada por LIMA (1996), trabalho sobre o toyotismo ao qual recorreremos com frequência.

particular de intelectual. A indústria produziu *um novo tipo de intelectual* : o quadro técnico, o especialista da ciência aplicada. Na sociedade onde as forças econômicas se desenvolveram em um sentido capitalista a ponto de absorver a maior parte da atividade nacional, prevaleceu o segundo tipo de intelectual, com todas as suas características de ordem e disciplina intelectual” (*La Costruzione del Partito Comunista*, op.cit., p. 151, apud GLUCKSMANN, 1980, p.44).

O que sustentamos é que o capitalismo japonês, desenvolvido sob um “invólucro burocrático-feudal” -segundo o próprio GRAMSCI, contou com o concurso fundamental não apenas de um tipo de intelectual (o quadro técnico) que substitui e prevalece em relação ao outro (o tradicional), mas de um intelectual de tipo tradicional e rural que, ante as exigências estabelecidas por um dado projeto de classe, metamorfoseia-se, para assumir as funções do intelectual urbano e orgânico da classe burguesa japonesa, sem, no entanto, se desvestir, ao menos completamente, de valores, de atitudes, de um quadro mental remanescente da institucionalidade anterior.

III.3.A - O Saburau

O nome Samurai deriva do verbo “*saburau*”, originalmente servir, seguir o senhor, acompanhar o senhor para servi-lo” (YAMASHIRO, 1982, p. 29)⁵. A origem histórica dos samurais é bastante remota, no entanto o registro de seu aparecimento se dá ainda no século XII, quando os

samurais ocupam importantes posições de poder político no Japão por ocasião da instauração do shogunato no país, forma de governo que perdurará por cerca de 7 séculos, até quando em 1868 ocorre a Revolução Meiji, que restaura o poder imperial, e abre caminho para o capitalismo no Japão ainda feudal.

Os samurais compõem, ao longo deste período, uma espécie de aristocracia militar diretamente vinculada ao poder central e com um amplo espectro de prerrogativas civis, econômicas, judiciárias, etc., numa relação com os subordinados (lavradores controlados por um samurai) do tipo senhor-dependente ou soberano-subordinado, segundo a qual, o conjunto das prerrogativas do samurai estende-se desde tributar o campesinato pertencente à sua jurisdição até o direito exclusivo desta classe ao *kirisute gomen*, ou seja, direito de passar à espada um subordinado pela razão que o próprio samurai julgasse compatível em relação à atitude de não conformidade do camponês.

O caráter guerreiro do samurai é forjado em meio a seculares disputas militares por propriedades de tipo feudal que revolviam violentamente aquele país, pelo menos até o início do século XVII, início do shogunato Tokugawa, quando, então, se inicia uma época de certa paz duradoura, com a unificação do país. Não existe, segundo YAMASHIRO (1982), um código ético escrito relativamente aos valores partilhados por esta aristocracia militar. No entanto, existe uma espécie de código consuetudinário, que se estende ao longo de séculos, cujos efeitos podem

⁵ YAMASHIRO é autor de um texto bastante denso sobre a história dos samurais, desde o seu

ser sentidos até os dias atuais (veremos adiante). Sabe-se que sua moral é fortemente influenciada pelo Shintoísmo, religião autóctone, própria do Japão, como também pelo Budismo e pelo Confucionismo.

O Shintoísmo desenvolveu-se entre os camponeses há cerca de 18 séculos. No Japão de então, além da divinização de elementos da natureza (vento, sol, etc.), acreditava-se que almas tinham a capacidade de incorporar-se a seres não humanos, daí a deificação dos cereais, notadamente o arroz, principal cultura. (SHIROMA, 1993, p. 179). “Honestidade e pureza são seus ensinamentos fundamentais (...) Nos séculos II e III, acreditava-se que governo e religião eram a mesma coisa e as leis eram as vontades dos deuses que o imperador tinha por missão revelar ao povo (id., p179).

Já o Budismo foi introduzido no Japão em 452 DC, originário da Índia, tendo sido alçado à condição de religião oficial de Estado em 538. “O Budismo chegou ao Japão numa onda de cultura vinda do continente, servindo a interesses dos governantes, que estavam tentando estabelecer um governo centralizado baseado no sistema chinês (...) para obter êxito na implantação dos princípios chineses também era preciso importar princípios filosóficos e culturais que o embasavam. (...) No séc. VII, o príncipe Shotoku, primeiro apóstolo do budismo laico, assumiu a regência (...) escreveu a famosa ‘Constituição dos 17 artigos’, que moldou a nação japonesa com forte estética confuciana que a caracteriza até os dias de hoje” (SHIROMA, p.180).

Este conjunto de tradições religiosas possui uma identidade fundamental que é o apego e a valorização da harmonia, de uma certa veneração à tradição e de reverência às gerações precedentes, havendo entre estes valores uma relação de complementaridade. Em outras palavras, o traço comum à religiosidade do nipônico é a conservação e a valorização do passado.

Muito embora não exista de forma codificada uma série de preceitos éticos a serem seguidos pela moral samuraica, há um conjunto de valores transmitidos pela tradição denominado *bushidô*, ou o caminho ético do samurai, que funciona como um código de honra, cujos princípios centrais são, segundo YAMASHIRO:

- a) considerar cada dia como o último da vida e consagrá-lo ao amo;
 - b) a dedicação total ao amo evita qualquer possibilidade de erro;
 - c) a busca de uma morte condigna, como valor supremo a ser alcançado: em caso de dúvida na opção entre viver ou morrer, morrer;
 - d) se morrer por erro de cálculo, sua morte será inútil ou insensata: no entanto, continuará *digno*⁶, sua morte será digna de um samurai;
 - e) estar sempre preparado para romper a frente inimiga sozinho, em qualquer circunstância;
 - f) vencer quer dizer vitória sobre si mesmo; e,
 - g) pensar incessantemente no bem do seu amo
- (p.256 e segs.)

O elemento nuclear desta concepção de cultura parece mesmo ser a inteira submissão ao superior, ainda que isto signifique a abdicação da própria vida. Vários são os relatos de suicídios , *haraquiri*, feitos por samurais em função do simples fato de ter ocorrido a morte de seu amo ou superior. Um caso exemplar ocorre em 1912. O general Nogi, figura proeminente do governo, comete o *haraquiri* em virtude da morte do Meiji Tenno, imperador japonês desde 1868. Diante disto, sua esposa também se suicida com uma punhalada; são dois modelos de dedicação total ao imperador que até hoje são exemplo para aulas de moral e civismo no Japão (id. p. 235).

Este culto incondicional ao superior em geral, e ao imperador em particular, compõe um traço da cultura samuraica, reforçado e atualizado por tradições religiosas de caráter oficial, constituindo-se num fenômeno político com evidente atualidade histórica, aí residindo um nexo central da formação da cultura popular⁷. Esta tradição, que envolve numa medida importante a vida do país, acaba se transformando em um componente significativo para o estabelecimento do monopólio da direção cultural e, por extensão, da hegemonia, “determinando negativamente no imaginário da classes subalternas a tomada de consciência de sua condição e das possibilidades de colocar-se no centro da história” (DIAS, 1996, p. 53).

⁶ Esta expressão é de extraordinária frequência na descrição da conduta do samurai, e parece concentrar toda a essência de sua moralidade.

⁷ Nas manifestações artísticas japonesas é muito frequente a figura do samurai, quer seja nas artes plásticas, na literatura ou no teatro, onde são recorrentes as narrativas de seus feitos heróicos, sua dedicação ao soberano e, não raro, seu suicídio.

Não é por outra razão que GRAMSCI, ainda no início dos anos trinta, chamava atenção para a curiosa formação religiosa do povo japonês, daí derivando um conjunto de conseqüências para a organização da cultura deste povo. GRAMSCI considera notável o fato de uma religião de tipo “naturista”, ou de divinização de elementos da natureza, continue tendo vigência em um país moderno, uma vez que os deuses sol, céu, água, etc., elementos centrais da religiosidade na Grécia Antiga, no Egito, na Babilônia, há séculos foram substituídos, dando passagem a formas religiosas mais elaboradas, em geral de caráter monoteísta. Duas razões contribuíram, certamente, para esta continuidade: o relativo isolamento do Japão durante vários séculos e a quase ausência do cristianismo, que mesmo tendo sido introduzido no Japão em 1549 pelos jesuítas, teve uma vida muito curta devido à brutal repressão que sofreu no país no início do século XVII. Neste período houve uma violenta perseguição aos seus seguidores, o que determinou a morte de aproximadamente 280.000 cristãos, em pouco menos de 20 anos, entre 1614 e 1635 (YAMASHIRO, 1991, p.186). Mesmo tendo havido uma nova tentativa de ressurgimento através de missões protestantes e católicas no século XIX, a tradição religiosa de origem cristã “... não teve grande importância no conjunto” (GRAMSCI, 1991, p.111).

Assim, a tradição samuraica vai sendo forjada a partir de uma religiosidade original, tendo o soberano como centro, o que leva GRAMSCI ao núcleo da questão que envolve a construção da cultura no Japão:

“A convicção de que a autoridade e a soberania não estão colocadas na pessoas do imperador, mas no povo, conduz a uma verdadeira reforma intelectual e moral,

correspondente ao que ocorreu na Europa graças ao Iluminismo e à filosofia clássica alemã, conduzindo o povo japonês ao nível de sua moderna estrutura econômica e subtraindo-o à influência política e religiosa dos barões e da burocracia feudal” (1991, p.114).

Esta relação que estamos estabelecendo entre a cultura samuraica e a religiosidade, leva em conta o fato de que a história dos partidos, ou das correntes políticas, não pode ser compreendida isoladamente em relação à grupos e tradições religiosas (GRAMSCI, 1977, p. 1666), ou, em outras palavras;

“No desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico: aliás, deve-se dizer que não existe desenvolvimento no campo econômico sem esses outros desenvolvimentos paralelos”.(GRAMSCI, 1991, p.48).

Como mencionamos acima, a tradição dos samurais mantém-se preservada com o nascimento do capitalismo japonês (fim do século XIX), muito embora assuma formas compatíveis com a construção de uma sociedade industrial moderna. A tradição é preservada e os samurais passam, de um lado, a exercer funções importantes no aparelho burocrático estatal⁸, liderando as grandes transformações em curso, de outro, vão também sendo incorporados à produção de mercadorias sob o capitalismo nascente, em geral na forma de dirigente industrial para aquele estrato que

⁸ “À luz desse novo conceito de intelectual como ‘organizador’ os funcionários do aparelho de estado são, da mesma maneira que as camadas intelectuais em sentido estrito, ‘intelectuais’ que exercem funções subalternas a fim de garantir a hegemonia social e política da burguesia” (GLUCKSMANN, 1980, p.54)

conseguiu entesourar maiores fortunas no período precedente, ou então na forma de detentores de cargo superior no interior das indústrias. O argumento que sustentamos é o de que a tradição samuraica significou um aporte cultural poderoso na construção do capitalismo japonês, constituindo-se na raiz de um processo produtivo que elevou em níveis inéditos a extração de mais valia, via um desenvolvimento acelerado e sem igual das forças produtivas, sustentado por uma direção política e cultural que soube combinar habilmente força e persuasão em medidas suficientemente equilibradas para tornar predominante a ideologia burguesa no imaginário das classes subalternas e, com isso, consolidar sua hegemonia. O assim chamado modelo japonês constrói-se a partir de duas vertentes fundamentais e complementares: uma política, outra técnica. Politicamente, a estratégia adotada pela classe dominante japonesa, a partir dos anos 50, num quadro de luta radicalizada, conseguiu derrotar a forma como se estruturava organizativa e ideologicamente a classe operária japonesa, conforme argumentaremos na sessão seguinte.

O “modelo” foi construído sobre uma repressão política sem comparação com os países desenvolvidos, a partir de confrontos agudos de classes que se instalam no país no imediato pós-guerra, o que produziu um recuo geral de importantes setores da classe operária japonesa ao campo econômico-corporativo, com a virtual destruição do sindicalismo classista, via afastamento (demissão, prisão, assassinato, etc.) das direções operárias, o que possibilitou, a partir do pós-guerra japonês, um ciclo de acumulação em escala inédita.

III. 3 - A derrota operária nos anos 50.

A grande parte das análises sobre o toyotismo equivocadamente parece supor a pré-existência de uma classe operária cooperativa com os interesses das empresas, o que lhes conferiria uma vantagem comparativa fundamental em termos competitivos, dado que somente naquele país os trabalhadores possuiriam tais características cultural e historicamente determinadas. Muito da literatura sobre a transferibilidade do toyotismo gira em torno deste tema, a partir do qual as conclusões são sempre mais ou menos as mesmas: a existência de uma classe immanentemente dócil e cooperativa, numa análise de tipo reducionista que não tem correspondência com os fatos.

Nosso argumento é o de que tal comportamento, de fato original, de importante parcela do operariado japonês, além da influência dos nada irrelevantes aspectos históricos e culturais próprios discutidos acima, é também, e principalmente, resultado de um paciente esforço de passivização empreendido pelas classes dominantes daquele país iniciado no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Uma modalidade de revolução passiva, competentemente levada a cabo, que infligiu uma grande derrota ao movimento operário japonês, cujas ações políticas neste período nem longinquamente poderiam ser classificadas como conciliadoras ou cooperativas. Muito ao contrário, o quadro de miséria e desemprego pelo qual passava o país foi palco de um ascenso importante das lutas operárias, numa retomada dos movimentos populares interrompidos com a guerra os

quais, se medirmos pelo grau de repressão por parte do aparelho policial do estado na década de 30/40, situava-se entre os mais importantes do globo.⁹

“Até 1950, os trabalhadores da indústria automobilística estão longe de ser os operários submissos e cooperativos que se apresentam atualmente. Quando um ataque patronal era lançado, se mobilizavam e lutavam ferozmente como em todos os lugares. Há alguns de tendência à colaboração, porém nem mais nem menos que na Europa ou Estados Unidos na mesma época” (GOUNET, apud LIMA, 1996, p. 131).

A estratégia de passivização do operariado japonês não podia prescindir de uma nova composição técnica e política da força de trabalho, que pudessem garantir novas bases psicológicas, intelectuais e materiais para a dominação, em uma modalidade superior de cooperação operária, original e mais sofisticada comparativamente ao fordismo-americanismo. Da mesma forma que na implementação deste último foi necessário que a classe dominante japonesa, com o auxílio inestimável das forças de ocupação americana, eliminasse, tanto quanto possível, todo o resquício de resistência operária; de um lado atacando suas organizações combativas e, de outro, perseguindo com demissões, expurgos e até assassinatos¹⁰ as direções operárias.

⁹ GOUNET relata a ocorrência de 46.000 prisões por motivações políticas em apenas dois anos -32 a 33-. Segundo o autor: “Depois este número diminui, pois os principais dirigentes já estão sob as grades: 9.000 entre 1934 e 1936, 4.000 entre 37 e 42 e 500 entre 43 e 45. Ao total praticamente 60.000 pessoas” (grifo nosso, 1989, p.136)

¹⁰ Para ficar em um exemplo: LIMA (1996) relata um caso de assassinato de um líder sindical desta época nestes termos: “Como manobras obscuras do patronato tem-se a morte misteriosa do presidente dos ferroviários e dois sucessivos descarrilamentos, por ocasião da greve contra a demissão dos 100 mil”(p.145)

O ascenso das lutas operárias pode ser demonstrado pelas muitas iniciativas, várias delas organizadas pelo PC japonês, de articulação nacional de comitês de fábrica, destinados à retomada da produção sob o controle operário, iniciativas avançadas da classe em seus ensaios de uma alternativa histórica própria.

“Os comitês de fábrica pululavam, espontaneamente, em cada fábrica, em cada unidade produtiva, levando a produção de unidades de nível regional e depois nacional, até a criação da Confederação dos Sindicatos da Indústria - o *Sambetsu* -, ligado ao PC e que, no final de 1946, registrou um número de 1.600.000 filiados. A organização dos comitês de fábrica formou a base organizativa que permitiu 1) o controle dos trabalhadores sobre a produção, 2) a ampliação rápida do controle popular, fora da fábrica, sobre o sistema de racionamento da alimentação, 3) manifestações contra a fome e pelo julgamento dos criminosos de guerra” (LIMA, 1996, p. 140).

Notadamente nos setores têxtil e de construção naval, conforme relata SATOSHI (1985), constam, mesmo em períodos mais recentes (décadas de 60/70), inúmeros exemplos de *jishi-kanri*, ou gestão autônoma da produção, em várias fábricas e estaleiros onde as disputas radicalizadas com os patrões criavam o “espírito de solidariedade ativa” entre os operários levando-os a assumir o controle da produção. Era freqüente, neste período, ocorrerem tais conflitos por ocasião dos “planos de racionalização”, cujos mecanismos invariáveis eram as demissões em massa o que, não raro, levava a agudos enfrentamentos entre o operariado e o patronato. Lutas com evidentes conteúdos classistas eram então levadas contra as falências fraudulentas, contra demissões em massa, cujos objetivos,

muitas vezes, eram apenas destruir um setor sindical autenticamente operário, objetivos aos quais nunca faltaram a união dos capitalistas do mesmo ramo, além de, obviamente, o auxílio imprescindível do Estado através de seu interlocutor preferencial junto à classe operária nestes momentos, a polícia.

As organizações sindicais classistas desde o pós-guerra possuíam uma pauta na organização do operariado japonês que incluía, entre outros: a luta contra a militarização, contra as demissões, pela reforma agrária e contra as “racionalizações” na indústrias, propondo e implementado a ocupação de fábricas e o reinício das operações sob o controle operário, por amplas liberdades democráticas, etc.

Houve, entretanto, um momento de grande enfrentamento entre a classe dominante que emergia do pós-guerra com a tarefa de reorganizar a economia do país e o operariado vinculado à indústria automobilística, articulados numa central de trabalhadores do setor automotivo que incluíam a Nissan, a Toyota e a Isuzu, representando 45.000 trabalhadores. A questão que centralizava as ações operárias eram as exigências do Plano Dodge.¹¹

A partir deste plano as metas eram “...uma diminuição de 10% dos salários, a dispensa de 1826 trabalhadores na Nissan, 1700 na Toyota e 1720 na Isuzu [...] as demissões atingiram um percentual aproximado de 30% da força de trabalho (...) nas fábricas em questão.(...) Por outro lado

¹¹ Plano de reorganização econômica que incluía “...uma política deflacionista, baseada sobre o estímulo à exportação, a inibição das despesas internas e a supressão dos empréstimos à indústria” (GOUNET, id, p.149)

todo o pretexto era utilizado como justificativa para demitir e limpar a empresa de comunistas, democratas e seus simpatizantes. (LIMA, id. p. 149)

Essa grande ofensiva do capital não ficou sem reação nestas fábricas: os trabalhadores da Toyota realizaram uma greve que duraria 60 dias (1950) e os da Nissan iniciaram, outra que duraria 40 dias. A direção da empresa, no entanto, foi inflexível, tendo recebido para derrotar a greve dos trabalhadores da Toyota “...um empréstimo do Industrial Bank of Japan (e de dois outros bancos) de 80 milhões de yens para resistir à pressão dos trabalhadores” (id. p.149)

Aí parece situar-se um ponto decisivo de ruptura com o padrão anterior de tratamento com o movimento operário. A partir de então, uma cadeia de organizações patronais passa a se organizar com o objetivo de financiar/auxiliar/combater o movimento operário organizado, em geral de uma forma obscura¹², mas nem por isso menos eficiente. É somente neste contexto que o Japão assiste ao nascimento do sindicato-empresa organizado a partir da iniciativa patronal, que iria reger a a conflitualidade das relações trabalho/capital no país. É a partir desta derrota operária que ganha corpo no Japão uma organização sindical de tipo fascistóide :

“... o sindicato da Toyota possui algumas características da união fascista, notadamente, a de ser, igualmente acessível aos operários e aos empregadores. A ideologia que o anima é uma curiosa mistura entre uma

¹² SATOSHI (1985) faz alguns relatos de como, subterrânea e competentemente, o patronato articulava-se para massacrar as iniciativas operárias de controle da produção em empresas fraudulentamente levadas à falência. De um momento para o outro, as encomendas desapareciam, os fornecimentos eram negados, empréstimos prometidos suspensos, etc.

estratégia de oposição e de uma política de cooperação com a direção. “(GOUNET, id. 147).

As iniciativas de passivização adotadas pela classe dominantes japonesa culminaram na criação de um novo trabalhador através da repressão e da cooptação, mas também utilizando-se de uma espécie de moralidade ou ética específicos, conforme argumentamos acima, cuja origem remontam ao “fundo dos tempos” (BARRINGTON MOORE (1967).

As razões que nos levam a sugerir a influência de uma ética samuraica prendem-se à necessidade de, além da destruição das organizações operárias de combate, haver um conjunto de preceitos morais que historicamente concorreram para a concretização de uma determinada ordem social. Estes preceitos morais têm por pedra angular uma relação efetiva de mando e subordinação. O que está em jogo, portanto, é a relevância da interveniência desta cultura na construção e consolidação deste “consenso de novo tipo”: sob uma sociedade de tipo feudal, para então ser substituída por um quadro institucional novo, o capitalismo. A nova ordem burguesa que se consolida no Japão no pós II Guerra, teve como pano de fundo o concurso de uma espécie de ética que transcendia ao próprio modelo, profundamente arraigada no imaginário das massas instrumentais, nas palavras de GRAMSCI. O marxista italiano parece ir nesta direção ao sugerir que no Japão “se desenvolve uma civilização industrial no interior de um invólucro feudal” (1977, p.482).

A âncora da ética samuraica é a figura do imperador que, com o indispensável auxílio da religião¹³, é o determinante secular e inquestionável sobre o que seja bom, ruim, ou o que seja justo, ou injusto; em outras palavras, uma relação de mando/subordinação que secularmente se assentou na exigência de fidelidade, de obediência, de amizade, etc. O curioso é notar que este “invólucro feudal” não se desfaz inteiramente, mesmo levando em conta o fato de estarmos lidando com a economia considerada a mais moderna do mundo capitalista.

Mesmo não tendo tido a oportunidade de aprofundar seus estudos sobre o tema, GRAMSCI indica claramente as linhas mais promissoras para a compreensão do Japão, ainda no início na década de 30, ao revelar a transformação do culto ao imperador, em combinação com a religiosidade, em um dever cívico, ou em “coeficiente moral da unidade do Estado” (id. p.992).

“Os Estados Unidos e o Japão oferecem um terreno excepcional de exame para compreender a interdependência entre grupos religiosos e políticos(...)” (id. p. 1668).

A partir desta indicação deixada por GRAMSCI, talvez seja possível uma aproximação analítica entre o toyotismo e o fordismo, pelo menos do ponto de vista dos elementos de construção das culturas que sustentam os dois modelos.

¹³ “A história dos partidos e correntes políticas não pode ser compreendida separada da história dos grupos e tendências religiosas” (GRAMSCI, id, p. 1666)

Por extensão se poderia afirmar que, *mutatis mutandi*, a ética samuraica, com seus contornos religiosos, jogou no Japão o mesmo decisivo papel que o puritanismo desempenhou na edificação do americanismo/fordismo, entendendo-se estes dois últimos como faces de uma mesma moeda, ou, em outras palavras, como elementos complementares de um mesmo projeto hegemônico. Pelo menos algumas similaridades resultam evidentes:

a) em ambos os modelos subjaz uma aparente inexorabilidade da condição de subalternidade de uma classe em relação à outra. Parece ocorrer, também, um fenômeno de “naturalização” das diferenças de classe, ou seja, existe enraizada na consciência dos diversos agentes presentes no processo imediato de produção a convicção de uma espécie de desígnio natural, segundo o qual existem uns determinados naturalmente a mandar e outros, pela mesma razão, a obedecer¹⁴;

b) a vida e o trabalho devem ser consagrados a uma entidade/instituição exógena, seja Deus, a Pátria, o Imperador, etc.(As menções sobre o trinômio Deus/Pátria/Família são freqüentes na literatura sobre a construção do taylorismo e do fordismo).

c) as concepções ético/religiosas funcionam como *trasfondo* para uma modalidade de controle social que se exterioriza em relação ao processo imediato de produção de mercadorias; os controles sobre o

¹⁴ Aqui não há como não lembrar a menção taylorista do operário ideal, ou seja, aquele homem dotado de caracteres intelectuais tão primários que o aproximassem de um “gorila domesticado”, tema muito caro a GRAMSCI em sua análise sobre o fenômeno americanismo/fordismo.

comportamento operário avançam para além dos portões da fábricas, interferindo na quotidianidade da vida do operário, regulando sua família, seus hábitos, a forma como gasta seus dinheiros, indo inclusive ao controle das pulsões sexuais dos operários, como o demonstra GRAMSCI nos estudos sobre o americanismo/fordismo:

“Deve-se destacar o relevo com que os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus dependentes e pela acomodação de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também ele racionalizado.[...] Estes novos métodos exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), um reforçamento da ‘família’ em sentido amplo (...), a regulamentação e a estabilidade das relações sexuais”(1989, p.392 a 395).

d) os altos salários em ambos os “modelos”, ainda que não sejam suficientes para explicar o fenômeno em seu conjunto, atuam no sentido de selecionar e assegurar os melhores quadros técnicos, contanto que estes salários sejam parcimoniosamente utilizados:

“... é preciso que o trabalhador gaste ‘racionalmente’ a maior quantidade de dinheiro, para manter, renovar e, possivelmente, aumentar sua eficiência muscular nervosa e não para diminuí-la ou destruí-la” (GRAMSCI, 1989, p.398).

Desta forma, o toyotismo, muito além de um paradigma produtivo, ou um conjunto original de tecnologias científicas, constitui-se, da mesma forma que o fordismo, numa matriz de relações sociais mais amplas ou, na sugestão de DIAS, numa “ideologia constituidora do real” (1991, p.7), o que atualiza o princípio gramsciano, segundo o qual,

“A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 1989, p.382).

Daí sugerirmos que o samurai é um intelectual de origem rural que, com o advento da produção capitalista e com a destruição da institucionalidade anterior, opera uma mutação de seu papel na reprodução da sociedade. Não tendo perdido inteiramente seus caracteres rurais, metamorfoseia-se até tornar-se um intelectual orgânico da burguesia japonesa.

A este respeito, argumenta SIMIONATTO:

“O intelectual tradicional não está, portanto, preso ao passado: ele se articula ao presente porque é, ao mesmo tempo depositário de uma tradição cultural. Proveniente de épocas pretéritas, ele analisa o presente à luz de valores que foram desenvolvidos no passado. Não há dúvida que as classes dominantes, na medida em que têm força política (...) possuem uma imensa capacidade de atrair estes intelectuais. (...) O exercício da dominação burguesa exige, portanto, em larga medida, a capacidade de absorver os intelectuais oriundos dessas classes” (1995, p.54)

III.4 - Confinar a classe aos limites do corporativismo:

O papel decisivo jogado por este intelectual, mesclando valores militares¹⁵ e religiosos, acrescido da repressão política levada a cabo pelo aparelho de estado, em combinação com os organismos burgueses da sociedade civil japonesa, reuniram as condições para a concreção de um novo modelo de organização do trabalho, cujo pré-requisito foi o êxito obtido no confinamento da classe operária japonesa ao campo econômico-corporativo, com a consequente perda de suas potencialidades político-históricas.

A empresa padrão japonesa logrou, então, alcançar um patamar técnico superior a suas congêneres ocidentais, tornando-se mais eficiente em termos de: a) ganhos de produtividade (extração de mais valia relativa); b) ganhos em inovação tecnológica (mais valia-extra); c) intensificação e extensão da jornada de trabalho (mais valia absoluta), através da combinação de três elementos chaves que regem sua contratualidade com os trabalhadores que formam o *cœur* de suas unidades produtivas: a) o *shoogai koioo sheidoo*- sistema de emprego vitalício; b) o *nenkoo dyoretsu chinguin sheidoo*- sistema de salários por antiguidade; ec) o *kigyoo-betsu kumiai* - sindicato por empresa

¹⁵O caso da Toyota parece ser exemplar relativamente à militarização do trabalho industrial no Japão, e, indiretamente, à interveniência desta “ética samuraica” na organização industrial japonesa:

“Hoje existem 2.500 ex-militares organizando o ramo Toyota da fraternidade de ex-militares.(...) Mais de 470 ex-militares pertencem ao ranking de chefes de equipe ou de supervisores” (LIMA, 1996, p.120) Ou ainda: [...] Desde o início de sua contratação, nós não consideramos os homens que deram baixa das forças de auto-defesa mera força de trabalho. Nós esperamos que eles sejam uma força de liderança em nossa companhia. Tomando iniciativas e definindo exemplos para os trabalhadores jovens.(id. p.121)

III.4.A - Emprego por toda vida: o *shoogai koioo sheidoo*:

O emprego por toda a vida constitui-se numa das âncoras do modelo de relação trabalhista do toyotismo. Trata-se de um sistema segundo o qual jovens operários são recrutados junto às melhores escolas japonesas, quer sejam universidades ou escolas particulares para, num sistema de relações industriais caracterizado por CORIAT como "jogo de compromissos implícitos e explícitos", estabelecer um contrato de trabalho que tende a durar até a aposentadoria.

Importa ressaltar aqui duas noções: a primeira é de que trata-se de um núcleo de trabalhadores efetivamente beneficiados pelo sistema, cujas estimativas giram em torno de 25-30% do conjunto do operariado japonês; segundo que a expressão “emprego vitalício”, ou “por toda a vida”, são inexatos, já que nada impede que ocorram demissões em épocas de crise ou uma pressão para que o operário se aposente o mais cedo possível. Segundo LIMA:

“ (...) por emprego vitalício não se entenda que a empresa não pode demitir, que os trabalhadores estão garantidos até a velhice, ou que exista um contrato que possa ser reivindicado em juízo, no caso de dispensa coletiva. Os trabalhadores regulares estão sujeitos à dispensa de acordo com os interesses da empresa. Nas fases de racionalização, como a da década de 70, mais de um milhão de trabalhadores regulares foram demitidos.” (grifo nosso, 1996, p.93)

Em entrevista à HIRATA, SATOCHI descreve como atualmente a empresa dispensa o trabalhador sem demiti-lo:

“No processo de reestruturação, as empresas metalúrgicas (...) lançaram mão da demissão “voluntária” e da redução de idade para aposentadoria. Os trabalhadores considerados idosos -com mais de cinquenta anos para a Ishikawajima Harima (construção naval) e mais de 45 para a Nippon Tekko (siderurgia)-, os operários defasados do ponto de vista tecnológico, os casais que trabalhavam na mesma empresa, etc. foram incitados a sair: não mais emprego “vitalício”! (...) Esta forma de demissão, a pré-aposentadoria voluntária (*kibo taishoku*) consiste no pagamento aos voluntários de uma soma correspondente a uma aposentadoria + x. A empresa faz, por exemplo, uma lista de 50 pessoas. O chefe da seção realiza uma entrevista individual com cada um dos 50 que estão na lista negra e diz: é preciso que você vá ao centro de desenvolvimento, que na realidade não existe. (...) Ora, os trabalhadores têm vergonha de ser demitidos. Eles dizem a si mesmos: “a empresa não precisa mais de mim”. Na entrevista fica evidente que ele não é mais necessário à empresa. E ele prefere, então, tomar a iniciativa e sair. ‘Meu pai pediu demissão’, dirá seu filho. Ele será ferido em sua honra se ouvir: ‘Ele foi demitido’.” (1991, p. 151-2)¹⁶

Há, portanto, que se relativizar algumas análises menos cuidadosas que fazem o emprego vitalício parecer, primeiro, destinado ao conjunto dos

¹⁶ Uma estratégia comum de “estimular” a aposentadoria precoce é o isolamento do trabalhador. “Hiroshi Morita, dirigente de 40 anos da Sumitomo, por ter recusado a aposentadoria antecipada, foi obrigado a servir chá e ficar olhando para fora da janela” (in LIMA, 1996, p.163). Masayuki Sawada 28 anos, pediu demissão do emprego, após o que “enforcou-se com uma corda de borracha, concretizando a expressão ‘emprego vitalício’ (...) As formas de pressão (para a antecipação da aposentadoria) são muitas. Um funcionário contou que era tratado como invisível; nunca lhe avisavam das reuniões, e às 15h, quando as copeiras distribuíam chá, passavam por ele sem lhe dirigir a palavra. Outro foi forçado a reescrever o mesmo relatório quinzenal por meses a fio” (FSP, 6-4-97, p. 23)

trabalhadores e segundo, como garantia absoluta de emprego até a velhice, ou, como sugere HIRATA:

“Na realidade, emprego muito estável e a muito longo termo, mas que nunca foi “vitalício” na medida em que, após a aposentadoria aos 55 anos, esses assalariados masculinos, em caráter regular, das grandes empresas, trabalhavam ainda uma dezena de anos em outra empresa de menor prestígio e de menores salários” (1991, p. 149)

Nesta meia verdade reside, no entanto, uma das bases ideológicas do toyotismo. Primeiro, porque sugere a ruptura com o princípio da descartabilidade da força de trabalho. Em segundo plano, porque não tem faltado leituras ideológicas que levam a crer que haja no Japão uma contratualidade baseada na estabilidade, levando ao entendimento de que isto é generalizado no país e que, portanto, aí estaria o modelo a ser perseguido, na busca de uma nova base para a busca do “consenso”¹⁷ entre capital e trabalho.

Nada mais distante da verdade dos fatos, senão vejamos:

Primeiro a descartabilidade do operário na empresa japonesa continua garantida por uma extensa rede de contratos com estatuto diferenciado. O emprego por toda a vida é garantido, e ainda assim relativamente, a uma parcela dos empregados, muito criteriosamente selecionada onde o pré-requisito parece ser a desintegração do ego para dar lugar ao *ethos* da organização. Trata-se de um trabalhador sobre o qual

¹⁷ CORIAT, por exemplo é bastante claro ao admitir não somente a transferibilidade do modelo para a “Velha Europa” como também sua desejabilidade

foram invertidos maciços investimentos em formação no interior da fábrica, o famoso treinamento *on-the-job*, desde os seus primeiros meses de emprego até, praticamente, o final da carreira. Este núcleo estável é garantido pela precariedade contratual dos demais 70% entre o conjunto dos operários. Desta forma, as flutuações do mercado possibilitam a manutenção destes operários do *cœur* do sistema através de :

a) redução da subcontratação, passando a produzir internamente itens ou componentes fabricados externamente;

b) redução na média das admissões, ou seja, não renovação do quadro;

c) não contratação de *part-timers*, um tipo de contrato segundo o qual o operário (a) trabalha apenas algumas horas por semanas;

d) redução nas horas extras: é de muito difícil estimativa o número de horas efetivamente trabalhadas em média pelo operário padrão japonês, na medida em que uma parcela imponderável de horas é trabalhada sem remuneração, por iniciativa própria do trabalhador. Sabe-se que os japoneses são os trabalhadores com a maior carga de trabalho anual do mundo desenvolvido. Tendo em vista que as estatísticas consideram apenas as horas efetivamente pagas, e não a totalidade da jornada -com muita frequência maior que a efetivamente remunerada- é preciso relativizar estes dados, já que trata-se de estatística imprecisa.

Horas Trabalhadas

País	Horas Por Ano
Japão	2.098
Estados Unidos	1.841
Alemanha	1.623
França	1.685
Suécia	1.557

Fonte: TATSUHITO, 1987, p. 6.

e) subutilização da mão de obra disponível, garantindo-a para um novo ciclo econômico ascendente;

f) transferência de operários: é bastante difundida esta prática no Japão, onde é comum um operário do núcleo ser emprestado a outra empresa do grupo, ou até mesmo a uma empresa não pertencente ao conglomerado; parece haver um claro entrosamento a este respeito entre os grupos empresariais, no sentido de que a este tipo de trabalhador deve ser estendida a estabilidade até onde for possível. É prática, nestes casos, a não diminuição do salário, ficando uma eventual diferença a cargo da empresa que cedeu o operário. Não raro, estas transferências se dão para outras cidades ou regiões do país e mesmo para outros países, tendo então o operário que se deslocar sem a família para outra localidade por um tempo indeterminado ¹⁸.

¹⁸ “Por vezes, estas transferências podem ter uma longa duração, como ocorre nos deslocamentos para o exterior. No caso de uma multinacional japonesa do ramo têxtil, a filial brasileira contava com 8 expatriados japoneses que permaneceriam no Brasil durante 4 anos sem suas famílias. A empresa lhes paga neste período uma única viagem para permitir-lhes rever seus filhos e esposas. Tentando recompensar, a gerência se preocupa em agradecer e reconhecer publicamente os esforços familiares pelo sacrifício que o excesso de serviço acarreta à vida privada do funcionário. Nas cerimônias de entrega de prêmios do CCQ, o presidente discursa reconhecendo o papel da esposa e filhos no sucesso da empresa. Agradece a compreensão das mulheres quando os maridos voltam tarde, levam trabalho para casa ou saem para viagens de negócios” (HIRATA, in Shiroma, 1995, P.74)

Mesmo esta estabilidade localizada, parcial e restrita a um relativamente pequeno número de ramos e empresas, base ideológica do consenso japonês, está demonstrando evidentes sinais de erosão, o que veremos mais a frente.

III.4.B - Sistema salarial: o *nenkoo dyoretsu chinguin sheidoo*

Para este seleto número de trabalhadores vem sendo garantido um sistema salarial progressivo, quase independente da função específica ocupada por determinado operário na produção. Este sistema de meritocracia, conhecido por *Nen-ko*, funciona como a contrapartida econômica pela lealdade e disciplina, ou, é a compensação pela subsunção do operário à intensificação do trabalho e aos objetivos da empresa¹⁹. Seu efeito direto é aumentar o grau de dependência do trabalhador uma vez que, não se submetendo, sua única alternativa é deixar a empresa por outra, onde recomeçará, seja qual for sua especialização, praticamente da estaca zero, quer do ponto de vista salarial quer do ponto de vista de ocupação de postos de chefia. Esta remuneração é fixada a partir de um conjunto complexo de regras que incluem uma remuneração pelo desempenho do grupo e, pelo desempenho individual, mas, também, e principalmente, pelo desempenho da economia como um conjunto, já que em períodos recessivos pode ocorrer uma queda real nos ganhos anuais, independentemente da performance da empresa em particular.

¹⁹ICHIO sustenta que a a elevação do salário e a posição funcional se “... caracterizam por esquemas complexos e misteriosos que mesclam a classificação, a promoção e a avaliação de atitudes em relação ao trabalho” (grifo nosso, apud LIMA, id., p. 48)

“No ohnismo, os trabalhadores não tem participação direta nos ganhos de produtividade da empresa. Eles se beneficiam do crescimento global da economia, considerando que esse crescimento se reflete nos percentuais de reajuste da parte variável do salário por ocasião das “ofensivas de primavera” (LIMA, id. p. 48)

Mesmo este mecanismo de ganhos progressivos não colocam o operário japonês entre os que vivem mais confortavelmente na parte industrialmente desenvolvida do mundo:

“Mesmo tendo os salários (calculados em dólares) mais elevados do mundo no setor automobilístico, os trabalhadores não conseguem comprar uma casa decente sem empréstimo. São as empresas que, depois de um certo período de serviço (entre 10 e 15 anos), oferecem empréstimos com juros abaixo do mercado, o que também deixa o trabalhador atrelado à empresa” (WATANABE, in ANTUNES, 1995, p.38).

As estatísticas oficiais japonesas parecem confirmar a superioridade do volume de salário nominal do operário japonês da indústria manufatureira em relação aos principais países da OCDE, como demonstra o quadro abaixo:

Salário/hora na industria de manufatura (1991)	
País	US\$/Hora
Japão	15,77
Alemanha	12,84
EUA	11,18
Reino Unido	9,91
França	7,14

Fonte: Bulletin of Labour Statistics, Ministry of Labour, Japan, Monthly Labour Survey, 1992.

A tabela mostra que o salário hora médio do operário japonês é superior aos dois subseqüentes, distanciando-se bastante dos seguintes.

A respeito dos salários, não há como não recorrer à relação que GRAMSCI faz, no seu estudo sobre o americanismo/fordismo, entre altos salários e a “... necessidade objetiva da indústria moderna altamente desenvolvida”. O paralelismo que se pode fazer entre a análise gramsciana do fordismo com o toyotismo é evidente:

“Na realidade, a indústria americana que paga altos salários desfruta ainda do monopólio que lhe foi proporcionado pela primazia na implantação dos novos métodos; aos lucros de monopólios correspondem salários de monopólio. (...) Além do mais, sabe-se que os altos salários estão ligados a uma aristocracia operária e não são pagos a todos os trabalhadores norte-americanos” (grifamos, 1989, p. 405).

A tabela comparativa das próximas páginas sublinha, primeiramente, a atualidade da análise gramsciana sobre o americanismo/fordismo, conduzindo a uma adequada compreensão do toyotismo não como um fenômeno cuja razão fundamental está assentada sobre a dimensão tecnológica, mas sim como o resultado de um lento processo de coação combinada com persuasão. Isto, em grande medida, repete o fordismo, e tem como resultado uma força de trabalho adequada às exigências de um modo de produção e de trabalho originais que, além da exigência de “um dispêndio particular de energias musculares e nervosas” (id., p. 407), pressupõe o confinamento dos limites do mundo e da história de toda uma classe.

Na questão dos altos salários, como ponto central de um processo de passivização, os elementos teóricos desenvolvidos pelo marxista italiano ao examinar o fordismo, adaptam-se com precisão ao exame do toyotismo, o que (ao menos do ponto de vista de ações políticas que visem à hegemonia), o torna muito pouco original:

“Jamais foi simples criar uma corporação de fábrica orgânica e bem articulada, ou um grupo de trabalhadores especializados. Uma vez criadas a corporação ou o grupo, os seus componentes, ou parte deles, acabam muitas vezes não só recebendo os benefícios de um salário de monopólio, como não são demitidos no caso de uma redução da produção; seria antieconômico perder os elementos de um todo orgânico trabalhosamente constituído, dada a quase impossibilidade de recrutá-los novamente juntos, ao mesmo tempo em que a reorganização do grupo ou da corporação com elementos novos custaria tentativas e gastos não indiferentes. Este fato representa um limite à concorrência determinada pelo exército de reserva e pelo desemprego, limite que sempre foi a origem da formação de aristocracias privilegiadas” (id.p.407).

É desta forma que GRAMSCI, com cerca de 3 décadas de antecedência, explicita “o ponto de honra” da contratualidade sob o toyotismo, o “emprego vitalício”, que nada mais significa do que necessidade objetiva em termos de força de trabalho, demandada pelos métodos produtivos do novo industrialismo.

“ (...) cada empresa, numa medida mais ou menos ampla, é ‘única’, o que determina a formação de uma corporação com as qualidades próprias ao trabalho numa determinada empresa: são pequenos segredos de fabricação e

de trabalho, ‘truques’ que em si parecem secundários, mas que, repetidos uma infinidade de vezes, podem adquirir uma grande importância econômica” (grifamos, id.,p.407).

Relativamente à questão dos altos salários, as informações obtidas para este trabalho são unânimes em afirmar que o custo de vida no Japão é o mais elevado do mundo, como sugere a pesquisa do organismo Corporate Resource Group de Genebra na Suíça, que compara 200 bens e serviços entre dez mais caras cidades do mundo²⁰, entre as quais duas japonesas:

CIDADES MAIS CARAS DO MUNDO

		índice 1997 Nova York = 100	% de câmbio(*) desde 1996
1	Tóquio	169,6	-14,9
2	Hong Kong	153,2	1,6
3	Moscou	153,0	4,9
4	Osaka	147,9	-15,3
5	Pequin	140,9	-13,1
6	Shangai	136,3	-10,4
7	Seul	133,0	-8,3
8	Singapura	126,5	-1,0
9	Guangzhu	120,0	-4,0
10	San Petersburgo	117,8	5,4

Fonte: Diário Catarinense - F.polis,SC, 6-08-97

(*) Variação cambial relativa ao período 96/97

Estes dados se reforçam, a julgar pela tabela abaixo, resultante de uma adaptação (transformação do yen em dólares para certos produtos) que fizemos de estatísticas oficiais da Economic Planing Agency, órgão do governo daquele país, tabela que o coloca igualmente entre as economias de maior custo de vida do mundo.

²⁰ O estudo deste organismo abrange 145 metrópoles do mundo todo, com base nos preços de 200 produtos e serviços que incluem moradia, alimento, álcool, roupas, transporte e lazer; é divulgado anualmente e serve como referência para a determinação dos salários de governos e companhias multinacionais.

Custo de Vida em três grandes cidades

(Dados de novembro, 1992), (US\$)

.....	Toquio	Nova York	Londres
Pão (1kg)	3,26	3,45	1,31
Carne (100g)	3,17	0,87	1,13
Leite (1l)	1,65	0,95	0,89
Açúcar (1kg)	2,16	1,23	1,10
Ovos (1kg)	2,32	1,95	2,96
Cebola (1Kg)	1,37	1,42	0,96
Sapatos (a)	92,14	97,15	68,80
Gasolina (1l)	1,01	0,43	0,86
Lavagem a seco (b)	8,30	7,75	11,98
Elettricidade (c)	46,80	39,87	40,33
Gás (d)	53,41	27,45	22,03

a) par de sapatos masculino; b) duas peças masculinas;

c) 250kw/mês; d) 550.000Kcal/mês

Source: Economic Plain Agency, Japan

Fonte: Japan, an Internacional Comparison, 1994

Apenas para efeito de ilustração do que estamos argumentando, a tabela seguinte representa²¹ uma comparação entre as taxas de salário e do custo de vida; para esta demonstração apenas supusemos que uma pessoa consuma mensalmente: 3 Kg de pão, 3 Kg de carne, 10 l de leite, 2 Kg de açúcar, 100 litros mensais de gasolina, além dos consumos médios mensais de eletricidade e gás, indicados na tabela anterior, portanto, sem o rigor de calcular o efetivo gasto de sobrevivência mensal de uma pessoa, mas somente para ter um termo de comparação entre os três países, considerando estes gastos e o número de horas de trabalho necessárias para adquiri-los.

²¹ Do ponto de vista ideal, dever-se-ia elaborar um cálculo que representasse o custo de produção e reprodução da força de trabalho, mas, dado sua complexidade e a extensão dos dados que tal tarefa envolveria, não foi possível realizar nos limites deste trabalho

Custo Mensal de alguns itens de consumo (em US\$)

	Japão	EUA	Reino Unido
Pão (3 Kg)	9,78	10,35	3,93
Carne (3 Kg)	95,10	26,10	33,90
Leite (10 l)	16,50	9,50	8,90
Açúcar (2 Kg)	4,32	2,46	2,20
Gasolina (100 l.)	101,00	43,00	86,00
E.Elétrica (250 Kw)	46,80	39,87	40,33
Gas (550mil Kcal)	53,41	27,45	22,03
Total Mensal	326,91	158,73	197,29
Salário Hora	15,77	11,18	9,91
Horas necessárias	20,72	14,19	16,76

Fonte: Japan, an Internacional Comparison, 1994.

A tabela acima está, por certo, longe de critérios científicos como necessidades calóricas, hábitos de consumo²², etc. Serve apenas para uma demonstração de que nominalmente os salários japoneses podem ser os mais elevados do mundo industrializado, argumento freqüentemente esgrimido por muitos apologistas deste modelo. No entanto, caso assumamos os indicadores da tabela acima como razoáveis, notaremos que o operário japonês mesmo ganhando por hora de trabalho 41% a mais que o americano e 59% a mais que o inglês precisa trabalhar 46 % a mais que o americano e quase 5 % a mais que o inglês para financiar estes mesmos itens de consumo.

Mesmo alguns indicadores sociais, como moradia (quantidade e qualidade) ou saneamento básico colocam o Japão ao lado de países subdesenvolvidos ou, como escreve KURZ, ao se referir às parcelas crescentes dos excluídos da produção da riqueza abstrata:

²²A idéia original era incluir outros itens de consumo, como metrô, ingresso para um espetáculo, etc. No entanto a natureza destes serviços é bastante heterogênea entre os países da tabela. Em relação ao metrô, por exemplo, há um sistema de transporte integrado inter-modal que torna a comparação imprecisa, dado que um bilhete pode custar de 80 yens, até seis ou sete vezes mais, considerando o percurso e as modalidades de transporte coletivo utilizadas.

“A esse respeito, o Japão distingue-se em todo caso das condições ocidentais, porque nunca chegou a superar efetivamente em suas estruturas internas as condições do Terceiro Mundo. A pobreza dos idosos é em parte de uma brutalidade desconhecida na Europa, os salários e o nível de vida das massas trabalhadoras ocupadas nas empresas fornecedoras das grandes multinacionais são muitas vezes indignos de seres humanos, e a infra-estrutura se encontra no nível europeu dos anos 50; apartamentos sem banheiro e com latrina no pátio constituem antes a regra do que a exceção (...) (1992, p. 148).

A tabela abaixo, que compara salários de acordo com o tamanho da empresa, corrobora a interpretação de KURZ relativamente aos empregados das firmas terceirizadas que fazem o fornecimento de componentes para as grandes empresas procederem a montagem final:

Diferenças Salariais entre as Empresas de Fabricação de Automóveis e de Auto-peças (índice 100 para as empresas de 1.000 empregados e mais)				
Ano	1974	1975	1976	1977
Empregados				
1 - 3	43,3	39,9	18,5	19,7
4 - 9	43,3	39,9	45,6	46,5
10 - 19	64,2	60,6	57,8	59,0
20 - 29	68,8	66,2	60,3	60,9
30 - 49	70,2	65,7	63,9	63,3
50 - 99	71,8	69,2	67,8	67,7
100 - 199	78,3	77,6	74,8	74,9
200 - 299	81,5	80,7	78,5	80,9
300 - 499	86,6	84,2	84,4	87,7
500 - 999	90,8	88,5	87,6	90,5
1000 ou mais	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: "Survey on International Competitive Capacities of Machinery Manufacturing Subcontracting Firms, MIPA, 1980".

Voltando à escala de salários dos trabalhadores estáveis, a progressividade salarial assiste o operário japonês somente durante sua "vida útil", após o que se vê na contingência de, ou sobreviver com um minguado pagamento mensal por parte do estado ou procurar novo trabalho em condições que em nada se comparam ao anterior, geralmente como *part-timer* e sem nenhum dos benefícios do emprego no qual se aposentou. É bastante comentada a indenização de aposentadoria paga pelas grandes multinacionais. No entanto, deve ser levado em conta: primeiro que esta indenização não é extensiva, por lei, ao conjunto dos trabalhadores e, segundo, que não se trata, nem de longe, de uma quantidade de dinheiro que possa garantir uma velhice tranqüila.

"Ao deixar a companhia, o funcionário vê-se totalmente desamparado, tanto que os sindicatos estão reivindicando a extensão do tempo necessário para aposentadoria de 55 para 60 anos. Ocorre que na aposentadoria o funcionário recebe uma quantia equivalente a 31-33 vezes o último salário recebido, porém devido à alta

expectativa de vida no Japão, esse funcionário fatalmente terá que se empregar em outra firma para sobreviver. Em geral, será numa firma satélite da grande companhia que o empregava. Entretanto, ingressando em meio de carreira, perderá todos os privilégios adquiridos, será como começar de novo, só que em piores condições, pois não terá mais as regalias do funcionário regular”(SHIROMA, 1993, p.78).

A alta expectativa de vida do trabalhador japonês somada a uma baixa taxa de natalidade está levando ao envelhecimento geral da população²³, o que tem se constituído como fonte de preocupação de governo e empresas desde agora já que, além dos encargos com seguridade e previdência da população idosa, no plano da empresa, com o aumento da idade média a pirâmide tende a transformar-se num trapézio. Por esta razão, contraditoriamente às demandas do movimento sindical ocidental, as empresas estão iniciando desde alguns anos, programas de antecipação estimulada de aposentadoria, com a concessão de prêmios em dinheiro para quem se aposentar antes do período adquirido atual que é em geral 55 anos. Assim, os trabalhadores que se aposentassem com 45-50 anos receberiam um prêmio que pode chegar a 40% além do que o que receberia se esperasse até a idade padrão. Segundo TOLEDO:

“A idéia não é forçar a aposentadoria, mas ‘facilitar’ a decisão, oferecendo o pagamento de uma soma extra em dinheiro aos que decidem deixar a empresa. Várias empresas como Isetan, Teidyn Konishiroku, Nippon, Mitsui, etc., começam a praticar esta fórmula” (1982, p. 118).

²³ O Japão até o ano 2.000 igualará a Suécia e a Alemanha em taxa de pessoas com 65 anos ou mais (esses dois países detêm hoje as maiores taxas), na faixa dos 18% sobre o total da população e deverá superar esses dois países no ano 2.025, com uma taxa prevista de 23,4% de pessoas acima daquela idade. Vide a este respeito: Latest Demographic Statistics, Ministry of Health and Welfare of Japan, 1990.

III.4.C - Sindicato por empresa: o *kigyoo-betsu kumiai* -

O sindicato por empresa forma o terceiro elemento do tripé sobre o qual se assentam as relações de trabalho nos grandes conglomerados japoneses, o que tem garantido, segundo a maioria das análises, a coesão organizacional e a lealdade do operariado em relação aos objetivos da companhia. Esse é o elemento que fecha o cerco ideológico para sustentar uma força de trabalho cuja subjetividade e privacidade foram virtualmente destruídas. A relação capital-trabalho, inerentemente conflituosa, com o auxílio de uma tradição cultural propícia, chega mesmo a um processo de infantilização da classe trabalhadora, numa relação que eles mesmo designam como *oyabun-kobun*, ou seja, relação pai-filho entre chefe e subordinado. Isto traduz, na prática, o coroamento de um processo de passivização a que foi submetido importante parcela do operariado japonês.

O sindicato por empresa veio substituir, como já referimos anteriormente, uma combativa estrutura sindical existente na década de 50; esta substituição se deu por obra e graça da dominação americana integral naquele país. Até então, inúmeras lutas operárias foram travadas no Japão, em vários setores da economia, notadamente no têxtil e no da construção naval, conforme relata SATOSHI (1982), ao descrever “a outra face do milagre”.

Hoje, no entanto, o que predomina é o *goyokiumiai*, ou “sindicalismo sutilmente manobrado pelos patrões” (SATOCHI. p.28).

A estrutura sindical japonesa junto à grande indústria parece estar longe de representar o interesse dos trabalhadores de forma autônoma e independente:

“Dessa forma, a maioria (94%) dos sindicatos japoneses encontra-se hoje organizada por empresa, tendo suas sedes instaladas em edifícios fornecidos pelas companhias. Reúnem todos os trabalhadores de uma empresa, independente do ramo industrial a que pertençam. Entre seus membros figuram trabalhadores da produção, da administração, os técnicos, universitários e até os supervisores” (SHIROMA, 1993, p. 58).

Assim, tratam-se de organizações inteiramente ocupadas em desempenhar o papel de amortecedores dos conflitos capital-trabalho, o que, mesmo não sendo fenômeno recente no capitalismo, apresenta, no caso japonês, a particularidade de ser praticamente hegemônico no âmbito do movimento sindical.

“Os sindicatos das grandes empresas não abrangem os operários das firmas subcontratadas e fornecedoras, constituindo uma vantagem às grandes, que podem desfrutar de uma mão de obra barata, flexível e desorganizada, sem ter que se responsabilizar por ela” (TSUKAMOTO, p. 58).

Uma pesquisa de 1983 revela que entre as grandes corporações japonesas um em cada seis de seus altos dirigentes já havia sido líder sindical e ocupado posições nas diretorias de suas entidades. (YABU, in SHIROMA, 1993, p.80)

As ações desta estrutura sindical resumem-se à “ofensiva da primavera”, ou *shunto*, época do ano na qual funciona uma espécie de data-base nacional, ocasião em que sindicatos e patrões discutem uma pauta de reivindicações. No entanto, negociações efetivas se dão apenas em torno dos itens não econômicos, já que a prática do patronato é definir, no âmbito de suas organizações, determinado índice de correção ou aumento de salário sobre o qual não há negociação possível. Após a fixação deste índice, sob circunstância alguma, dar-se-ão negociações sobre salários.

Os sindicatos são agrupados em federações e confederações, sendo as principais: *Sohyo* (Conselho Geral dos Sindicatos do Japão); *Domei* (Confederação Japonesa do Trabalho); *Shinsanbetsu* (Federação Nacional das Organizações Industriais); e, *Chiritsuroren* (Federação dos Sindicatos Independentes do Japão) (TATSUHITO, 1987, p.5)

A maior delas é a *Sohyo* com 4,45 milhões de membros e apóia o Partido Socialista. Logo após, em tamanho, vem a *Domei*, de direita, que conta com 2,2 milhões de membros e apoia o partido Social Democrata. Em terceiro, a *Chiritsuroren*, que tem 1,3 milhão de membros, é “independente”. A *Domei* predomina nas grandes empresas, adotando políticas moderadas, enquanto os sindicatos de esquerda ficam confinados às pequenas e médias empresas, tanto que os patrões destas empresas têm a “visão mais negativa dos sindicatos” e desenvolvem políticas anti-sindicais (SHIRAI, 1983, p.379), 2/3 das pequenas e médias empresas não permitem filiação sindical, por exemplo (TSUKAMOTO, 1982, p.16).

O resultado objetivo desta dinâmica política de ação sindical é uma decrescente taxa de sindicalização, uma das menores do mundo industrialmente desenvolvido (29,1% do conjunto dos trabalhadores em 1984, contra 53,1% na Grã-Bretanha em 1982, ou 41,1% em 1983 na Alemanha Federal, ficando acima apenas dos Estados Unidos com 18,8% em 1984).

Isso, evidentemente, reflete-se nos indicadores das disputas salariais, como demonstra o quadro abaixo:

Homens-Dias Perdidos em Disputas Industriais*			
País \ Ano	1983	1984	
Japão	0,1	0,1	
Estados Unidos	1,9	0,9	
Grã-Bretanha	1,8	1,3	
Alemanha	-	2,6	

* por 10 empregados

Fonte: TATSUHIITO, 1987.

A eficácia do sindicalismo por empresa, para o capital, manifesta-se nos indicadores nos quais se centram a maioria das análises que festejam a substituição do antagonismo fundamental inerente à relação salarial por formas brandas de negociação e acordos entre trabalhadores e patrões. Um elemento importante a condicionar estas negociações é a internalização por parte de parcelas importantes de operários da lógica que não lhe pertence: a lógica da concorrência intercapitalista. Essa nova forma de despotismo, a mobilidade nacional e internacional do capital, associada à ameaça permanente de desemprego nas organizações não toyotistas, é que faz com que a paixão, a vontade, a sensibilidade, o saber e a inventividade operárias sejam habilmente colocadas a serviço de superlucros capitalistas. A

incorporação desta lógica vem acompanhada de um constrangimento ideológico adicional, a coerção que os ‘incluídos’ exercem sobre os ‘excluídos’ do sistema, ou para utilizar as palavras de GRAMSCI: “... uma coerção de novo tipo, na medida em que, exercida pela *elite* de uma classe sobre a própria classe, passa a ser uma autocoerção, uma autodisciplina (...) (1989, p.395). Estamos tratando, portanto, de uma espécie de auto-integração passiva à ordem.

A combinação destes três elementos: emprego por longo prazo, salários comparativamente elevados e sindicalismo por empresa, mais a “consciência de um fim”, forma pela qual GRAMSCI designa o estabelecimento do projeto histórico de uma classe fundamental, agiram combinadamente no Japão para colocar em um patamar original a “racionalização da produção e do trabalho”. A fábrica toyotista, além de produtora de mercadorias, especializou-se como usina geradora de intelectuais, destinados a dar estabilidade e homogeneidade nas formas de “pensar e sentir a vida” da classe operária. Aí se condensa a grande novidade gestada pela classe dominante japonesa, sob o toyotismo: produzir as camadas de intelectuais destinadas a dar concreção a um programa político que, primeiro, pudesse obstar a elaboração coletiva de uma identidade por parte das classes subalternas e, com esta, a construção de um projeto emancipatório, original e autônomo; segundo, recompor-se como hegemônica. É nosso entendimento que, examinando-se os fatores subjacentes a esta nova estratégia de dominação de classe no que possui de nuclear, poucas novidades resultam comparativamente ao americanismo, do ponto de vista da análise gramsciana:

“Mas, na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, *mas que também será superada com a criação de um novo nexó psíco-físico de um tipo diferente dos precedentes e, indubitavelmente, superior*” (grifamos, 1989, p.397).

CAPÍTULO IV - TRABALHADORES PERIFÉRICOS: A BASE DO SISTEMA

IV. 1 - Introdução:

O ponto sobre o qual as análises do modelo japonês em geral silenciam refere-se às condições de vida e trabalho dos restante 70% da população trabalhadora daquele país, incluindo-se aqui, de maneira especial, a condição dos trabalhadores terceirizados, notadamente mulheres e imigrantes.

No conjunto das grandes empresas japonesas, o trabalho de CORIAT indica que apenas 26,5% dos itens que compõem o produto final são internamente fabricados, sendo os 73,5% restantes adquiridos externamente, ou seja, de produção terceirizada.

Isso representa um universo de milhares de empresas que produzem os componentes e peças que irão compor um certo produto final, seja um carro ou um computador, do qual a grande empresa de trabalhadores estáveis, etc., encarrega-se, grosso modo, apenas da montagem.

Neste universo não existem, como nas organizações centrais, a empresa como grande família¹, o salário por antiguidade, a estabilidade,

¹ A Nippon Denso, maior fornecedora de peças e componentes da Toyota, da qual esta última é em parte proprietária, pode se equiparar, do ponto de vista das relações contratuais, com uma grande montadora, mesmo porque possui 36.000 empregados. No entanto, regra geral, quanto menor o tamanho da empresa, menor o núcleo de estáveis relativos, maior o número de precários, trabalhadores de tempo parcial, mulheres, imigrantes. etc.

prêmios, carreira garantida por toda vida, a harmonia, a cooperação, etc. Este grande exército de “operários de segunda classe” do modelo japonês é formado numa grande medida por:

- a) *rindy-koo*, trabalhadores temporários do sexo masculino;
- b) *shagay-koo*, idem do sexo feminino; e
- c) *dekassegui-koo*, trabalhadores rurais ou estrangeiros.

Esta maioria não tem sido objeto de grande preocupação acadêmica, a julgar pela bibliografia. Estes trabalhadores, com os mais variados tipos de contrato de trabalho, são muitas vezes regidos por padrões de controle do trabalho que não só estão longe do toyotismo, como se aproximam, e muito, do taylorismo do início do século², numa modalidade clássica de extração de mais valia absoluta, com jornadas de trabalho que se estendem por até 12 ou mais horas diárias durante seis dias da semana.³

Nossa compreensão é a de que não há como desconsiderar esta articulação de formas no âmbito de uma mesma classe fundamental para um

² J.G., brasileira, casada com N.G., *dekassegui* brasileiros já retornados ao Brasil, relata em seu depoimento a este trabalho o grau desumano de suas condições de trabalho numa fábrica de componentes para automóveis feitos a partir de borracha. O ritmo do trabalho ditado pela gerência era de tal modo intenso que a impedia, inclusive, de atender às demandas fisiológicas elementares como ir ao banheiro. “Nesta fábrica, a primeira que eu e N. trabalhamos, operário é tratado como cachorro.”

³ As condições de trabalho destes operários nada ficam a dever àquelas objeto da percuciente análise empreendida por BRAVERMAN sobre a degradação do trabalho sob o capitalismo neste século, análise que vinha sendo, em grande medida, descartada pela produção acadêmica, como ultrapassada, em função da “humanização” das condições de trabalho resultantes do fordismo no plano imediato dos processos produtivos, combinada com políticas públicas próprias do *welfare state*, o que teria tornado o despotismo taylorista página virada da história do capitalismo. A atualidade da visão bravermaniana sugere que a tão comemorada “humanização” das relações no trabalho, mesmo num país onde o desenvolvimento das forças produtivas é superlativo, convive com as mais degradadas formas de exploração.

entendimento adequado do toyotismo. Articulação que, na mesma medida em que secciona uma classe, produz, em seu interior, uma necessária relação de complementariedade. Embora se estabeleça numa relação aberta ou simulada de concorrência, de competição, de contradições entre as formas diferenciadas da classe operária, esta complementariedade assegura, pela difusão da política e da ideologia, a unidade relativa da formação social e garante a integridade do bloco histórico erigido pela classe dominante japonesa. Conseqüentemente, tenta impedir, ou pelo menos dificultar muito a elaboração de uma visão de mundo coerente e unitária, capaz de dar prosseguimento às tarefas relativas à construção de uma nova racionalidade que sustente um projeto ético-político-histórico original. Esta fração fordizada de classe, subalternizada no âmbito da própria classe, contraria a noção corrente (especialmente em CORIAT) de que a formação social japonesa baseia-se sobre o consenso. Novamente, o aporte teórico gramsciano ao marxismo é essencial para esta análise: não existe, assegura GRAMSCI, nos marcos do capitalismo, uma sociedade cujo consentimento seja sua base exclusiva; da mesma forma que não existe sociedade baseada unicamente na coerção. Estes princípios tornam-se evidentes ao analisar-se a categoria gramsciana de bloco histórico.

IV.2 - O Bloco Histórico

O fenômeno da migração de pobres dos países dependentes para os países capitalistas centrais nem de longe é um fenômeno restrito ao Japão. As estatísticas indicam o caráter global deste fenômeno que parece

inscrever-se na ordem econômica que marca o final deste século⁴. A festejada globalização⁵ ou mundialização traz como uma de suas marcas a diminuição crescente dos constrangimentos alfandegários à imigração, forma efetiva de desestabilizar as relações de trabalho no mercado mundial.

“Seu destino (dos imigrantes) é errar, com o pesadelo às costas, afim de constituir uma ameaça para os trabalhadores que dispõem de empregos - um espantalho capaz de fazer esquecer o patrão e um pretexto para o racismo. O número daqueles que dependem do alto comissariado das Nações Unidas para os refugiados literalmente explodiu, passando de 2 milhões, em 1975, a mais de 27 milhões, em 1995” (MARCOS, 1997, p.5-5).

Não sendo, portanto, um fenômeno local, mas global, o que leva um país a restringir a imigração de latino-americanos apenas aos trabalhadores que tenham a mesma descendência étnica de seu povo? Sustentamos que o nexó que orienta esta política podemos encontrar na categoria gramsciana de bloco histórico e o pressuposto que o sustenta, que é o da luta permanente pela manutenção da unidade deste bloco.

⁴SCHWARTZ (1992), em suas reflexões sobre o fenômeno de kassegui, inscreve-o numa tendência mais ampla, situando-o na esteira de um processo de empobrecimento de longa duração, que penaliza fortemente a classe média. Para o autor, tal fenômeno deriva de táticas de “sobrevivência na estagnação”, onde estas camadas, que dispõem de uma certa elasticidade/renda, podem contar com um leque de alternativas, entre as quais está a emigração. Trata-se de uma argumentação bem construída relativamente aos estímulos que um processo emigratório pode ter; entretanto, é no mínimo duvidoso que estes contingentes que estão se dirigindo ao Japão pudessem situar-se, majoritariamente, como classe média numa classificação sócio-econômica.

⁵Temos uma palavra dotada, aparentemente, de um verdadeiro poder mágico, ao lado de tantas outras criadas pelo capital e seus intelectuais: ele se reflete no fato de sua rapidíssima vulgarização, bem como no poder que exerce, suscitando nas pessoas (de qualquer nível cognitivo) a noção condensada de uma política contra a qual não há resistência possível; esta palavra sugere, para uma segura maioria de pessoas, uma nova, original e irreversível forma de capitalismo. CHESNAIS ocupa o primeiro capítulo de seu livro justamente no intuito de “decifrar palavras carregadas de ideologia”: “O adjetivo global surgiu no começo dos anos oitenta, nas grandes escolas americanas de administração de empresa, as célebres “business management schools” de Harvard, Stanford, etc. Foi popularizada nas obras e artigos mais célebres dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing” (1996, p.23)

GRAMSCI realiza uma separação analítica no conceito de bloco histórico, segundo a qual este é forjado a partir da articulação da sociedade política e sociedade civil, entre as quais há uma relação de complementaridade (ambas desenvolvem determinadas funções especializadas no seio da vida estatal), e cujo elemento de articulação é a construção da hegemonia, conceito histórico-político que representa a contribuição gramsciana mais importante ao marxismo, em nossa compreensão⁶. Em GRAMSCI o conceito de Estado possui um desdobramento metodológico, onde o autor procede a uma separação analítica entre funções de obtenção/manutenção da hegemonia e função de coerção, que operam articuladamente.

Assim, a sociedade política, corresponde a certas funções especializadas do aparelho de Estado, entre as quais a da coerção⁷, ou, a manutenção pela força de uma ordem que se pretende estabelecer.

⁶ GRAMSCI, mais uma vez, desenvolve, alarga, atualiza e confere estatuto histórico e científico a uma noção, cuja origem, segundo o próprio marxista italiano, está em LÊNIN: "A proposição contida na introdução à Crítica da Economia Política, de que os homens tomam consciência dos conflitos das estruturas no terreno da ideologia, deve ser considerada como uma afirmação dotada de valor gnoseológico e não puramente psicológico ou moral. Disto segue-se que o princípio teórico-prático da hegemonia (...) deve ser considerado como o aporte teórico máximo de Illich à filosofia da práxis" (1977, p. 1249-50)

⁷ Para o autor, a coerção se exerce quando as bases do consenso estão corroídas; este processo é acompanhado de dois movimentos simultâneos: os "de cima" não consegue mais mandar e os "de baixo" não querem mais obedecer. Como assinalamos em páginas anteriores, a situação vivida pelo pós-guerra no Japão abalou seriamente a hierarquia sob a qual se organizava sua sociedade. O período de industrialização precedente fez emergir no país um sindicalismo de tipo fordista (de massa) que se insurgia contra o quadro de miséria resultante da derrota na guerra, e que, portanto, ameaçava o projeto de reconstrução nacional pretendido pelas classes dominantes, agora articulado com interesses internacionais para fazer face ao "perigo comunista". Ou seja, foi preciso "reinventar" o consenso "à japonesa". Portanto, em termos gramsciano, na construção de uma revolução passiva, ou na restauração de um poder que teve suas bases corroídas, a sociedade política ganha proeminência em relação à sociedade civil, ao menos no primeiro momento, com a função de subjugar pela força aquelas frações de classe que relutam em se submeter aos ditames do projeto de dominação que lhes é imposto. Para isto, utiliza-se também de instituições jurídicas, uma forma de coerção que pode, inclusive, dispensar a utilização da força física.

GRAMSCI estabelece uma relação de indissociabilidade entre estes dois planos do bloco histórico, já que o Estado não possui por função apenas coerção mas, ao contrário, procura construir permanentemente a hegemonia, o que leva o autor a afirmar:

“ (...) Na realidade o Estado deve ser concebido como “educador”, desde que tende a criar um novo tipo ou nível de civilização. (...) O Estado, inclusive neste campo (a esfera econômica), é um instrumento de racionalização, de aceleração e de taylorização, atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”(...) (GRAMSCI, 1989, p.97)

Numa fase preliminar, a construção do projeto hegemônico tendente a criar um “novo tipo ou nível de civilização” encontra as barreiras existentes na institucionalidade anterior, cuja remoção necessita da força estatal, que pune e luta por sua substituição, canalizando as ações de coerção destinadas a alargar a base social sobre a qual se construirá uma nova racionalidade, pressuposto da ordem hegemônica ulterior.

Já o conceito de sociedade civil dá conta de um conjunto de organismos, públicos e privados, a partir dos quais uma classe exerce a função hegemônica, capilarizando em todos os setores da vida estatal a ideologia ditada pela classe que detém o poder. A sociedade civil, portanto, corresponde aos canais através dos quais se exerce a direção ideológica de uma dada sociedade⁸. Seu papel específico é a veiculação por todos os

⁸ Ao contrário do que uma certa leitura liberal faz desta categoria gramsciana, sociedade civil não pressupõe um organismo “progressista” ou promotor de um novo projeto. Trata-se de uma categoria inclusiva que pode tanto conter sindicatos operários classistas e centrais sindicais, quanto organismos patronais, a mídia, entidades religiosas etc. “Um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como articulação de instituições indiferenciadas, expressão de interesses universais, não contraditórios, sem caráter classista.(...)

mecanismo de que dispõe, da concepção de mundo elaborada pela classe dominante, no sentido de popularizar sua ideologia através da arte, da ciência, do folclore, da economia, etc.

Assim, as determinações gramscianas de sociedade civil e sociedade política guardam entre si uma relação de complementaridade, nunca de exclusividade, manifestando-se combinadamente com maior predominância de uma ou de outra, segundo as conjunturas específicas de uma formação social ou, em outras palavras, segundo as exigências determinadas pelo conflito entre racionalidades ético-políticas antagônicas num dado momento histórico.

Tendencialmente, sem que haja aí qualquer espécie de automatismo ou exclusivismo, o recuo progressivo da sociedade política, corresponde a prevalência da sociedade civil e a predominância da direção ideológica na ordem social considerada⁹. É a fase em que a concepção de mundo veiculada pelos aparelhos ideológicos ganha a adesão das massas que passam a se manifestar, ainda que de maneira implícita, em todos os aspectos da organização da vida estatal. É o momento da hegemonia: o conteúdo ético que alimentava o projeto de dominação foi assimilado e tornou-se senso comum.

"A existência destas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a

Também não se está autorizado a falar em debilidade da sociedade civil. Débeis e fragmentários são os instrumentos de intervenção classista das classes subalternas em nossa sociedade" (DIAS, 1997, P. 67-8).

⁹Esta relação de complementaridade não pode ser compreendida como portadora de uma mecânica segundo a qual, na proporção em que uma recua, a outra avança, como dois pratos de uma balança. Isto corresponderia a uma interpretação linearizada da concepção gramsciana, abdicando daquilo que lhe é essencial: a dialética do movimento real.

produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (Id. 381-2).

No caso japonês essa determinação ganha concretude quando, no final dos anos cinquenta, amplas parcelas do sindicalismo do país brandiam a divisa plantada pela classe dominante através de seus intelectuais: “Salvar a fábrica, para salvar a pátria”. Temos nesta formulação a condensação de uma filosofia transposta a um plano concreto e material de fácil assimilação; é o trajeto a ser percorrido pela filosofia, de que nos fala GRAMSCI, através da política até o plano do saber popular, isto é, senso comum, sem o qual não é possível a direção intelectual e moral (a hegemonia). Quando a disseminação da filosofia enraizou-se no senso comum, quando foi assimilada por toda a vida social, a direção política exercida pela sociedade civil é auxiliada apenas supletivamente pelos mecanismos de coerção da sociedade política.

“O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública - jornais e associações - os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 1989, p.116).

Fica claro, na concepção gramsciana de hegemonia, que nenhuma conformação hegemônica pode prescindir da utilização mais ou menos amiúde da coerção, cujo recurso se dá em proporção ao grau em que assume proeminência a direção intelectual e moral das massas.

Há, no entanto, outro fator que complexifica a questão da hegemonia, ou a forma pela qual se organiza uma formação a partir de traços culturais e morais ligados entre si em torno de um núcleo ideológico comum. A hegemonia possui um par estruturalmente implicado: o “equilíbrio precário”, na expressão gramsciana, sobre o qual se sustenta, o que determina a recolocação sempre em novas bases das tarefas relativas a sua manutenção.

GRAMSCI, analisando o nascimento e o desenvolvimento do Estado moderno italiano, estabeleceu o “critério metodológico” sobre o qual deve ser fundado o exame da questão:

“ A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que ele tende a ‘liquidar’ ou a submeter, ainda que sob a força das armas, e é dirigente dos grupos afins e aliados” (1977, p. 2010).

A interpenetração dialética entre as esferas da sociedade civil e sociedade política, longe de qualquer automatismo, fica clara nesta outra passagem:

“Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente antes de conquistar o poder governamental (e isto é uma das condições principais para a tomada deste poder); depois, quando exercita o poder e ainda o tem fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser, ainda, dirigente” (id. p. 2010-11).

Além da permanente luta para neutralizar/desagregar as iniciativas específicas da classe que lhe é antagônica, a manutenção da hegemonia requer o enfrentamento de contradições que lhe são inerentes entre as quais sublinhamos uma levantada por GRAMSCI, que se relaciona diretamente com este trabalho: a questão da reprodução da força de trabalho numa sociedade de taxa de natalidade restrita como a japonesa:

“O baixo índice de natalidade urbana exige uma contínua e relevante despesa para a capacitação dos novos não urbanos e provoca uma permanente mudança da composição sócio-política da cidade, colocando sempre sobre novas bases o problema da hegemonia” (GRAMSCI, 1989, p.391).

Vários estudos indicam o problema preocupante da taxa de natalidade do Japão e as complicações para uma sociedade que no ano 2.020 terá a maior taxa de velhos do mundo¹⁰. Esta tendência aponta um problema demográfico nada irrelevante, tendo em conta as necessidades ditadas pela recomposição da força de trabalho e as implicações concernentes ao “problema da hegemonia”. Estabelece-se, portanto, a necessidade de incorporação de força de trabalho adicional para manter/ampliar a reprodução econômica, levando em consideração a natureza que deve ter

¹⁰ Ver a este respeito: *Japan: An International Comparison*. Japan Institute for Social and Economic Affairs, 1994

esta força de trabalho suplementar, de forma a apresentar os menores riscos de “pensamentos não conformistas” em relação a uma formação cuja direção política está assentada sobre um esquema hegemônico duramente construído.

É precisamente no âmbito desta necessidade objetiva que a classe dominante japonesa designou criteriosamente uma estratégia de alargamento quantitativo e qualitativo da força de trabalho. No âmbito desta estratégia, uma política de imigração foi elaborada, nela incluindo-se o imigrante brasileiro descendente de japoneses, o *dekassegui*, sobre quem detalhamos nossa análise na seqüência.

IV.3 - Trabalhador Estrangeiro - *Dekassegui-koo*

Entre estes trabalhadores de contrato precário e de condições de trabalho tayloristas é bastante conhecido, ainda que pouco pesquisado cientificamente, o movimento importante de trabalhadores descendentes e/ou casados com descendentes de japoneses, que se deslocam até o Japão em busca de oportunidades de emprego. São imigrantes que provêm de países muito atrasados economicamente, com rendas *per-capita* que vão de US\$ 210 (Bangladesh) até US\$ 2.680 (Brasil), comparativamente a uma renda per-capita de US\$ 25.430 no Japão (WATANABE, 1995)

O fenômeno *dekassegui*, iniciado em 1985, teve seu apogeu nos anos 90-91, para iniciar um período de estabilização a partir de então. Duas

razões parecem ter concorrido para esta estabilização do fenômeno¹¹: primeiro a desaceleração econômica ocorrida no Japão deste período para cá, e que causou um fenômeno nada irrelevante: a diminuição das horas extras. Ocorre que o assalariamento do imigrante no Japão é fortemente influenciado pelos ganhos obtidos com o serviço prestado fora do expediente, as horas extras, o que acaba “compensando o sacrifício” a que se impõem estes trabalhadores¹², como assinala este depoimento:

“No Japão eu trabalhava numa fábrica que produzia componentes de borracha para automóveis na região de Hokaido; e meu marido N., numa empresa que fabricava parafusos. O trabalho era muito duro de segunda a sábado. O nosso salário somado dava para as despesas, com muito economia, porque senão... O que sobrava eram as horas extras (...) o que conseguimos juntar e trazer para o Brasil foi o dinheirinho das horas extras (...). Voltar ao Japão? Nem mesmo morta” (J.M., 34 anos, dekassegui brasileira já retornada).

A afluência de brasileiros ao Japão, entretanto, devido ao fato de inexistirem empregos no Brasil continua, como veremos.

¹¹ Muito embora a tabela da página seguinte indique a continuidade do crescimento nos vistos concedidos ao Japão, é preciso assinalar que cresce o número de dekassegui que, tendo obtido renovação do visto por mais três anos, ou mesmo tendo mudado o *status* de permanência, de provisório para permanente, determinam que seu cônjuge e filhos se mudem também para o Japão. Assim, a continuidade do número crescente de vistos deve levar este fato em conta. Fonte: CIATE: Centro de Integração e Amparo ao Trabalhador Imigrante.

¹² A questão cambial também concorreu para a diminuição dessa afluência. No período de 88/91 o câmbio era duplamente vantajoso para o trabalhador brasileiro que ia ao Japão. Com o iene valorizado em relação ao dólar, nesta primeira operação cambial já se estabelecia uma vantagem relativa; depois, do dólar para a moeda brasileira, nova vantagem, já que o dólar sempre teve grande superioridade em relação a qualquer moeda brasileira em qualquer tempo. Ou seja, o trabalhador imigrante ganhava cambiando yenes para dólares, e cambiando dólares para a moeda brasileira em vigência. Com a desaceleração econômica, o iene foi (e tem sido) desvalorizado vis-a-vis o dólar, e a moeda brasileira atende uma certa política de câmbio, de 94 para cá, que praticamente determina uma conversibilidade de um para um (um real, um dólar), o que eliminou a segunda vantagem cambial.

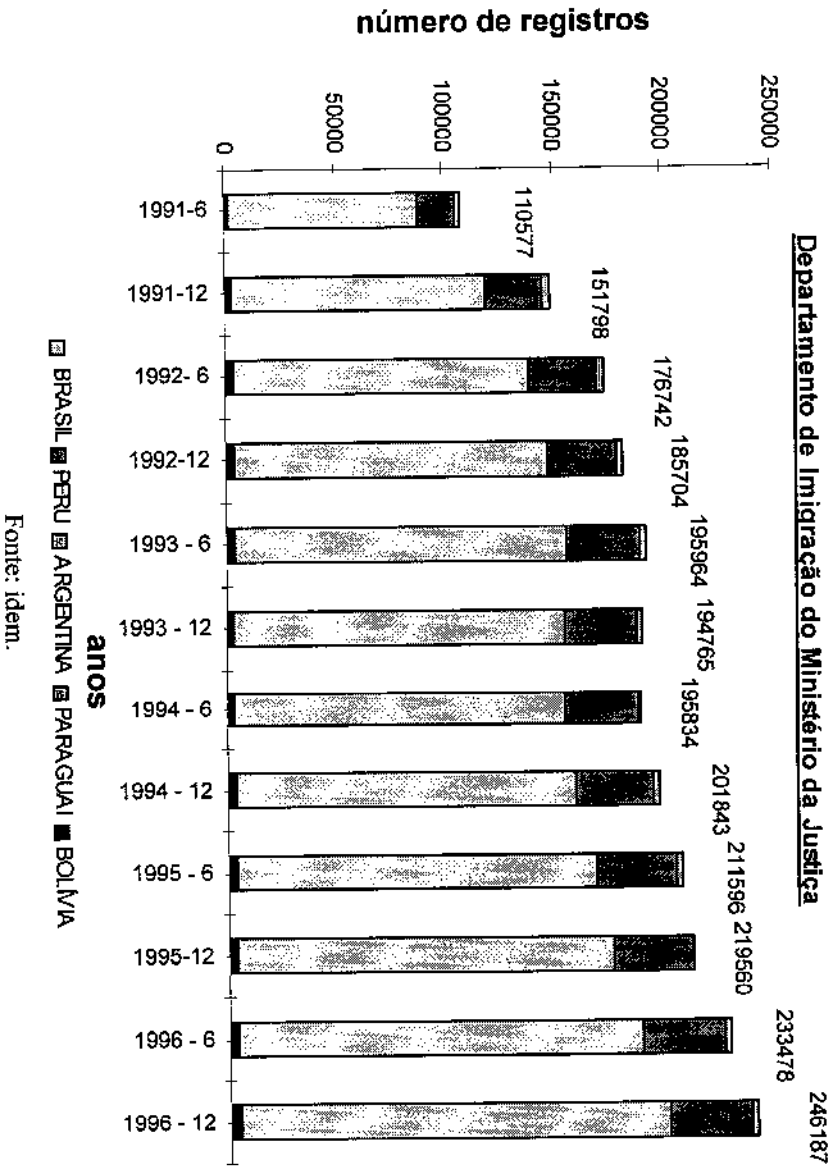
IV.3.A -Os dekassegui brasileiros.

Avalia-se que cerca de 200 mil brasileiros estejam hoje no Japão nesta condição, além de coreanos, chineses, outros latino-americanos, etc. Os dados oficiais contidos na tabela seguinte indicam os números para a imigração de latino americanos nos últimos anos:

NÚMERO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - DEZ. 1996												
PAISES	1991-6	1991-12	1992- 6	1992-12	1993 - 6	1993-12	1994-6	1994-12	1995 - 6	1995-12	1996 - 6	1996 - 12
BRASIL	88201	119333	139072	147803	155714	154650	154762	159619	168662	176440	189781	201795
PERU	17350	26281	30886	31051	33233	33169	34088	35382	36111	36269	36616	37099
ARGENTINA	3105	3366	3331	3289	3199	2934	286	2796	2846	291	3035	3079
PARAGUAI	900	1052	1188	1174	1166	108	113	1129	1181	1176	1235	1301
BOLÍVIA	1021	1766	2265	2387	2652	2932	2994	2917	2796	2765	2811	2913
TOTAL	110577	151798	176742	185704	195964	194765	195834	201843	211596	219560	233478	246187

Fonte: Departamento de Imigração do Ministério da Justiça.do Japão

A partir da mesma fonte, elaboramos o gráfico da próxima página, para permitir uma melhor visualização da participação do trabalhador brasileiro no processo de imigração latino-americano para aquele país.



Como a tabela demonstra, a predominância é de trabalhadores brasileiros, mesmo porque trata-se da maior colônia de japoneses em todo o mundo, estimada em cerca de dois milhões de japoneses e seus descendentes. WATANABE dirigiu uma pesquisa sobre o fenômeno *dekassegui* brasileiro e apresenta, entre muitos dados, a predominância dos brasileiros relativamente à América do Sul.

Variação no n^o. de registro de estrangeiros

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Am.Sul	3.608	3.961	4.134	6.872	21.899	71.495	153.099	187.140	196.491
Brasil	1.955	2.135	2.250	4.159	14.528	56.429	119.333	147.803	154.650
*	54,2%	53,9%	54,4%	60,5%	66,3%	78,9%	77,9%	79,0%	78,7%

* Porcentagem de *nikkeis* brasileiros

Fonte: WATANABE, Masako. 1995.

Os brasileiros *nikkeis* que vão ao Japão, segundo a mesma fonte, contam com uma idade entre 20 e 40 anos; considerando uma média estatística desta faixa etária, ela representa cerca de três quartas partes do conjunto dos trabalhadores imigrantes brasileiros (75,59%) (idem, p.28). Permanecem no Japão entre dois e três anos, sendo muito pequeno o número de casos em que o imigrante retorne ao Brasil com menos de um ano de estadia.

Viajam para o Japão para trabalhar em pequenas empresas, em geral, fornecedoras de peças e equipamentos para grandes montadoras. Dados do final de 1993, indicam a seguinte porcentagem de emprego em relação ao tamanho da empresa, coletados junto a uma agência de empregos para trabalhadores imigrantes em Tóquio.

Tamanho da Empresa	%	% Ac.
até 29 empregados	42	42
30~99	36	78
100~299	16	94
300~999	4	98
1000~	2	100

Dados não representam o conjunto dos trabalhadores: retratam apenas uma coleta de dados feita junto a agenciadores de Tóquio, num período restrito. Servem, portanto, mais como ilustração do que como critério estatístico estrito.

Fonte: idem, p.54, dados de dez/93

Os dados mostram que 94% dos imigrantes trabalham em pequenas empresas, onde é virtualmente proibida a sindicalização e onde os contratos de trabalho, em termos de garantias, salários e proteção social guardam uma relação direta entre precariedade e o tamanho da empresa.

Em relação à questão salarial, os números e as informações são obscuros. No entanto, os dados recolhidos, fragmentariamente (anúncios de jornais, revistas, entrevistas, informações junto ao CIATE¹, etc.), indicam que o trabalhador jovem, homem, trabalha por um salário que varia entre 1.100 e 1.300 dólares americanos², fora os ganhos com jornadas extraordinárias, cuja remuneração é muito variada e de determinação ainda mais obscura³. Como afirmamos em anotação precedente o ganho salarial não apresenta o mesmo atrativo que tinha no pico do fluxo migratório, já que as horas extras foram muito diminuídas de um período (1992-3) para cá,

¹ Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador Estrangeiro, com sede em São Paulo-SP.

² Sendo o salário médio do trabalhador japonês situado entre 4 e 5 mil dólares americanos, podendo com certa facilidade crescer além disso.

³ São variados os relatos de trabalho extra sem remuneração ou com remuneração incompleta; negação de direitos, retenção de passaporte, multas abusivas por desistência do contrato e toda sorte de espoliação ilegal da força de trabalho, manutenção de trabalhador em cárcere privado, mesmo roubos, etc. Ver a este respeito WATKINS (1995)

devido à desaceleração econômica (ou “período de crescimento lento”, como os textos sugerem). Dados de 500 entrevistados pelo *Service Center* (de apoio ao imigrante) indicam as razões pelas quais os imigrantes que acorrem àquele centro não encontram trabalho adequado:

Motivo (1993)	%
Salário baixo	42
Localidade	33
Tipo de Serviço	20
Outros	5

Fonte: idem, p. 57

Entre os imigrantes brasileiros há uma predominância de homens em relação às mulheres e jovens em relação às pessoas mais idosas, sendo quase a metade trabalhadores com até 29 anos, ou ainda, cerca de 80% conta com até 39 anos de idade. Estes dados são revelados por uma pesquisa realizada em Tóquio e Nagóia, que considera uma amostra de 4.000 trabalhadores imigrantes, cuja composição por sexo e idade é a seguinte:

	Homem	Mulher	Total	%Hom.	% Ac.*
até 29 anos	1.389	642	2.031	33,84	47,18
30 ~ 39	924	316	1240	22,51	78,55
40 ~ 49	399	135	534	9,72	92,12
acima de 50	232	67	299	5,65	100,00
Σ	2.944	1.160	4.104	71,72	

Inclui dados sobre trabalhadores de duas províncias: Tóquio e Nagóia.

* Porcentagem acumulada por trabalhador do sexo masculino, por idade.

Fonte: idem

Para efeito analítico, importa considerar que estatisticamente, o trabalhador brasileiro que vai ao Japão é predominantemente homem, branco, descendente de japoneses, possui origem rural¹⁶ e é jovem.

¹⁶ A proveniência predominante do campo ficou indicada em entrevistas que realizamos junto a associações culturais japonesas e entrevistas com trabalhadores regressados do Japão. Ainda que o imigrante que vai ao

A ida destes brasileiros para o Japão, em geral, se dá da seguinte forma: Podem ser recrutados por pessoas físicas, que para isso são comissionadas, ou, numa prática corriqueira, por agências de viagem que recrutam (mediante comissão) operários (independente das formação) para trabalhar em empresas que fornecem mão de obra para grandes fábricas, hotéis, construtoras, etc⁵.

Ao chegar ao Japão, estes trabalhadores assinam um contrato com uma empresa fornecedora de mão de obra ou então com um *Tehaishi*, uma espécie de alugador de trabalhadores (que no Brasil são conhecidos por *gato* ou *régisseur* na França, *broker* nos EUA e também no Japão).

O candidato recebe aqui no Brasil a antecipação de uma passagem aérea (a ser descontada posteriormente) mediante a assinatura deste contrato, onde constam as obrigações relativas às condições de trabalho a que se submete o candidato, constando, inclusive, uma multa (variável de um empreiteiro para outro) pela desistência em meio ao contrato.

Quase sempre, estes trabalhadores são submetidos a jornadas de trabalho exaustivas, em serviço não especializado, monótono, repetitivo, embrutecedor, que se estende por seis dias da semana.

Japão não seja, classicamente, um trabalhador rural, esteja eventualmente morando na cidade, sua origem é o campo, para onde vieram os trabalhadores japoneses há cerca de um século.

⁵ “São Paulo Shinbun” e “International Press” são duas publicações que circulam com dezenas de anúncios de empresas agenciadoras de trabalhadores imigrantes.

Normalmente moram em minúsculas habitações cedidas pela própria empresa, onde se dorme sobre o *tatami*, espécie de pequeno cobertor colocado sobre o chão para dormir, e se alimentam na fábrica.

A primeira constatação geral que se pode fazer em relação aos imigrantes brasileiros é que os mesmos vão compor um mecanismo de suplementação de força de trabalho, cuja função precípua se destina exclusivamente à extração de mais valia absoluta, motor mais grosseiro de extração de sobretrabalho, mas nem por isso menos fundamental, agregando às necessidades de um sistema integrado por trabalhadores bem treinados e bem pagos, os operários do *cœur*, uma "linha de menor resistência" à produção e valorização do capital.

A categoria de trabalhadores imigrantes, explicitada pelas regulamentações de trabalho imigrante no Japão, é composta quase que exclusivamente de trabalhadores residentes em outros países que tenham origem asiática; entre os de origem asiática a preferência recai sobre os *nikkeis*, ou seja, descendentes de japoneses, ou pessoa casada com descendente, ainda que tenha outra origem. Mesmo entre os *nikkeis* existe claramente uma preferência pelas gerações mais próximas dos primeiros imigrantes. Assim, há uma diferença de *status* de residência no país segundo esta classificação:

a) *Nissei*, primeira geração de japoneses, presumivelmente trabalhadores mais identificados com uma "visão de mundo" mais próxima de seus ascendentes, na medida em que há, nas diversas colônias japonesas do Brasil, uma especial atenção na preservação dos valores culturais de seu

povo. Obviamente, isto se dá com os demais imigrantes que vieram para o Brasil (italianos, alemães, poloneses, etc.); ocorre que, mesmo o senso comum admite ser o descendente de japoneses “fechado” em seus hábitos, pouco permeável à integração cultural, muito embora isto seja cada vez menos efetivo, notadamente entre as gerações mais novas. De qualquer forma, o *nikkei* parece ter muito zelo com as tradições de sua cultura, haja vista o número importante de agremiações que formam, quase sempre fechadas aos não descendentes, de caráter cultural e/ou esportivo⁶.

Sob o nome genérico de *nikkey*, várias gerações de japoneses são designadas pelas seguintes expressões: *nissei*, de primeira geração, cujo visto inicial para ingresso no Japão é de três anos, renováveis indefinidamente; esta geração é seguida dos *sansei*, segunda geração, em tese mais “abrasileirada”, e também recebida no Japão, mas com um visto inicial de apenas um ano, podendo haver renovação; à esta sucedem os *yonsei*, terceira geração, recebida no Japão nas mesmas condições.

O que é importante reter desta classificação é que, o capitalismo japonês, quando pensa em trabalhador imigrante, o diferencia segundo uma maior ou menor proximidade com a tradição que para cá trouxeram; tradição esta do início do século, do início do Período Meiji, portanto um trabalhador o menos ocidentalizado possível, justamente com o objetivo de inscrevê-lo num quadro de passivização já consolidado, onde a possibilidade de comportamentos potencialmente disruptivos são tendencialmente menores.

⁶ As cidades brasileiras que tive oportunidade de visitar, por ocasião deste trabalho, invariavelmente apresentam um número, comparativamente a outras culturas, maior de entidades culturais. Londrina, por exemplo, cidade do Paraná de médio porte, possui seis associações culturais desta natureza. Mogi-Guaçu, cidade pequena do litoral de São Paulo, quatro associações, etc.

Com muita habilidade, o Centro de Estabilização de Emprego nas Indústrias de Tóquio⁷, atribuindo comportamentos não compatíveis a meras “diferenças culturais”, redigiu um manual para estrangeiros, que, para além da aparente singeleza, reflete claramente uma política de enquadramento da força de trabalho imigrante. O manual retrata uma iniciativa concreta de intervenção no hábito, no costume cotidiano, nas formas de “ver e pensar a vida”. Em outras palavras, influir na moralidade do operário, compatibilizá-la com a “necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho e produção” (GRAMSCI, 1989, p.382). A referência é novamente a fina análise gramsciana do capitalismo deste século, contida no Americanismo, segundo a qual:

“... os novos métodos de trabalho estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter sucessos tangíveis no outro”(id.,p.396).

Entre outras exigências de hábito, o Manual estabelece:

- a) Saudação matinal, o *ohayo gozaimasu*;
- b) Aviso sobre atraso ou falta;
- c) Reunião Matinal, a *tyorei*;
- d) Exercício físico matinal, o *taiso*
- e) Roupas e equipamentos de segurança;
- f) Arrumação, organização, higiene e limpeza.⁸

⁷ Trata-se de mais um aparelho privado de hegemonia, entre outros, destinados a vincular o imigrante trabalhador a regras de ação, comportamento e pensamento compatíveis com o quadro de subalternidade em que devem ser inscritos os trabalhadores precários. Além deste Centro, há centros específicos para atendimento de trabalhadores estrangeiros em Tokyo, Nagoya, Tochigi, Gunna, Saitama, Chiba, Kanagawa, Gifu, Shizuoka e Osaka, províncias que concentram o maior número de trabalhadores imigrantes no país.

⁸ “No trabalho japonês existe uma regra chamada de ‘4S’ abreviatura de quatro palavras, que são: *seiri* - arrumação, *seiton* - organização, *seiso* - limpeza e *seiketsu* - higiene. É importante ter sempre em mente os

Além destas, entre outras regras há um forte apelo para que o imigrante aprenda a língua japonesa, pelo menos para a conversação do dia-a-dia, para o que existem organismos públicos vinculados às prefeituras que oferecem cursos. Uma das preocupações explicitadas no texto refere-se ao tratamento a ser dispensado ao chefe ou mais velho:

“No Japão, há o pensamento de que é importante respeitar os mais velhos e os chefes no local de trabalho; respeito este demonstrado através de formas variadas de polidez e uso do *keigo* (linguagem mais respeitosa). O *keigo*, apesar de ser muito difícil mesmo para os japoneses, que muitas vezes não o empregam corretamente, é normal incluí-lo numa conversação se a pessoa é *adulta e trabalha*” (Manual..., p. 135).⁹

O Manual dedica um item especial a “regras de boas maneiras no local de trabalho”, cujo primeiro tópico é “Trabalho é espírito de grupo”, do qual consta:

“Para que se crie um local de trabalho agradável, seguro e e leve o nível de produção é necessário que todos obedeçam às regras e etiquetas de boas maneiras, cultivando o espírito de grupo.(...) Há um ditado japonês que diz *Go Ni Ireba, Go ni shitagae*, ou seja, ‘em Roma aja como um romano’” (sublinhamos, id., p. 113).

Além deste Manual, os Centros enumerados na Nota 4 oferecem serviços de assistência na forma de cursos de orientação para adaptação “ao dia-a-dia ligado ao trabalho”, em português e espanhol; some-se a isto, a

‘4S’ para manter um ambiente de trabalho agradável” (Guia para o Trabalhador Nikkei, 1996, p. 115 em diante)

⁹A subalternidade deve se expressar inclusive no plano da linguagem.

publicação de jornais e serviços telefônicos em português e conclui-se pela existência de um arco de aparelhos de ideologia, públicos e privados, destinados a dominar corpos e mentes e prevenir contra fissuras no modelo, confinando o trabalhador imigrante aos estreitos limites de sua condição subalterna “como um ovo em sua casca”, segundo uma alegoria tchekoviana.

IV.4 - A Passivização do sub-cidadão.

Um dos propósitos deste trabalho, ao estudar os *dekassegui* brasileiros, é apontar o fato de que, por trás do "virtuosismo" do modelo toyotista, ocultam-se relações de produção tão convencionais quanto em qualquer lugar do mundo capitalista de hoje e de ontem. Esta intenção tem por objetivo realçar uma realidade ocultada pela literatura predominante, quase sempre conduzindo ao entendimento de que a contratualidade do toyotismo é extensiva ao conjunto da população operária japonesa.

O próprio CORIAT admite que apenas um núcleo do operariado (30%) tem acesso a todas as vantagens contratuais, especialmente no que toca à estabilidade relativa e ao sistema de salário; os demais 70% estão submetidos a contratos muito semelhantes, para melhor ou para pior, aos que se dão nos demais países, onde se destacam as condições excepcionalmente desfavoráveis dos trabalhadores imigrantes: sem qualquer plano de carreira, sem qualquer benefício dos trabalhadores do núcleo do sistema, trabalhando a soldo de empreiteiras de mão de obra, em atividades as mais variadas de trabalho desqualificado, o já mencionado 3K: *kitanai*,

sujo, *kitsui*, pesado e *kiken*, perigoso, que são reservados a trabalhadores estrangeiros¹⁰.

Primeiramente, o apelo à mão de obra estrangeira não constitui nenhuma originalidade do toyotismo. GRAMSCI, no início da década de 30, ao pensar as particularidades do capitalismo na França, já sinalizava as duas grandes motivações que conduzem a esta saída: a) o aumento da vida média da população¹¹, associada a índices de natalidade decrescentes: e, b) problemas envolvendo as novas gerações que resistem aos enquadramentos psicológico e físico demandados pelo industrialismo¹². Esta citação encaixa-se à perfeição ao Japão deste final de século, o que corrobora o caráter universal da contribuição gramsciana ao marxismo:

“ O aumento da média de vida (em França), com o escasso índice de natalidade e com as necessidades de fazer funcionar uma estrutura de produção muito rica e complexa, apresenta hoje alguns problemas ligados ao problema nacional: as velhas gerações vão estabelecendo uma relação cada vez mais anormal com as gerações jovens da mesma cultura nacional, e as massas trabalhadoras apresentam uma presença cada vez maior de imigrantes estrangeiros que

¹⁰MORI efetuou um levantamento nos anúncios de recrutamento de *dekassegui*, tendo encontrado entre os postos de trabalho oferecidos entre 1985 e 1990 as seguintes ofertas de trabalho: montagem de peças de automóveis, manufatura das peças de automóveis, montagens de artigos elétricos, fábrica de produtos alimentícios, manufatura e embalagem; trabalhadores nas obras de construção civil, seguranças, cozinheiros, manutenção de estradas de ferro, recepcionistas e arrumadeiras de hotel de estilo ocidental e japoneses, garçonetes, entregadores de jornal, *caddies* em campos de golfe. (1992, p.153)

¹¹As estatísticas de aumento de expectativa de vida no Japão inquietam as autoridades, pois, associadas à decrescente taxa de natalidade fará do Japão um país de velhos em cerca de 20 anos. Ver a este respeito Japan Today, 1994.

¹²São frequentes as referências na literatura sobre a “americanização” da juventude japonesa e sua aversão aos métodos de trabalho do toyotismo: “Recentemente tornou-se popular no Japão a expressão *shin-juinrui*, nova raça humana. Os recém-ingressos nas empresas mostram maneiras de trabalhar, relacionamento e comportamentos diferentes de seus colegas mais antigos na empresa. Mesmo não tendo terminado o serviço, deixam de trabalhar de acordo com o horário. Especialmente quando deixam o local de trabalho praticamente ignoram a hierarquia.” (NINOMIYA, 1996, p. 24)

modificam a sua base. Verifica-se já, como na América, certa divisão do trabalho (*ofícios qualificados, para os nativos, além das funções de direção e organização; ofícios não qualificados para os imigrados*)” (grifamos, 1989, p. 391).

GRAMSCI, ao fazer esta referência, notavelmente atual está pensando justamente na questão da hegemonia, que assume novos e problemáticos contornos, tendo em vista a necessidade de assimilação de massas de trabalhadores ainda não ajustados, física e moralmente, às necessidades do industrialismo; ou em outras palavras, ainda não passivizados.

Não é por outra razão que a política de aceitação de trabalhador imigrante *gaijin-koo* do Japão não aceita qualquer trabalhador de qualquer nacionalidade, ou melhor, de qualquer cultura.

IV.4.1 - A sub-cidadania.

O trabalhador brasileiro que imigra para o Japão, em aproximadamente 70% dos casos¹³, tem seu contrato de trabalho intermediado por agências de contratação de mão de obra estrangeira, ou seja, não estabelecem vínculo de emprego direto com a empresa à qual vai prestar serviços. Este relação de emprego vem, regra geral, acompanhada de termos contratuais desvantajosos e ilegais, como multas por rescisão de contrato de trabalho, cobrança de preços abusivos pelo ressarcimento de

¹³ Segundo o Sr. MÁRIO MIZUKAMI, ex-Vice Ministro do Trabalho do Japão a atual Dirigente do *Credit Bank of Japan*, em conferência proferida em 31-outubro-97, no Centro de Integração e Apoio ao Trabalhador Estrangeiro, São Paulo. Esta estimativa é bastante próxima de MORI: “Levantamentos efetuados no Japão indicam que, atualmente, 65% dos trabalhadores imigrantes foram contratados através de agências de intermediação (1992, p. 141)

despesa de hospedagem e alimentação prévias ao emprego, retenção de passaporte, até descontos nos salários sem motivações plausíveis, entre outras arbitrariedades.

Os contratos de trabalho são quase sempre redigidos apenas na língua japonesa o que, dado o desconhecimento quase geral desta escrita por parte dos imigrantes, faz com que, na prática, sejam assinados “às cegas”, com cláusulas que beneficiam unicamente o contratante, chamado pelos japoneses de *broker*¹⁴. Este agenciador recebe comissão *per capita*, que vai de 2 a três mil dólares, a serem descontados nos primeiros salários recebidos pelo imigrante, o que constitui outra ilegalidade, tendo em vista a legislação japonesa. ONITSUKA, no entanto, relata:

“... apesar de estar prevista a base de salário no contrato, na realidade são muitos os casos em que o salário pago ao *nikkey* é menor que o previsto. Os valores subtraídos de seus salários servirão para pagar as comissões dos agenciadores, ou para reembolsar as despesas dos empregadores efetuadas na contratação. Ouve-se dizer que o valor da comissão gira em torno de 200.000 a 300.000 ienes por pessoa e, além disso, há casos de reembolso de passagens, ou até despesas efetuadas a título de recepção dos agenciadores que serão também subtraídas dos salários. Tenho conhecimento do caso em que houve a subtração de 800.000 ienes por pessoa -pouco menos de US\$ 8.000-.
(id.,p. 81)

¹⁴ Na prática estes agenciadores de mão de obra contratam uma espécie de sub-agenciadores no Brasil, que podem funcionar como tal tanto na condição de pessoa jurídica, por exemplo agências de viagem, e mesmo de pessoa física. Conversamos com o Sr. C.K., que nos relatou que sua atividade no país, após seu retorno do Japão, é de “agenciar” pessoas que queiram emigrar para o Japão, pelo que recebe do *broker* japonês US\$ 1,000 por trabalhador “agenciado”, ou seja, trata-se de uma atividade bastante lucrativa. ONITSUKA estabelece o trabalho deste agenciador aqui no Brasil, como uma das principais formas de obtenção de emprego no Japão: “Casos em que os agenciadores no Japão recebem instruções de várias empresas, contatam agenciadores no Brasil para que estes efetuem o recrutamento e, posteriormente, enviem os interessados para os agenciadores no Japão”(1992, p. 79).

“Agenciar” trabalhadores imigrantes é, portanto, uma atividade econômica bastante lucrativa. Há casos, em número indeterminado, que envolvem o agenciamento de pessoal por indivíduos a serviço de grupos criminosos organizados no Japão:

“Não são poucos os casos em que tais empregadores pertencem a grupos de crimes organizados. Estes são atos que efetivamente transgridem as leis japonesas de agenciamento de trabalhadores e estão sujeitos às sanções penais. Assim, tais empregadores, como contrapartida de assumir o risco de serem punidos, procuram aumentar a subtração intermediária com fins lucrativos”(id., p. 81).

Ou, segundo WATARI:

“Percebendo a importância de um mercado propício à obtenção de lucro fácil pela exploração da força de trabalho, surgiram centenas de empresas de intermediação de empregos em busca de trabalhadores estrangeiros nos países asiáticos e latino-americanos.(...) O recrutamento e o agenciamento de trabalhadores ditos não qualificados são proibidos pelas leis japonesas.(...) Estas companhias intermediárias chegam a subtrair em média 40% a 50% do salário em comissões referentes a despesas de alojamentos, refeições, transporte etc. Todo um sistema foi montado, a partir deste esquema, envolvendo agências de turismo, empresas intermediárias e, até mesmo, os *yakuzá* (a máfia japonesa)” (1996, p. 155).

Parece ser freqüente, nos casos de contrato de trabalho formal, a imprecisão e a ambigüidade dos termos da contratação, o que abre as possibilidades para os descontos salariais abusivos:

“A maioria dos trabalhadores *nikkey* está vinculada ao emprego através de contratos de trabalho extremamente incompletos ou de pouca clareza, emergindo daí diversos problemas. Muitos destes problemas prendem-se à questões concernentes a métodos de cálculo de salário e demais gratificações, conteúdo do trabalho, jornada e dias de descanso que estão especificados no contrato de trabalho e vêm diferir das explicações orais anteriormente recebidas” (id. p.82).

Ocorrem ainda, mais uma vez em número indefinido, casos em que o contrato é apenas verbal, circunstância na qual o trabalhador imigrante fica completamente à mercê dos escrúpulos (ou falta de) do agenciador, com a ausência absoluta de qualquer garantia contratual ou mesmo qualquer cobertura social para os casos de doença, acidente de trabalho, etc¹⁵.

Do que foi possível pesquisar da legislação trabalhista japonesa, o que parece reger este tipo de contratação é a ilegalidade¹⁶, do princípio ao fim. Senão vejamos:

¹⁵“Os problemas que se costumam ouvir normalmente relacionados a *nikkeis* são: condições de trabalho definidas apenas verbalmente, não havendo nada escrito; ou, assinou um contrato redigido em japonês sem compreender o seu conteúdo. Considerando que os contratos firmados verbalmente podem facilmente levar aos ‘disse não disse’, deve ser pedido que se faça um contrato por escrito, onde constam (sic), as condições de trabalho. Ainda há casos de pessoas que assinam e depois lamentam alegando que desconheciam o conteúdo do contrato por estar em japonês” (Guia para o Trabalhador Nikkei, 1996, p.37)

¹⁶Consideramos para esta afirmativa apenas as leis internas do país. Há, no entanto, que acrescentar que existe uma normatização internacional que rege a contratação do trabalhador imigrante.

Das quatro Convenções da Organização Internacional do Trabalho (n. 118 de 1962, n. 143 de 1975, n. 157 de 1982 en. 97 de 1949) Esta última convenção, não obstante sua avançada idade, permanece tendo vigência, e tem entre suas principais prescrições no art.22: a) O contrato individual de emprego irá prescrever as condições gerais de contratação e emprego (...) e será traduzido para o idioma que o imigrante entenda. Uma cópia do contrato será entregue ao migrante antes do embarque no território de emigração ou, se as duas partes envolvidas estiverem de acordo, será entregue num centro de recepção quando da chegada no território de imigração; b) O contrato de trabalho deverá conter, além dos dados de identificação pessoal do empregado e do empregador, a natureza do trabalho, o local onde será executado, a categoria profissional na qual ele seja colocado, todas as informações sobre a remuneração, condições e limites sob os quais o empregador poderá efetuar deduções salariais, condições relativas à alimentação se

Todos os trabalhadores imigrantes contratados dentro do território japonês, gozam de proteção da Lei de Normas Trabalhistas, da mesma forma que os demais trabalhadores nacionais, conforme o seu artigo terceiro:

“É proibido dar tratamento discriminatório em termos de salário e outras condições de trabalho tendo como motivo a nacionalidade da pessoa. (...) Não se admite fazer a diferença com o trabalhador japonês unicamente por possuir outra nacionalidade” (Guia para o Trabalhador Nikkey, 1996, p. 37).

Este mesmo documento, reconhecendo que a maioria das empreiteiras de mão de obra atua de forma irregular, reporta à legislação

ela for provida pelo empregador (...), o método de acerto das despesas de viagem do migrante e dos membros de sua família, as causas pelas quais o contrato pode ser rescindido, etc.

Estamos falando de convenção internacional, logo de uma espécie de diploma que não tem força legal no âmbito do território do país (ses) signatário (s). Na prática, um país ao tornar-se signatário destas convenções assume um compromisso político internacional de incorporá-las à legislação nacional num prazo de dez anos, findo o qual, em geral, o país ratifica a convenção.

O Brasil é signatário, entre outras, das convenções 97 de 1949, ou a Convenção de Migração para o Emprego e a n. 118, ou a Convenção para Igualdade de Tratamento, quanto à previdência social (BÖHNING, 1996, p. 31). No espírito destas convenções, a Lei 7.064/82 normatiza a ida de cidadãos brasileiros ao exterior com a finalidade de trabalhar e inclui entre as exigências para a ida do brasileiro ao exterior: a) autorização prévia do Ministério do Trabalho; e, b) a existência de pessoa jurídica domiciliada no Brasil que represente o interessado estrangeiro na contratação, e que responderá solidariamente por todas as decorrências advindas da contratação deste trabalhador.

A referida lei, regulada pela Portaria 3.256/89, estabelece entre outras condicionantes para esta imigração: “formulação do pedido do Ministério em língua portuguesa, instruído dos seguintes documentos: a) prova de existência jurídica da empresa contratante; b) prova de que esta empresa participa com pelo menos 5% do capital da empresa estrangeira, respondendo solidariamente pelas obrigações trabalhistas; c) prova de constituição de procurador bastante no Brasil, com poderes especiais de representação, inclusive o de receber citações; e d) contrato individual de trabalho em língua portuguesa, elegendo a Justiça brasileira para a solução de controvérsias” (HARADA, 1992, p. 87).

Como se vê, a ilegalidade na contratação de imigrante *nikkey* brasileiro possui “dupla nacionalidade”, além de afrontar princípios internacionais consagrados pelos países civilizados. No caso do Brasil, nenhuma iniciativa de proteção a seus cidadãos migrantes é tomada, muito embora isto esteja, como vimos, consagrado em Lei; mais inexplicável ainda a indiferença das autoridades do país, levando-se em conta que os imigrantes brasileiros no Japão remetem para o Brasil um numerário subestimado que totalizou em 1990

japonesa, segundo à qual constitui uma infração à lei a contratação de mão-de-obra imigrante não especializada:

“No Japão, os órgãos particulares não estão autorizados a realizar atividades de intermediação de trabalhadores, independentemente de ser gratuito ou não, exceto escolas e órgãos públicos como Agências Públicas de Emprego. Entretanto, no caso de 29 serviços/profissões (...) que exigem técnica e conhecimentos especializados, aquelas empresas devidamente autorizadas pelo Ministério do Trabalho poderão fazer apresentação de emprego, cobrando-se uma comissão por ela: artistas plásticos, de cinema, teatro, televisão, médicos, dentistas, (...) farmacêuticos, estilistas de moda, (...) especialistas em vestir *kimono*, especialistas em arrumação de mesa para banquetes, modelo, cozinheiro, *barman* (id. p.31).

Portanto, para além das vinte nove profissões definidas em lei, é ilegal a contratação de mão de obra via empresas privadas, o que constitui a primeira ilegalidade da prática de emprego de *dekassegui* no país. A esta seguem-se outras injustiças piores, que em muito pouco se diferenciam da contratualidade de trabalhadores informais em países subdesenvolvidos, como, por exemplo, o Brasil. Esta ilegalidade básica é reconhecida pelo próprio governo japonês, embora tenha sobre isto uma posição no mínimo ambígua, de acordo com um texto relativo ao problema dos *dekassegui*, segundo TODA¹⁷:

US\$ 1,108 bilhão de dólares, entrada de divisas superior à propiciada pela exportação de café (WATARI, 1996, p. 161).

¹⁷ MASANORI TODA é Oficial da Divisão de Política Emigratória do Departamento Consular, Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão.

“Em relação ao trabalho de estrangeiros no Japão a posição do governo japonês considera:

* Os trabalhadores estrangeiros estão proibidos de efetuar trabalhos monofuncionais no Japão. É necessário examinar a questão como um todo, com base nessa premissa.

** Consta que o número de trabalhadores ilegais no Japão, principalmente asiáticos, situa-se entre 200.000 a 300.000 pessoas. Estes trabalhadores, por estarem na ilegalidade, muitas vezes sofrem exploração e trabalham sob más condições. [...]

Os *nikkey*, que possuem a mesma ascendência do povo japonês, diferem dos outros estrangeiros. Os *nikkey* são importantes no incremento das relações de amizade entre o Japão e os respectivos países de origem. Existe, portanto, o ponto de vista de que flexibilizar o tratamento dos *dekassegui nikkei* contribui para a melhoria econômica e social dos imigrantes. [...]

A postura básica do governo japonês é de neutralidade com relação aos *dekassegui*, isto é, o governo japonês não estimula nem restringe as suas atividades. (...) se esforça para resolver os problemas emergentes em decorrência da presença de *dekassegui nikkeis* como, por exemplo, a repressão à exploração por parte dos agenciadores, violação das leis japonesas etc. (sublinhamos, 1992, p. 59-60).

As ilegalidades que são cometidas através do contrato de trabalho, dos descontos abusivos, das jornadas extenuantes¹⁸, da incidência importante de acidentes de trabalho envolvendo os imigrantes, somam-se, com uma frequência indefinida, casos de retenção de passaporte por parte do agenciador e mesmo casos de cárcere privado:

¹⁸FUZII realizou pesquisa entre *dekasseguis* com origem na região de Londrina (PR), sendo que uma parte já retornada ao Brasil (39) e outra, que ainda permanece no Japão (71). Da amostra, 75% dos trabalhadores cumprem uma jornada média de trabalho que oscila entre 10 e 15 horas diárias (1992, p. 167).

“A razão para a retenção dos passaportes é a mudança de emprego, pois, conforme mencionado anteriormente, não podem efetuar a subtração intermediária dos salários e isso resulta na queda dos lucros e na impossibilidade de recuperar despesas. Não há somente casos de retenção de passaportes, mas há, ainda, casos de *nikkey* que são detidos (trancados nos alojamentos), forçando-os a trabalhar. Estes casos se referem a empregadores que perceberam que seus empregados *nikkey* estavam tentando mudar de emprego em massa (este empregador tinha conexão com crimes organizados) e, afim de evitar estas mudanças de emprego, colocaram vigia nos alojamentos, proibindo sua saída” (ONITSUKA, p.83).

IV.4.2 - A segregação no país dos ancestrais.

Um dos fenômenos que acompanham a ida de brasileiros *nikkey* ao Japão é um processo de discriminação, seja por parte dos demais trabalhadores nacionais, seja nas relações sociais mais amplas.

De raízes ainda pouco pesquisadas, este fenômeno está a determinar a segregação, ou *guetização* das comunidades de brasileiros no Japão. Sem dúvida, isto é em parte explicado pela barreira da linguagem e pela origem destes trabalhadores em um país de hábitos e costumes que em muito se diferenciam do povo asiático em geral, e do japonês em particular. Também contribui para isto determinados comportamentos adotados por brasileiros naquele país, razoavelmente tolerados em nosso país, mas rigorosamente condenáveis no Japão. Hábitos que vão desde maneiras de convivência cotidiana, comportamento em filas, hábitos de ouvir música em volume elevado, até a forma como se dá a destinação do lixo doméstico,

tratado naquela país com atenção toda especial¹⁹. São evidências superficiais de um problema que possui raízes mais profundas, passíveis de serem melhor examinadas, mas que, objetivamente, está, de forma crescente, confinando o brasileiro, geográfica e socialmente, sendo indicado como um dos grandes problemas dos trabalhadores brasileiros no Japão, segundo as pesquisas.

KITAGAWA (1997) realizou uma pesquisa sobre um fenômeno relativamente recente: o alongamento do tempo de permanência dos brasileiros no Japão, o que está envolvendo a ida dos familiares destes trabalhadores àquele país e, como decorrência, uma série de problemas relacionados à inexistência de uma estrutura de serviços públicos compatíveis com esta mudança no *status* de permanência. Por exemplo, aumentam de forma preocupante as dificuldades dos jovens brasileiros, filhos de operários que, além de contarem muito raramente com a presença dos pais, devido às obrigações do trabalho, são freqüentemente submetidos a maus tratos na rede escolar, o que acaba redundando em seu afastamento das atividades escolares. Este fenômeno complica-se na medida em que obedece a uma escala, sempre segundo o autor, que envolve: maus tratos-evasão- delinqüência-confronto com a delinqüência nativa. Na província de Haichi, onde residem 36.000 *nikkeis*, jovens brasileiros que deixaram de freqüentar a escola estão se envolvendo de forma preocupante com a criminalidade juvenil em várias modalidades de ilícitos, notadamente no

¹⁹O fato de não condicionar adequadamente o lixo doméstico, ou escutar música em hora e tons inadequados, pode ser considerado como fato irrelevante em nosso país, mas no Japão ganha grande relevância envolvendo, não raro, ação policial. São pequenos comportamentos não conformes aos padrões rígidos do povo nipônico que determinam incidentes, por vezes importantes, e que reforçam o preconceito contra os brasileiros.

tráfico de drogas. Pelo que o trabalho do autor sugere, a discriminação ocorre, inclusive, no plano da delinquência juvenil, ou seja, estes jovens defrontam-se com alguma frequência em brigas e arruaças²⁰ junto com os delinquentes nativos. Segundo o autor, nesta província, não se trata mais de um fenômeno típico de *dekassegui*, mas o aumento do número de cidadãos japoneses, para os quais os poderes públicos hão que tomar medidas destinadas a oferecer-lhes uma “estrutura de vida”, saúde, emprego, educação, entre outros serviços de caráter público.

Sua pesquisa envolveu três grandes cidades industriais, que são três pólos da indústria automotiva, Hamamatsu, Nagóia e Gumma. O trabalho, destinado a identificar o(s) principal(is) problema(s) enfrentado(s) pelos imigrantes, entrevistou mil trabalhadores brasileiros de *dekassegui*. Os números da pesquisa indicaram uma população de trabalhadores, cuja evidência estatística demonstra discriminação por parte da comunidade nacional e um estado de desgaste emocional importante (*stress*). Ante a pergunta: já sentiu ser discriminado no Japão?, as respostas foram:

Cidades Respostas:	Nagóia		Hamamatsu		Gumma	
	Freq.	% Acum.	Freq.	% Acum.	Freq.	% Acum.
Sim	51	14,5	40	19,9	67	17,0
Mais ou menos	224	78,1	121	80,1	245	79,4
Não	65	96,6	30	95,0	63	95,4
Não sabe	12	100,0	10	100,0	18	100,0

Fonte: adaptado de KITAGAWA, 1997, p.4

Caso tomemos a média aritmética dos respondentes que informam ter sofrido algum tipo de discriminação (destacado em **negrito**),

²⁰Neste província, uma ocorrência teve grande repercussão: por razões ainda obscuras, um jovem brasileiro de 14 anos morreu após ser apunhalado por outro jovem japonês. Os pais nipo-brasileiros destas províncias

teremos um escore de cerca de 80%. Restam menos de 20% da amostra consultada que informa nada ter sofrido, ou não sabe ter sofrido algum tipo de discriminação. O inquérito previu identificar as formas através das quais esta discriminação ou estes preconceitos manifestam-se. As respostas apresentaram uma diversificação de formas de discriminação, mas situa entre seus principais mecanismos os seguintes, por ordem de importância estatística: trabalho excessivamente duro, bonificação irrelevante, não aceitação pela comunidade, dificuldade em alugar apartamento, primeiros a serem demitidos, como demonstra a tabela.

Respostas	Cidades	Nagóia		Hamamatsu		Gumma	
		Freq.	%(*)	Freq.	%	Freq.	%
Trabalho duro		129	34,3	71	33,8	132	32,0
Não tem bônus		111	29,5	59	28,1	89	21,6
Não aceito p/ comunidade		55	14,6	51	24,3	89	21,6
Não consegue lugar apto		51	13,6	42	20,0	80	19,4
Primeiros demitidos		50	13,3	35	16,7	66	16,0
Baixo salário/hora		46	12,2	32	15,2	57	13,8

(*)A soma das porcentagens é superior a cem pois foi permitido mais de uma resposta

Fonte: adaptado de KITAGAWA, 1997, p.5-6

Trata-se, portanto, de um fenômeno importante de segregação social com reflexos nas diversas esferas da sociabilidade. Ocorre esta discriminação tanto no que se refere à destinação dos trabalhos mais duros ao imigrante, como diferenças salariais comparativamente aos nativos, até a não aceitação pela comunidade a qual pertence e, mesmo, dificuldades no aluguel de um imóvel.

Isto está determinando a ocorrência de importante desgaste emocional nos trabalhadores brasileiros, sendo uma das razões o virtual isolamento destas pessoas, relativamente aos demais trabalhadores e

estão sendo aconselhados a não permitir que seus filhos saiam à noite.

cidadãos japoneses. A pesquisa tentou detectar a frequência dos intercâmbios entre japoneses e brasileiros, como forma de mensurar a integração/ interrelação existente entre ambos, tendo obtido os seguintes escores:

Respostas	Nagóia		Hamamatsu		Gumma	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Frequente	43	12,0	16	8,0	56	14,5
Às vezes	91	25,4	59	29,4	98	25,4
Raras vezes	83	23,2	47	23,4	61	15,8
Quase Nunca	141	39,4	79	39,3	171	44,3

Fonte: adaptado de KITAGAWA, 1997, p. 7-8

A média dos brasileiros que raras vezes ou quase nunca mantém contato com os japoneses gira em torno de 60%, sendo os que com frequência se relacionam em torno de 12%, o que indica um importante insulamento social, determinado por um conjunto complexo de motivos, ainda não suficientemente examinados.

Uma parcela dos reflexos deste isolamento manifesta-se no retorno ao Brasil, numa patologia que está sendo denominada ‘Síndrome do Regresso’, que atinge a totalidade dos que voltam após seis meses, no mínimo, de estada no Japão, segundo NAKAGAWA (1997). Para este psiquiatra, os sintomas mais comuns de manifestação da síndrome, na sua “forma branda”, são a dispersão, a ansiedade e a irritabilidade, tendentes à transitoriedade, durando, em geral, não mais do que o intervalo compreendido entre 6 e 24 meses. Ocorrem, no entanto, efeitos mais graves, tais como reação psicótica, paranóia, depressão tendente à auto-destruição, alcoolismo, entre outros. Tal sintomatologia é comum a homens e mulheres, mas mesmo entre as crianças ocorrem determinadas disfunções psicológicas

originadas nas dificuldades de readaptação, cujo sintoma se manifesta, em geral, na forma de uma grande passividade. Entre 62 pacientes examinados, 59 apresentavam um quadro de síndrome esquizofrênica, com os seguintes sintomas:

Sintoma	Freq.	%
Desagregação de pensamento, embotamento afetivo, autismo e ambivalência.	59	100
Alucinação auditiva	52	88,1
Idéia delirante de caráter persecutório	46	77,9
Transmissão de pensamento	27	45,7
Anorexia	44	74,5
Insônia	47	79,6
Agitação psicomotora	18	30,5
Idéia suicida	23	38,9
Tentativa de suicídio	8	13,5

Fonte: NAKAGAWA, 1996, p. 193

Entre estes pacientes, quase 80% não haviam sido submetidos a nenhum cuidado psicológico antes de sua ida para o Japão, o que sugere a noção de que, numa proporção importante, o modo de vida naquele país, no mínimo, potencializou elementos pré-existentes de propensão a patologias psicológicas.

IV.4.3 - A questão salarial.

Um dos pontos de menor transparência nas pesquisas consultadas é o que se relaciona com a questão salarial. De consenso, os textos indicam o salário básico como muito baixo tendo em vista o custo de vida no Japão. Isto se compensa (ou compensava) através das jornadas extraordinárias, que, como no Brasil, têm uma remuneração superior à da jornada normal.

O período econômico vivido pelo Japão atualmente é de crescimento lento, informam os noticiários econômicos, o que está determinando, como já mencionamos, uma diminuição importante na demanda por horas extraordinárias, que consiste na principal possibilidade de economia por parte dos dekassegui. Numa pesquisa, à qual já nos reportamos, FUZZI entrevistou 110 dekassegui, incluindo questões de salário e de condições de trabalho e revelou que o ganho médio deste imigrante situa-se numa faixa que compreende US\$ 2.000 a US\$ 3.000, como demonstra a tabela abaixo:

Salário	Freq.
Até 1.000 dólares	7
De 1.000 a 2.000 dólares	50
De 2.000 a 3.000 dólares	43
Mais de 3.000 dólares	5
Não respondeu	5

Fonte: FUZZI, 1992, p. 167

Trata-se, sem dúvida, de um salário nominalmente atrativo, notadamente levando em conta dois fatores: sua comparação com salários no Brasil, cujo mínimo aproxima-se de inauditos US\$ 100 mensais; e, o fato das empresas japonesas oferecerem, em muitos casos, alimentação e moradia a preços subsidiados, o que possibilita o acúmulo de economias a serem trazidas ao Brasil.

Há que levar-se em conta que tais dados foram coletados no ano de 1991, quando a economia japonesa se encontrava num ritmo de crescimento mais acelerado que atualmente. Além disso, a desvalorização do yene frente ao dólar e a valorização da moeda brasileira da atualidade frente à americana determina uma dupla desvantagem: ao transformar yenes

em dólares ocorre uma perda inicial, dados as questões cambiais, que se completa com a conversão dos dólares em moeda brasileira mantida em valores cambiais comparativamente elevados.

O fato de alimentação²¹ e moradia serem garantidos a 83,6% dos imigrantes, com preços subsidiados pelas próprias empresas, permite uma margem para poupanças, razão pela qual a questão salarial continua sendo o grande fator de estímulo para a continuidade do fenômeno de kassegui, segundo a mesma autora.

Desta forma, o trabalhador brasileiro que se desloca ao Japão, embora consiga economizar algum dinheiro, cumpre uma jornada semanal de trabalho exaustiva, sofre abertamente discriminação por parte dos trabalhadores nacionais e da comunidade onde reside, possui uma tendência importante a patologias psicológicas e tem suas atividades de lazer basicamente restritas à televisão, ou a alguma diversão caseira e que dispense maiores gastos²².

²¹ Embora estas refeições sejam consideradas regulares ou péssimas por quase 60% da amostra, e boa por 22,7%. J.G., de kassegui já retornada ao Brasil, confirma a qualidade duvidosa da alimentação na fábrica de peças de borracha para carro em que trabalhava na cidade de Nagóya. “Eles comem uns legumezinhos, no curto espaço para almoço, e arroz, muito arroz”, testemunha.

²² À pergunta da pesquisa de FUZZI, quantos lugares você conheceu no Japão, “...52,7% (responderam que) ou não foram a lugar nenhum ou conhecem apenas 1 a 2 lugares, sempre castelos e parques próximos (...) sendo que 16,5% viajaram para conhecer um pouco o Japão”(id., p.168-9)

IV.5 - O problema demográfico e as medidas de contratendência necessárias.

Mencionamos anteriormente a baixa taxa de natalidade no Japão como uma questão nuclear ao considerar-se as exigências da reprodução ampliada do capital, tendo em vista suas demandas por um exército industrial permanentemente renovado, qualitativa e quantitativamente. Segundo levantamento realizado pelas Nações Unidas, o Japão (com o maior índice), ao lado dos Estados Unidos, Suécia e Alemanha, terão cerca de $\frac{1}{4}$ de sua população com idade superior a sessenta e cinco anos, ou seja, idade superior às demandas ditadas pela reprodução intensificada do capital²³. Isto determina para o país que estamos estudando, quatro ordens de problemas:

- a) a redução efetiva do exército operário;
- b) o envelhecimento da população operária;
- c) o encurtamento da “vida útil” da força de trabalho, dado que a operação de equipamentos “de ponta” da tecnologia exige, além da resistência física adequadamente adestrada, uma capacidade de reflexão na solução dos problemas imediatos do processo produtivo, que requerem informações sobre matemática, estatística, computação, etc., ramos da tecnologia há pouco tempo desenvolvidos, para os quais a geração operária imediatamente anterior não recebeu a preparação adequada; as novas tecnologias exigem mentes e braços ágeis, fortes e adestrados; e,

²³“A falta de trabalhadores foi uma das causas do aumento de pequenas e médias empresas que entraram em falência no período de 1987 a 1992” (WATARI, 1996, p.153)

d) a manutenção da composição política da classe operária, tendo em vista as necessidades impostas por um projeto hegemônico vitorioso que foi criteriosamente construído no país a partir de enfrentamentos agudos de classe, como descrevemos em sessão anterior.

Logo, é preciso importar força de trabalho, contanto que esta população operária estrangeira não coloque em risco os fundamentos sobre os quais estão assentadas as bases da hegemonia; contanto que esta força de trabalho estrangeira possa ser, ela também, passivizada.

Assim, a abertura seletiva do país à imigração estrangeira se inscreve numa medida de contratendência aos problemas atuais e futuros da composição demográfica do país, alargando seletivamente o exército de reserva à disposição da classe dominante japonesa.

Esta seletividade manifesta-se nas claras opções do governo japonês por uma qualidade específica de força de trabalho, uma força de trabalho, como qualificamos anteriormente: jovem, branca, masculina, e descendente de japoneses.

“Havia uma série de vantagens na procura de trabalhadores nikkey. Eles são considerados na pátria mãe de seus ancestrais como bons trabalhadores, possuidores de alto nível educacional, dóceis e, ainda, a semelhança no que se refere aos hábitos os tornaria mais fácil de se adaptar nos ambientes de trabalho” (WATARI, 1996, p.155-6).

A “semelhança no que se refere aos hábitos” a que se reporta este autor deve ser compreendida na direção de que, culturalmente, em grande medida, o imigrante desta parte da Ásia que vem ao Brasil continuou sendo um japonês: professando suas mesmas crenças (budismo principalmente), e partilhando os mesmos hábitos orientados para a disciplina e para o trabalho. Formados cultural e religiosamente pelas tradições budistas e shintoístas, é difícil encontrar um *nikkei*, pelos menos até a segunda geração, que não entenda o complexo idioma japonês. Mesmo levando-se em conta hábitos sociais corriqueiros como alimentação, ritos religiosos, etc, tudo isto aponta para uma permanência de valores culturais fortemente arraigados, herdados de gerações passadas.

IV.6 - O dekasegui: na perspectiva do Estado japonês.

O Estado, através do conjunto de suas instituições, organiza o poder de uma classe, quer seja como educador, quer seja como repressor, utilizando-se do Direito como um dos seus principais instrumentos a serviço deste poder.

“O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de civilização desenvolvida pelo Estado” (GRAMSCI, 1989, p.97).

O exame da política de imigração adotada pelo Estado japonês confere a esta determinação gramsciana notável precisão. A ampla

legislação²⁴ que regula a entrada de estrangeiros no país foi recentemente alterada, tendo em vista o crescimento do fenômeno de *dekassegui*. Para além do emaranhado de formalidades legais que envolve a questão da imigração na maioria dos países, cabe reter da lei japonesa dois pontos que atravessam sua elaboração.

Primeiramente, um brasileiro, por exemplo, ainda que descendente de japoneses, que fale sua língua, que cultive seus hábitos e costumes, que preze o país de seus ancestrais e que para lá se dirija, será sempre um estrangeiro. Não há na legislação nenhuma regra que beneficie o estrangeiro pelo fato de ser *nikkei*.

Em segundo lugar, e como decorrência disto, este brasileiro será sempre um sub-cidadão, desprovido de direitos políticos, ao qual a lei acena frequentes vezes com sanções, para o caso de exceder os limites de sua sub-cidadania.

Uma das alterações introduzidas na Lei de imigração de 91, refere-se ao acréscimo de mais um status de permanência, ausente da legislação anterior: a “permissão para residência em caráter permanente”. Essa permissão é concedida somente ao estrangeiro que já se encontra no

²⁴A primeira norma de imigração é de 1951, editada através do Decreto Ministerial n. 319, a Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados, ampliada pela Lei de Registro de Estrangeiros, n. 125 de 1952. Em 1991, esta legislação foi atualizada, como mencionamos, o que resultou na Lei Especial de Controle de Imigração, n. 71, consolidada pela Lei de Registro de Estrangeiros. Lei n.66 de 1992.

país há um tempo suficientemente amplo²⁵ para preencher os três requisitos indispensáveis à obtenção deste *status* de permanência:

- “1) Ter boa conduta.
- 2) Possuir patrimônio que possibilite conduzir uma vida independente, ou capacidade técnica.
- 3) Obter o reconhecimento do Ministro da Justiça de que sua residência permanente será benéfica ao Japão” MIYOSHI, 1993, p.178).

Os itens 1 e 3, em sua aparente subjetividade, assumem contornos muito nítidos, se confrontados com outras partes da lei. A expressão “ter boa conduta”, por exemplo, inclui a proibição terminante de envolvimento em ações “políticas” ou sindicais, para o que a lei indica como sanção a expulsão do país.

“... a permissão de residência em caráter permanente (...) não concede direitos políticos e quando (a pessoa estrangeira) exercer atividades ilegais poderá ser deportada (ordem de retirada compulsória) do Japão” (id., p.176-7).

O envolvimento com a ação sindical é explicitamente proibido, ainda que este “envolvimento” se dê, por exemplo, na simples manipulação de um prosaico boletim sindical. O art. 22, Seção II da Lei de Controle de imigração estabelece em seu item 24, um conjunto de circunstâncias que podem determinar a expulsão do país, sua alínea “m”, por exemplo, estabelece como passível de retirada compulsória do país o sujeito que

²⁵MIYOSHI em um livro comentado sobre a legislação de imigração no Japão sugere o tempo de três anos como suficiente para saber se a permanência do requerente poderá ser “benéfica ao país”.

“m) for organizador ou membro dos seguintes partidos políticos ou organizações, ou quando mantiver com os mesmos estreita relação:

1)...

2) ...

3) qualquer partido ou organização que atente contra a regular manutenção dos equipamentos de segurança das fábricas, que paralise as operações normais dos mesmos, ou que encoraje a realização de dissídios que acarretem tais conseqüências”.

E, na alínea seguinte, estabelece-se:

“n) tenha preparado, distribuído ou planejado a exibição de materiais impressos, filmes ou qualquer outros documentos e ilustrações para atingir os objetivos dos partidos políticos ou outras organizações previstos nos sub-ítem (1) ou (m)” (id., p. 251-2).

Tendo em vista as anotações precedentes que descrevem as condições de vida e de trabalho do imigrante brasileiro no Japão, e as determinações gramscianas que designam a construção de uma ordem hegemônica e sua manutenção, parece-nos residir no caso japonês, uma demonstração bastante clara da articulação/ interpenetração/ interdependência das esferas de um bloco histórico: a sociedade civil e a sociedade política. O comportamento do trabalhador imigrante, que seja potencialmente disruptivo, que não seja ajustado no quadro de passivização que a sua condição de sub-cidadão determina, que não seja enquadrado na fábrica, o aparelho de hegemonia primeiro da sociedade burguesa, sofrerá a ação da sociedade política em sua forma repressiva: o Estado o elimina do mundo da produção e da vida estatal.

São bastante conhecidos os conflitos provocados por políticas de imigração de força de trabalho em países de capitalismo central. Nos Estados Unidos os conflitos gerados pelos imigrantes hispânicos, legais e ilegais, do México, da Costa Rica, etc., estão diariamente expressos nas crônicas policiais, mostrando um dos lados mais perversos deste problema. Na França, problemas idênticos estão determinando, inclusive, o aparecimento de uma direita xenófoba e racista que cresce a cada dia e já se manifesta institucionalmente no partido político do Sr. LePen. Na Alemanha, igualmente, o ódio ao estrangeiro assume proporções alarmantes, dramaticamente relatadas no “Cabeça de Turco” de WALLRAFF²⁶.

GRAMSCI, ao referir-se aos problemas da presença de trabalhadores imigrantes na França, ainda na década de 30, levantava como problema a ser devidamente considerado a questão da “modificação na base” sobre a qual se sustenta um projeto hegemônico provocada por tal demanda. A história recente dos países acima citados parece insistir em corroborar as análises gramscianas.

Tal não se deu no Japão. O país importou uma força de trabalho jovem, portanto pouco dispendiosa para o Estado, de hábitos culturais assemelhados, destinados a conferir elasticidade e maior amplitude ao exército industrial de reserva, como contratendência a um problema demográfico específico, reservando para os trabalhadores nacionais os

²⁶O que leva HOBBSAWN a concluir: “Tudo o que este povo não precisa é o aparecimento de uma direita xenófoba e racista, especialmente num país que ainda tem dificuldades em esquecer Adolf Hitler” (conferência feita na Universidade Federal de Santa Catarina, em out/1989)

melhores postos de trabalho, reforçando portanto sua hegemonia e, por acréscimo, estabelecendo um contraponto negativo em relação às exigências das classes trabalhadoras nacionais por melhores condições de vida e de trabalho. E, mais ainda do que isso, ocupou-se criteriosamente em dinamizar o conjunto dos aparelhos públicos e privados de hegemonia destinados a circunscrever estes trabalhadores estrangeiros aos limites estreitos da sub-cidadania.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por finalidade geral discutir algumas questões concernentes ao capitalismo no final deste século, levando em consideração um pressuposto e duas estratégias.

O pressuposto é o de que mesmo no final de milênio o capitalismo não apresenta novidades radicais. Em que pese os modismos integracionistas¹, sua continuidade permanece inalterada no que possui de fundamental. Embora a intelectualidade orgânica da burguesia alardeie a “vitória final”, as greves, as operações-padrão, as mais variadas formas de resistência operária, em praticamente todos os cantos do mundo, mesmo os levantes armados, insurreições, etc., teimam em se contrapor à arrogância que acompanha o discurso burguês atual relativo ao fim da sociedade de classes. Este discurso, não por acaso, ocorre no âmbito de uma aguda crise orgânica que acompanha o

¹ Uma das versões mais recentes destes modismos é aquela segundo a qual vivemos sob o império de uma sociedade globalizada que está determinando o fim dos estados nacionais e o aparecimento de uma nova e irresistível modalidade de capitalismo em escala mundial. São evidentes os desenvolvimentos no campo da informática e das telecomunicações o que, de fato, está “encurtando distâncias entre os mercados”, o que também não constitui novidade no que isto contém de essencial: “Enquanto que o capital, por um lado, deve tender a destruir toda barreira espacial imposta ao comércio, isto é, ao intercâmbio, e a conquistar toda a Terra como um mercado, por outro lado tende a anular o espaço por meio do tempo, isto é, a reduzir ao mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar a outro. Quando mais desenvolvido o capital, quanto mais extenso é, portanto, o mercado em que circula, mercado que constitui a trajetória espacial de sua circulação, tanto mais tende a estender o mercado e uma maior anulação do espaço através do tempo (...) Aparece aqui a tendência mundial do capital, o que o diferencia de todas as formas anteriores de produção. (MARX, 1971, p.30) Esta realidade complexa e contraditória que encerra o final do século apresenta tendências rigorosamente opostas à superação das contradições do capitalismo, como a ocorrência de uma homogeneidade, de um cosmopolitismo político e cultural, como supõe a ideologia da globalização. O que se assiste é, na verdade, a exacerbação da dominação dos países centrais em relação aos subdesenvolvidos, a agudização do obscurantismo cultural e religioso, o surto de ódios étnico-raciais que se julgava em grande medida superados, o crescimento “global” da pobreza, da miséria, doenças, etc., tudo isto em meio à superprodução e ao desperdício, e onde, a opressão e a exploração se encontram fundidas sob a aparência de liberdade e igualdade de todos (DIAS, 1995: p.7).

capitalismo da atualidade, na qual, entre suas manifestações mais evidentes se destaca a financeirização acelerada dos circuitos produtivos². Financeirização cujo princípio é tornar secundária esfera da produção propriamente dita, onde são criados o valor e o rendimento fundamentais, priorizando a esfera da especulação, dando lugar a um impressionante parasitismo financeiro³, sem precedente na história do capitalismo.

Do ponto de vista das estratégias, a primeira foi analisar este desenvolvimento em uma conjuntura histórica e geográfica específica: o toyotismo no Japão milenar; a segunda cuidou de vincular esta análise a uma novidade que o acompanha: a crescente incorporação de força de trabalho estrangeira, fenômeno, de resto, que não se restringe ao Japão, muito ao contrário, a imigração de trabalhadores pobres para os países ricos é uma novidade que cresce a cada dia. No interior desta temática, incluímos um

²Ao encerramento deste trabalho um terremoto abala globalmente o capitalismo, cujo epicentro situa-se no sudeste asiático.

³O capital financeiro, em sua função clássica de mediador da produção econômica, está se constituindo, crescentemente, numa esfera econômica autonomizada em relação à produção industrial.

Esta “financeirização acelerada dos circuitos econômicos” é de tal magnitude que diariamente circula nas principais bolsas de valores do mundo (Wall Street, a City, Tóquio, etc.) cerca de 1,3 trilhão de dólares. Entre as causas que determinaram desse parasitismo, CHESNAIS indica como sendo as mais relevantes: a) déficit público americano: em 1971, de forma unilateral, o governo dos Estados Unidos determinou o fim das barreiras acordadas em Bretton Woods para o alargamento da massa monetária dos dólares americanos; os EUA que já vinham acumulando déficits importantes, romperam com os acordos internacionais até então vigentes e passaram a emitir na medida adequada ao financiamento de seus déficits, do que decorreu uma inflação de títulos públicos negociados nos mercados financeiros; b) a monumental liquidez concentrada nas mãos dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimento e das companhias de seguro; essa liquidez, que é fundamentalmente drenada para os mercados especulativos em todo o mundo, montava, em 1993, nos EUA em 126% do seu PIB e no Reino Unido 165% (CHESNAIS, p.25); c) inflação dos valores dos ativos: para os papéis diretamente vinculados à esfera da produção - cuja forma clássica é a ação, entendida como parcela de certo capital invertido na produção de mercadorias; e, d) capacidade decrescente do capital em realizar a mais-valia produzida: o processo de acumulação do capital, vem, de forma crescente, perdendo estruturalmente sua capacidade de realização, tendo em vista uma diminuição, igualmente estrutural, no número de pessoas com possibilidades de acesso ao círculo do consumo, em virtude do fenômeno de diminuição geral na massa de salários, quer via desemprego crescente, via arrocho salarial, ou ainda, através das inúmeras formas atuais de precarização dos contratos de trabalho que acompanham a “flexibilização das relações trabalhistas”.

imigrante dotado de particularidades muito específicas: o *dekassegui*, cidadão brasileiro. Além desta condição nacional, este trabalhador descende dos próprios japoneses que aportam em nossas fronteiras a partir de 1908, atrás de oportunidades de trabalho, cujos descendentes estão fazendo uma espécie de caminho de volta, quase um século depois.

Relativamente ao toyotismo, o que nossas análises tentaram traduzir, foi a noção de que, este novo industrialismo obteve de avanços no campo dos métodos de trabalho e no campo do desenvolvimento da tecnologia de produção, para isso valendo-se de toda uma produção científica socialmente acumulada ao longo do desenvolvimento do capitalismo, principalmente no ocidente, levando a um desenvolvimento exponencial uma tendência captada por MARX, já nos *Gründrisse*:

“A acumulação do saber, da habilidade, bem como de todas as forças produtivas gerais do cérebro social são, então, absorvidas no capital que se opõe ao trabalho: a partir daí, elas surgem como uma propriedade do capital, ou mais exatamente do capital fixo.(...) Como a maquinaria se desenvolve com a acumulação da ciência social -força produtiva geral- não é no trabalho, mas no capital que se fixa o resultado do trabalho social geral (...) a força produtiva do capital desenvolve-se, graças a esse progresso geral de que o capital se apropria gratuitamente.(...) A ciência manifesta-se, portanto, nas máquinas e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo” (1980, p.41).

Dado que o toyotismo, desde este ponto de vista manifesta-se como desenvolvimento das forças produtivas materiais levadas ao seu paroxismo,

qual sua novidade, dado tratar-se movimento do capital que se espraia pelo mundo todo na forma de um novo paradigma produtivo? Procuramos argumentar que sua grande inovação ocorre no campo da política, no campo da cisão imanente à formação social capitalista: as classes sociais. Tentamos demonstrar que da luta entre estas classes, a burguesa e a operária, construiu-se toda uma estratégia de dominação que redundou na construção de bloco histórico compacto, que embora já apresente sinais de erosão, prevalece até hoje.

A concreção deste bloco histórico se consolida graças à destruição das organizações de combate operário e da conseqüente derrota das massas que ensaiavam de forma desordenada e fragmentária levar adiante as tarefas de construção de seu projeto ético-político: este foi o pré-requisito.

A primeira impressão que nos causou o exame do toyotismo (CORIAT) foi uma grande curiosidade em torno de um espécie de estranho fenômeno: como foi possível, nos limites de uma formação capitalista, construir uma sociedade onde pareciam haver desaparecidos os antagonismos, as contradições que acompanham a história do capitalismo desde seu nascimento?, como é o que sugere o discurso desistoricizado deste autor. Uma leitura da história, com lentes adequadas revelou o que consideramos, neste ponto do trabalho, a tragédia do toyotismo: a negação de toda a subjetividade, de todo o espírito, de todo o engenho humano que não esteja a serviço da produção.

A Lei que legalizou o tradeunionismo na Inglaterra do capitalismo nascente é de 1824. A implementação do toyotismo, este novo industrialismo como argumentamos em páginas precedentes precisou regredir no tempo, de forma a ver revogado esta instituição, já secular, que acompanhou o novo processo civilizatório que se instaura com o nascimento do capitalismo. Para levar em frente as tarefas de construir um novo patamar para este processo civilizatório, a classe dominante japonesa precisou recuar quase dois séculos, tendo em vista aniquilar as manifestações que dão forma à luta de classes na institucionalidade capitalista: o sindicalismo foi varrido no solo japonês. Em seu lugar, um simulacro facistóide, cujo objetivo central é o de, com aparências de legitimidade que uma instituição desta natureza é capaz de conferir a uma formação social, colocar-se inteiramente a serviço de um projeto hegemônico burguês. Sustentamos em páginas precedentes que um sindicalismo de orientação classista foi varrido do Japão: esta foi a condição “*sine-qua-non*” a partir da qual o projeto civilizatório capitalista encetou sua mais recente estratégia de passivizar as massas trabalhadoras de todo um país.

Os instrumentos desta estratégia de dominação burguesa que se exerce até hoje sobre as classes subalternas do país, e que se opunham vigorosamente ao projeto iniciado nos anos do pós-guerra, foram aqueles classicamente designados por GRAMSCI: a coerção, exercida principalmente pelo aparelho policial do Estado e a cooptação, através do engajamento “molecular” de frações da classe que se opõe ao projeto, através dos aparelhos públicos e privados de hegemonia. A genialidade da construção gramsciana de Revolução Passiva se dá justamente na forma como ele prescreve as possibilidades de materialização de um projeto de dominação capitalista nas

sociedades “complexas do ocidente”: a debilitação progressiva de uma classe que lhe é antagônica, através da assimilação crescente de setores e frações da mesma. GRAMSCI, com este critério original de interpretação da história, coloca em outro patamar a noção mesma da dialética que rege os movimentos das classes que compõe o capitalismo e da luta entre estas classes, como já argumentamos precedentemente, ou seja, que a dialética não é necessariamente a negação pura e simples de um passado que se pretende sepultar, mas pode perfeitamente, resultante do confronto da tese com a antítese (não mais antagônica mas resultante de uma evolução da tese), gerar uma síntese que não represente uma superação, mas um desenvolvimento histórico que permanece subalternizando uma classe que lhe é imanentemente adversária, mas com o ininterrupto trabalho de ocultar esta dominação.

Construído este bloco, criam-se as tarefas permanentes de sua manutenção frente às necessidades da história e das contradições fundamentais que lhe acompanham, que, neste caso, encontram-se temporariamente com suas manifestações adormecidas, mas nem por isso o torna imune a outras contradições, das quais levantamos a questão demográfica. Ao encurtamento numérico do exército operário, resultante da baixa taxa de natalidade e do envelhecimento da população, coloca-se a necessidade de importação de força de trabalho.

Precisamente neste quadro se encaixam os dekassegui brasileiros. A manutenção do bloco histórico, alicerçado em profundas raízes culturais, não pode sofrer riscos de fratura pela incorporação de uma população operária que lhe seja completamente estranho. Daí, buscar, literalmente no outro lado

do mundo, a força de trabalho que compõe a maior comunidade de “japoneses” fora do Japão. Para não periclitar a hegemonia, é necessário buscar uma fonte de importação de trabalhadores que continue garantindo eficácia à sua estratégia de passivização. A manutenção de uma identidade cultural fortemente nipônica nas comunidades brasileiras de japoneses foi decisiva para esta estratégia. Daí, o estabelecimento de uma sub-cidadania (afinal, são imigrantes de países pobres) perfeitamente enquadrada no “modo de vida” do país não foi tarefa difícil, especialmente levando em conta a atração exercida por salários nominais comparativamente elevados.

Para finalizar estas notas, é preciso duas convicções que animaram sua feitura. A primeira, muito embora possa parecer “acaciana” ou “prosaica”, nem por isso torna-se menos verdadeira e cada vez mais atual, porque cada vez mais abandonada. Este trabalho foi uma forma através da qual estamos tentando veicular um não. Um não muito convicto a dois fatos emblemáticos do capitalismo neste final de milênio: de um lado, a concentração de 92,5% da riqueza total produzida pela humanidade na mão de 7% dos homens, de outro, os quase cadáveres que andam em várias partes da África, ou o homem gabiru brasileiro, condenados e dizimados no interesse destes 7%, e o conjunto de iniquidades que sustentam esta formação social, contidos nos limites destes dois fatos.

Desafortunadamente este não, por razões históricas que não cabe aqui analisar, é cada vez mais ausente nas intervenções políticas das classes que o capitalismo condenam à subalternidade, entre elas a dos trabalhadores,

que tem cada vez mais dificuldade de elaborar uma visão de mundo que propugne pela sua emancipação.

A segunda convicção é a de que, positivamente, o processo civilizatório da humanidade não pode se deter por muito tempo neste estágio. Negar isto, seria colocar toda a razão humana e os prodígios de que é capaz, numa escala valorativa inferior à dos animais irracionais, já que, até agora, o instinto dos animais foi menos iníquo que a racionalidade humana.

Daí porque pensarmos que se deva, a partir da sistematização teórico-histórica-metodológica que nos foi oferecida pelos melhores clássicos da política, tentar apreender as realidades, com base nas suas formulações gerais, porque estas sim, são dotadas de cientificidade e, portanto, universalmente válidas, consideradas as atualizações históricas necessárias.

Assim, o toyotismo se inscreve no repertório das manobras de “ilusionismo e prestidigitação” (como sugere GRAMSCI) de que a burguesia sempre soube lançar mão para obscurecer a opressão que exerce sobre as classes subalternas, encurtando sua visão da história e impedindo a construção de seu projeto. Ou, para encerrar com o pensador marxista italiano:

“Não se pode esperar que a reconstrução seja iniciada pelos grupos sociais ‘condenados’, mas sim por aqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais dessa nova ordem. Eles ‘devem’ encontrar o sistema de vida ‘original’ (...) para transformar em ‘liberdade’ o que hoje é ‘necessidade’” (1989, p.412)

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETA, M. **Regulación y crisis del capitalismo**. México: Siglo XXI, 1988.

ANNUNZIATO, Frank. **Il Fordismo nella critica di Gramsci e nella realtà statunitense contemporanea**. Roma, Critica Marxista, Ano XXVII, n. 6, nov/dic, 1989.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BADALONI, Nicola. **Liberdade Individual e Homem Coletivo em Antonio Gramsci**. (in) FERRI, Franco (org.) **Política e História em Gramsci**. Rio, Civilização Brasileira, 1978.

BARAN, Paul & SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. Rio, Zahar, 1966.

BODEI, Remo. **Gramsci: Vontade, Hegemonia, Racionalização**. (in) FERRI, Franco (org.) **Política e História em Gramsci**. Rio, Civilização Brasileira, 1978.

BÖHNING, Wolf Rudiger. **Formas e Funções de Relacionamentos Internacionais no Campo da Imigração para Fins de Emprego**. in: NINOMIYA, Masato(org). **Dekassegui: Palestras e Exposições sobre o Fenômeno Chamado Dekasseui**. São Paulo, Estação Liberdade, 1992.

BOYER, Robert. **A teoria da regulação: uma análise crítica.** São Paulo: Nobel, 1990.

BRAGA NETO, Ruy Gomes. **A Reestruturacao do Capital: um Estudo sobre a Crise Contemporânea.** São Paulo, Xamã, 1977.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista.** Rio: Zahar, 1980.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Sobre os Problemas Políticos da Transição: Classe Operária e Revolução Passiva.** (in) FERRI, Franco (org.) **Política e História em Gramsci.** Rio, Civilização Brasileira, 1978.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado.** Rio, Paz e Terra, 1980.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo, Xamã, 1996.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Teoria geral da administração.** São Paulo: Mc Graw Hill, 1973.

CLARKE, Simon. New utopias for old: fordist dream and post fordist fantasies. In: **Capital & Class**, Londres, n. 42, 1990.

CORIAT, Benjamin.. **Penser a l'envers.** Paris: Christian Bourgois, 1991.

_____. **Pensar pelo avesso.** Rio de Janeiro: Revan, 1994.

COSTA, Moacir Lisboa. **Como Imitar os japoneses e crescer**. Florianópolis, Edeme, 1991.

COSTA, Sérgio. **Estado e controle sindical no Brasil**. São Paulo: Queiroz, 1987.

CROZIER, Michel. **Cómo reformar al estado**. México: Fondo de Cultura, 1992.

DE FELICE, Franco. **Revolução Passiva, Fascismo, Americanismo em Gramsci**.
(in) FERRI, Franco (org.) **Política e História em Gramsci**. Rio, Civilização Brasileira, 1978.

DIAS, Edmundo.. **Democracia operária**. Campinas: Edunicamp, 1987.

_____. Hegemonia: nova civiltá ou domínio ideológico. In: **História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 5, 1991.

_____. **A Liberdade (im) possível na Ordem do Capital**. Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, 1997.

DIAS, Edmundo F. et alli. **O Outro Gramsci**. São Paulo, Xamã, 1996.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Post-capitalist society**. New York: Harper/ Collins, 1993.

FIGUEIREDO, J. Lima. **O Japão por Dentro**. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1944.

FLEURI, Afonso. Novas Tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho. In: HIRATA, Helena. **Sobre o modelo japonês**, São Paulo: Edusp, 1993.

FREYSSENET, Michel & HIRATA, Helena. Mudanças Tecnológicas e participação dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, RAE, jul/set, 1985.

FUZII, Estela Okabayashi. **Dekassegui: Passaporte para uma Experiência de Vida**. in: NINOMIYA, Masato (org). Dekassegui: Palestras e Exposições sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui. São Paulo, Estação Liberdade, 1992.

GAUL, Richard et alli. **El milagro japonés. Los siete secretos de un éxito económico**. Mexico: Planeta, 1988

GIBNEY, Frank. **El milagro programado**. México: Sydamericana-Planeta, 1987.

GINSBOURGUER, Francis. **Prefácio**. in: SATOSHI, K. S. Paulo, Brasiliense, 1985.

GRAMSCI, Antonio.. **Quaderni del cárcere**. Edizione Critica del Istituto Gramsci, Tomos I a IV. Itália: Einaudi. 1977.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Os intelectuais e a Organização da cultura.** Rio: Civilização Brasileira, 1991.

GUIA PARA O TRABALHADOR *NIKKEI*. Centro de Estabilização de Emprego nas Indústrias, Tóquio, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la accion comunicativa.** Madrid: Taurus, 1987.

HARUYA, Hirooka. **Transportes no japão.** Tóquio: Royal Wakaba, 1992.

HIRATA, Helena.. **Politique Paternaliste et Division Sexuelle du Travail.** Paris, CNRS, 1987.

_____. **Divisão Social e Processos de Trabalho na Sociedade Japonesa.** São Paulo, Revista de Estudos Japoneses da USP, 1988.

_____. **Formação na Empresa, Educação Escolar e Socialização Familiar: uma comparação França-Brasil-Japão.** São Paulo, Educação e Sociedade, Cortez, 1988(a).

_____. **Entrevista de Satoshi Kamata.** São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, março, 1991.

_____. (org.) . **Sobre o modelo japonês,** São Paulo: Edusp, 1993.

HIRATA et alli. **Alternativas Sueca, Italiana e japonesa ao Paradigma Fordista. Elementos Para Discussão sobre o Caso Brasileiro.** Brasília, Cadernos CODEPLAN, 1992.

HISAKO, Hirota. **The japanise weman today.** Tóquio: Royal Wakaba, 1990..

_____. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção. (in) HIRATA, Helena (org.) . **Sobre o modelo japonês,** São Paulo: Edusp, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** Rio, Paz e Terra, 1975.

HOBSBAWN, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin. **Depois da Queda.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HUMPHREY, John. Adaptando o modelo japonês ao Brasil. In: HIRATA, Helena (org.) . **Sobre o Modelo Japonês.** São Paulo: Edusp, 1993.

JAPAN, **An international comparison.** Japan Institute for Social e Economic Affairs. Tóqui: Keizai Koho Center, 1994.

JESSOP, Bob. Regulation theory, post fordism and the State: more than a reply to werner bonefield. In: **Capital & Class**, Londres, n. 34, 1988.

JUNGBLUT, Michael. et alli. **El Milagro Japonés**. México, Planeta, 1988.

KATZ, Cláudio e COGGIOLA Osvaldo. **Neoliberalismo ou Crise do Capital**. São Paulo, Xamã, 1995.

KAZUHIKO, Goto. **Comunicação de massa**. Tóquio: Royal Wakaba, 1992.

KAZUO, Ishizaka. **Educação escolar no Japão**. Tóquio: Royal Wakaba, 1991.

KITAGAWA, Toyoié. **A Coexistência do Japonês com Nipo-brasileiro: Qual o Problema Maior?**. São Paulo, xerox, 1997.

KOKICHI, Shoji. **The japanese society**. Tóquio: Royal Wakaba, 1992.

KURZ, Robert. **O Colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LEBLANC, Jean-Michel. Le Frayeur au Japon. **Le Monde Diplomatique**, août, 1994.

LIMA, Eurenice. **A Construção da Obediência: Processo de Trabalho e toyotismo no Japão**. UNICAMP, Tese de Mestrado, 1996.

LIMA FIGUEIREDO, J. **O Japão por Dentro**. São Paulo, Companhia Editora nacional, 1944.

LEME FLEURY, Maria T. Mudanças e persistências no modelo de gestão de pessoal em setores de tecnologia de ponta: o caso brasileiro em contraponto com o japonês. In: HIRATA, Helena (org.) . **Sobre o Modelo Japonês**. São Paulo: Edusp, 1993.

LÊNIN, Vladimir, I. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis, 1979.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Audácia**: uma alternativa para o século 21. São Paulo: Nobel, 1991.

MANDEL, Ernest. **A Formação do Pensamento Econômico de Marx**. Rio, Zahar, 1980.

MANDEL, Ernst. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril, 1982. (Coleção os pensadores).

MARX, K. e ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Rio: Zahar, 1978.

MARX, Karl. **Líneas Fundamentales de la Crítica de la Economía política (Grundrisse)**. Barcelona, Critica, 1977.

_____. **Conseqüências sociais do avanço tecnológico.** São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. **O capital.** Livro I, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MESZÁROS, István. **Produção destrutiva e estado capitalista.** São Paulo: Ensaio, 1979.

_____. **A teoria da alienação.** Rio: Zahar, 1991.

MISCHIKO, T. La sociedad japonesa en una encruzijada: el balance de la socialización para el éxito. In: MISHITOCHI et al. **Japon: después del milagro.** México: El Colégio de México, 1982.

MISHITOCHI, Takabatake et alli. **Japon: después del milagro.** México: El Colégio de México, 1982.

MITSURO, Yamamoto. El Fin del Ciclo de Posguerra: La Política Exterior Japonesa en la Década de 1970.(in) MICHITOSHI, Takabatake. **Japon Después del Milagro.** México, El Colégio de Mexico, 1982.

MITIYUKI, Shigueu. **Minha Experiência no Japão.** in: NINOMIYA, Masato(org). Dekassegui: Palestras e Exposições sobre o Fenômeno Chamado Dekasseui. São Paulo, Estação Liberdade, 1992.

MONTHLY BULLETIN OF STATISTICS. Prime Minister's Office. Japan, March, 1992.

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Cosmos, 1975.

MORI, Toyoie. **Transição dos Dekassegui provenientes do Brasil e Considerações Sobre Alguns Problemas**. in: NINOMIYA, Masato (org). Dekassegui: Palestras e Exposições sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui. São Paulo, Estação Liberdade, 1992.

MORISHIMA, Michio. **Porque há "triunfado" el Japón**. Mexico: Grijalbo, 1984.

MURRAY, Fergus. Flexible specialisation in the 'Third Italy'. In: **Capital & Class**, Londres, n. 33, 1987.

NAKAGAWA, Décio, **Distúrbios Psíquicos dos *dekassegui***. in: NINOMIYA, Masato (org.). Dekassegui. São Paulo, Estação Liberdade, 1991.

NAKAGAWA, Décio. **Palestra proferida no Simpósio Dez Anos do Fenômeno Dekassegui e suas Perspectivas Futuras**. São Paulo, 1997.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Notas a respeito da escola de regulação francesa. São Paulo, **Revista de Economia Política**, n. 13, 1993.

- NINOMIYA, Masato (org). **Dekassegui: Palestras e Exposições sobre o Fenômeno Chamado Dekasseui**. São Paulo, Estação Liberdade, 1992.
- NINOMIYA, Masato (org.). **Dekassegui**. São Paulo, Estação Liberdade, 1991.
- OFFE, Claus. **Trabalho: categoria-chave da sociologia?** São Paulo: RBCS, 1989.
- ONITSUKA, Tanadori. **As Condições de Emprego dos Nikkey Brasileiros no Japão e Problemas Pertinentes**. in: NINOMIYA, Masato(org). **Dekassegui: Palestras e Exposições sobre o Fenômeno Chamado Dekasseui**. São Paulo, Estação Liberdade, 1992.
- PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1991.
- POLLERT, Anna. Dismantling Flexibility. In: **Capital & Class**, Londres, n. 34, 1988.
- POSSAS, Mario Luiz. O Projeto Teórico da "Escola de Regulação": alguns comentários. São Paulo, **Novos Estudos CEBRAP**, n.21, 1988.
- RUAS, Roberto et alli. Avanços e impasses do modelos japonês no Brasil. In: HIRATA, Helena (org.) . **Sobre o Modelo Japonês**. São Paulo: Edusp, 1993.

SATOCHI, Kamata. **Japão: a outra face do milagre**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SCHWARTZ, Gilson. **Aspectos Econômicos do Fenômeno Dekassegui**. in: NINOMIYA, Masato(org). Dekassegui: Palestras e Exposições sobre o Fenômeno Chamado Dekasseui. São Paulo, Estação Liberdade, 1992.

SHIGEHIKO, Masukawa. **Suprimento e demanda de energia no Japão**. Tóquio: Royal Wakaba, 1990.

SHIROMA, Eneida Oto. **Mudança tecnológica, qualificação e políticas de gestão: a educação da força de trabalho no modelo japonês**. Campinas: UNICAMP, 1993. (Tese de Doutorado)

_____. A Formação do Trabalhador Disciplinado. (in) FILDALGO, Fernando (org). **Gestão do Trabalho e Formação do Trabalhador**. Belo. Horizonte, Movimento de Cultura Marxista, 1995.

SILVA, Elizabeth. Tecnologia e relações industriais no Brasil no final da década de 1980. In: HIRATA, Helena (org.) . **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993.

SIMMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI Sua Teoria e Incidência no Brasil, Influência no Serviço Social**. Florianópolis, Cortez/UFSC, 1995..

SOFRI, Gianni. **O Modo de Produção Asiático**. Rio, Paz e Terra, 1977.

TAKAHASHI, H.K. **Del Feudalismo al Capitalismo**. Barcelona, Grijalbo, 1986.

TAKESHI, Hiromatsu. **The japan economic development**. Tóquio: Royal Wakaba, 1991.

TANAKA, Michico. La Sociedade Japonesa en una Encruzijada: el Balance de La Socialización par el Éxito. (in) MICHITOSHI et alli. **Japon Despues del Milagro**. México: Colégio de México. 1982.

TATSUHITO, Nagaya. **Relações entre trabalhadores e gerência**. Tóquio: Royal Wakaba, 1987.

TAUILLE, Ricardo José. **Estado, Economia e Tecnologia no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo, USP-Cadernos de C&T, 1989

TAVARES, Maria C. **Ajuste e Reestruturação nos País Centrais: A Modernização Conservadora**. Campinas, UNICAMP, Economia e Sociedade, 1992.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1977.

TODA, Masanori. **Aspectos Políticos e Jurídicos dos Dekassegui.** in: NINOMIYA, Masato(org). **Dekassegui: Palestras e Exposições sobre o Fenômeno Chamado Dekasseui.** São Paulo, Estação Liberdade, 1992.

TOLEDO, J. Daniel. El sistema de relaciones industriales: una difícil transición. In: MISHITOSHI et al. **Japon Despues del Milagro.** México: Colégio de México. 1982.

TUDE DE SOUZA, Ângela Sobre "americanismo e fordismo" em Antonio Gramsci. In: **História e Perspectiva**, Uberlândia, n.5, 1991.

_____. A crise contemporânea e a nova ordem mundial. In: **Universidade & Sociedade**, Brasília, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck. **O Ator e os Fatos: A Revolução Passiva e o Americanismo em Gramsci.** Rio, Dados-IUPERJ, n.2 , 1995.

VIEIRA, Pedro A. **Control de la fuerza de trabajo y automatizacion de los medios de trabajo.** México: UNAM, 1995. (Tesis de Doctoramiento)

WATANABE, Ben. **Organizar a los desorganizados.** Buenos Aires, Periferias, n.2, 1977.

WATKINS, Montse. **Passageiros de um Sonho.**Tóquio, Luna Books, 1996.

YAMASHIRO, José. **História dos Samurais**. São Paulo, Massao Ohno-Roswitha Kempf/Editores, 1982.

YOSHIO, T. **Japan today**. Japão: Royal Wakaba. 1993.

ZAZUO, Ioshio. **Educação escolar no Japão**. Japão: Royal Wakaba, 1991.